



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

FLÁVIO TELLES MELO

**PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS DA
INTERSUBJETIVIDADE NA ÉTICA DO DISCURSO DE
HABERMAS**

**FORTALEZA
2007**

FLÁVIO TELLES MELO

**PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS DA
INTERSUBJETIVIDADE NA ÉTICA DO DISCURSO DE
HABERMAS**

Dissertação apresentada à coordenação do Curso de Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará como requisito final para obtenção do título de Mestre em Filosofia!

Orientador - Prof. Dr. Waldenilson Rodrigues da Costa

**FORTALEZA
2007**

A beleza ternura e vigor que há
em cada um dos meus filhos

**Isabela
Ana Cecília
e Cauã**

ração 8tima deste trabalho!

AGRADECIMENTOS

A minha mãe) sempre apoio que não me faltou em todo esse tempo!

A minha família que sempre acreditou em mim durante a realização desta pesquisa!

A minha irmã) sempre interessada em cada passo do trabalho!

A Cirlene) presença permanente de incentivo e confiança!

A Senealdo) meu orientador) mais humano que mero profissional!

A Luis Alexandre) cuja amizade incutiu mais em mim a investigação filosófica!

O sentimento de pertença a uma comunidade comunicativa ideal faz com que qualquer pretensão de universalização seja conseqüência de uma consciência de solidariedade inamovível, a certeza de irmanação num consenso comum.

?@Ar%en (abermasB

RESUMO

Em diálogo com o cético moral @Ar%en (abermas caracteriza a 'tica do discurso como deontol9%ica3 co%nitivista3 formalista e universalista 6 como 'tica deontol9%ica tem como base um acordo de motivação racional sobre a correção das normas3 como 'tica co%nitivista responde a questão de como se podem fundamentar as afirmaçDes normativas3 como 'tica formalista ar%umenta que todos os seres dotados de ra<ão têm de ter capacidade de dese&ar o que se encontra moralmente &ustificado! E universalista uma 'tica de validade %eral que transcende a uma determinada cultura ou tradição! A 'tica do discurso se apresenta a partir de dois princ pios" o princ pio da universaliza<ão ?FU3 e o princ pio do discurso ?FD3! 7 princ pio do discurso3 ou princ pio FD3 dita que as normas que podem reclamar validade são aquelas pass veis da anuência de todos os participantes de um discurso prático3 o princ pio da universaliza<ão3 ou princ pio FU3 ' a re%ra de ar%umentação que possibilita o acordo em discursos práticos sempre que mat' rias controversas possam ser re%radas a fim de contemplar o interesse i%ual de todos os concernidos! 7 consenso racional3 ou acordo intersub&etivamente e racionalmente motivado3 ob&etivo 8ltimo do discurso3 ' alcançado pela força do mel=or ar%umento entre su&eitos livres de qualquer ato de coerção3 de repressão ou de ameaça! Assim sendo3 a lin%ua%em ' empre%ada para o entendimento m&tu quando o falante3 ao e>pressar aquilo que tem em mente3 comunica&se sobre al%o no mundo com um outro membro da comunidade lin%A stica de comunicação3 ou comunidade de comunicação ideal! 7 falante '3 assim3 acol=ido por essa comunidade ideal3 a qual pressupDe que seus membros3 na i%ualdade de direitos de ar%umentação3 em uma situação ideal de fala3 têm a mesma liberdade de convencerem uns aos outros do que ' o mel=or para a comunidade pela força do mel=or ar%umento! ; omente esse processo de entendimento m&tu intersub&etivo3 pressuposto normativamente3 pode levar a um acordo racionalmente &ustificado3 fa<endo com que os participantes c=e%uem a um consenso racional!

Palavras-Chaves" Etica3 Discurso3 Consenso3 Intersub&etividade3 Universaliza<ão3 \$acional!

ABSTRACT

In dialogue, it is the moral skeptic Jürgen Habermas who characterises the ethics of discourse as deontological, cognitivist, formalist and universalist. As deontological ethics, it has as its basis an agreement of rational motivation about the correctness of norms. As cognitivist ethics, it answers the question of how normative assertions can be fundamented. As formalist ethics, it argues that all beings endowed with reason have the ability of justification for what is morally justified. The ethics is universalist when it is generally valid and transcends a particular culture or tradition. The ethics of discourse is presented under two principles: the universalisation principle (U) and the principle of discourse (D). The latter, the principle (D), dictates that norms which can claim validity are those possible to the approval of all participants of a practical discourse, the universalisation principle, or principle (U) is the rule of argumentation which allows the agreement in practical discourses. Whenever controversial issues may be ruled in order to contemplate equally the interests of all concerned, the rational consensus, or the intersubjective and rationally motivated agreement, the ultimate objective of discourse, is reached by the force of the best argument among subjects, free from any coercion, act, from repression or threat. Only language is used for mutual understanding. When the speaker expresses what is in his mind, talks about something in the world, it is another member of the linguistic community of communication, or the community of ideal communication. The speaker is thus received by this ideal community. Which presupposes that its members, in equality of argumentation rights, in an ideal situation of speech, have the same freedom to convince one another of which is the best for the community by the force of the best argument. In these processes of mutual and intersubjective understanding, presupposed normatively, can lead to a rationally justified agreement, causing the participants to reach a rational consensus!

Key-Words: Ethics, Discourse, Consensus, Intersubjectivity, Universalization, Rationality

LISTA DE SIGLAS PARA AS PRINCIPAIS OBRAS CONSULTADAS DE JÜRGEN HABERMAS

CMAC 6 **Consciência moral e agir comunicativo**) tradução Muido A! de Almeida!
\$io de @aneiro")empo Nrasileiro3 +202! ?Niblioteca)empo Universitário3 n! 01B!

TAC I 6 **Teoria de la acción comunicativa I**" racionalidad de la acci9n L
racionali<aci9n social!) tradução Manuel @im' ne< \$edond! Madrid")aurus3 / . . +!

TAC II 6 **Teoria de la acción comunicativa II**" critica de la ra<9n funcionalista!
) tradução Manuel @im' ne< \$edond! Madrid")aurus3 +222!

TACC 6 **Teoria de la acción comunicativa**" estudios L complementos!) tradução
Manuel @imene< \$edond! Madrid")aurus3 / . . +!

INTRODUÇÃO

Adorno (1903) nasceu em 1903 em Dassel, na Alemanha, um dos pensadores mais fecundos da atualidade quanto à diversidade da produção teórica no campo de pesquisa da Filosofia do Direito e da Sociologia, também um dos autores mais lidos e pesquisados, dada a vista a quantidade de publicações, dissertações e teses sobre sua obra!

Como membro da segunda geração da Escola de Frankfurt, foi assistente de Adorno e colaborador de

Handelns ?Teoria da Ação Comunicativa: Complementos e Estudos Prévios! #or fim3 em +22+3 temos a publicação de *Erläuterungen zur Diskursethik (Comentários à Ética do Discurso)*, com o objetivo de responder às objeções a conceitos universalistas da moral que vão desde Aristóteles3 passando por (e=el3 at' ao contexto atual! Estas são as obras de maior relev]ncia na elaboração da teoria da 'tica discursiva em (abermas! #or isso3 serão as obras de maior interesse para n9s ao lon%o deste trabal=o!

7 que iremos tratar nesta dissertação ' a temática da cate%oria da intersubjetividade como pressuposto *a priori* e indispensável da teoria do discurso! #ara n9s3 a partir da leitura que fi<emos de (abermas3 a cate%oria da intersubjetividade ' tão intrinseca a uma 'tica da discussão que ela mesma se propõe a ser uma superação do subjetivismo ou da filosofia do sujeito+!

)rataremos aqui da dialo%icidade característica e indispensável na formulação procedural da 'tica do discurso como proposta de superação do monolo%ismo da filosofia moral de [ant da qual a 'tica do discurso se mostra devedora3 principalmente no que se refere ao princípio da universaliza<ação3 por'm3 ela torna intersubjetivo tal princípio!

Quo primeiro capítulo abordaremos a temática da lin%ua%em como *médium* intransponível e indispensável na comunicação! teremos nesta parte do trabal=o duas preocupações quanto à lin%ua%em" primeiro a de mostrar como ela percorreu dois caminhos distintos 6 o da sem]ntica clássica e o da pra%âmica transcendental! e a se%unda será principalmente demonstrar como este 8ltimo momento influenciou a 'tica do discurso!

A virada =ermenêutica+pra%âmica representou na filosofia contempor]nea uma verdadeira revolução nos marcos te9ricos do pensar atual3 à semelhança do movimento que [ant apresentou no s'culo ^PIII como _revolução copernicana`3 na introdução de *Crítica da Razão Pura*!

A reviravolta lin%A stica do s'culo ^^ si%nicou uma mudança fundamental no conceito de lin%ua%em! Estudos que conver%iam para a filosofia transcendental cederam espaço para discussões na área da filosofia da lin%ua%em

A filosofia do sujeito3 para (abermas3 se estende desde o racionalismo de Descartes3 ou a c=amada _epistemolo%ia<ação` da filosofia em [ant at' a fenomenolo%ia de Edmund (usserl ou ainda ao existencialismo de @! #! ; arte!

primeiramente neopositivista analítica fenomenológica hermenêutica e finalmente pragmática. Nessa última compreensão da linguagem na qual (abermas se insere é mais importante que o conteúdo expresso nas emissões linguísticas o uso correto que se faz dessas emissões!

Como (abermas se propõe a reformular a moral Kantiana a partir do discurso comunicativo intersubjetivo no segundo capítulo trataremos da forma como o autor valendo-se das mesmas características deontológicas de [ant] propõe a ética do discurso como uma ética que não tem como dispensar a comunidade hermenêutica. Essa comunidade em (abermas é normativa. Da autoridade do procedimento que a comunidade real de comunicação possui decorre a tarefa de formular normas a partir de critérios universalizáveis; e a comunidade de comunicação possui a autoridade de formular normas possui também a de interpretá-las. A partir de sua capacidade de agir e de falar ela tem a capacidade de colocar em questão as normas que regem a sua convivência social. Quando embate do melhor argumento permanece a norma que convence a todos os concernidos!

Quando o terceiro capítulo abordaremos os pressupostos fundamentais da intersubjetividade na ética do discurso em (abermas o princípio de universalização e o princípio do discurso e também o entendimento intersubjetivo que deve ocorrer no agir comunicativo diferentemente do agir estratégico orientado para o sucesso. Esse processo se dá a partir de pressuposições ideais ou ainda assunções de papéis na comunidade de comunicação ilimitada numa situação ideal de fala!

Quando a combinação dos dois princípios de [U] e [D] que ocorre a comunicação que visa o consenso. O agir comunicativo tem por objetivo o entendimento entre os membros da comunidade argumentativa enquanto o agir orientado para o sucesso busca um interesse imediato. O agir estratégico por sua vez é "dissimulador" ele não deixa claro para o oponente suas reais intenções!

O agir comunicativo pressupõe ou idealiza uma comunidade de argumentação formada por sujeitos livres e iguais com as mesmas capacidades argumentativas de convencerem e a partir de motivos racionais e os demais membros da comunidade de que as suas pretensões de validade são verdadeiras e corretas e do ponto de vista normativo e sinceras e do ponto de vista subjetivo!

Refletiremos portanto sobre a importância de se pensar a ética do discurso em (ab)ermas a partir do pressuposto *a priori* fundamental da intersubjetividade! Não é como se falar em discurso sem uma comunidade de comunicação, comunidade epistêmica e hermenêutica, e não é como se pensar as normas para essa comunidade sem a pressuposição dos participantes da comunidade de comunicação como sujeitos livres e iguais no ato de formular e colocar em questão as regras que regem o convívio da sociedade!

CAPÍTULO 1

A LINGUAGEM COMO MÉDIUM ENTRE SUBJETIVIDADES RACIONAIS NO MUNDO VIVIDO

Neste capítulo mister que se coloque a importância da virada lingüística na formulação do pensamento =abermasiano principalmente no que tange à 'tica do discurso! As pretensões de validade que são levantadas pelos atos de fala são problematizadas pelos sujeitos do mundo vivido! Esses elementos são as estruturas simbólicas da personalidade, da cultura e da sociedade! Na esfera do mundo vivido essas estruturas são aceitas tacitamente, como certas inquestionáveis! No âmbito do discurso, por 'm os sujeitos capazes de lin%ua%em e de ação se afastam epistemologicamente daquelas convicções colocando-as em questão!

(abermas juntamente com Apel se insere na tradição lingüístico-praxiomática transcendental ou quase transcendental da filosofia do século XVIII. #ara que possamos entender como essa tradição vai se construindo desde o Círculo de Pienza até a reviravolta da =ermenêutica e praxiomática iremos dissertar a respeito das mudanças de paradigma do conceito de lin%ua%em e sobre como essas mesmas mudanças foram capazes de ajudar na construção da 'tica do discurso!

O mundo vivido é pressuposto para a formulação do discurso, como um conjunto de verdades inquestionáveis! #ara tratar da suspensão dessas verdades iremos abordar como nesse mundo os sujeitos colocam em questão as verdades até então aceitas de forma tranquila! Iremos, pois, tratar do mundo vivido como o pano de fundo das verdades que serão postas em questão!

As verdades do mundo vivido são temporariamente postas em cheque quando os sujeitos põem em questão pretensões de validade que serão abordadas por nós quanto à sua verdade objetiva, sua correção normativa e sua intenção subjetiva! #retendemos refletir como o levantamento das pretensões de validade dos atos de fala pode construir consensualmente a verdade!

#or fim encerraremos o capítulo com a apresentação da teoria da pragmática universal no intuito de deixar claro como se dá a reconstituição das condições para o entendimento humano. Perceba que essa reconstituição em (abermas se dá a partir da apropriação da teoria dos atos de fala de Austin (1962) e de Searle (1969).

1.1 O LEGADO DA REVIRAVOLTA HERMENÊUTICA LINGÜÍSTICO-PRAGMÁTICA EM HABERMAS

O século XX foi marcado na filosofia por uma mudança radical quanto ao paradigma a partir do qual o agir e a própria reflexão humana são pensados. Esse novo paradigma é a linguagem. O resultado da construção paulatina desde o século XIX do postulado de que não se faz filosofia sem a linguagem seja na teoria do conhecimento seja na ética ou em outros campos de estudo. Essa construção vai se dando desde a concepção da linguagem como análise de si mesma ou seja das formas da sentença até a consideração dos diversos contextos de uso da linguagem.

A filosofia analítica lá se solidificava com Moore (1946) e Neurath (1956) como uma dupla reação ao idealismo absoluto de inspiração hegeliana de Francis Herbert Bradley (1901, 1913) e Thomas Hill Green (1904, 1900/8) e Bernard Williams (1910, 1924) e ao empirismo psicológico de John Stuart Mill (1809, 1843). Ao mesmo tempo surge na Alemanha um movimento denominado filosofia de tradição semântica a partir das obras de Gottlob Frege (1910, 1924) e Ernst Cassirer (1904, 1924). Um aspecto importante desse movimento é o fato de ele ser considerado uma reação à filosofia transcendental de origem kantiana principalmente no que diz respeito à questão da fundamentação da ciência.

Essa nova concepção de filosofia no entender de Danilo Marcondes (1969) vai se aprofundar no positivismo lógico do Círculo de Viena a partir da década de 1920 representado principalmente por Rudolf Carnap (1902, 1929) e Moritz Schlick (1900, 1924). O Círculo de Viena se caracterizou pela preocupação com a fundamentação da ciência em uma linguagem lógica e em bases empíricas.

que dispensassem os elementos metafísicos e psicológicos considerados inverificáveis isto é fora do alcance do teste empírico!

A partir da questão central do significado das proposições pode-se afirmar que a filosofia analítica pode ser caracterizada pela defesa de que o papel da filosofia é analisar a linguagem. Assim, na filosofia analítica, o problema do estudo semântico da linguagem ocupa um lugar central! A "análise" à qual a tradição analítica se refere significa uma tradução de uma linguagem imprecisa no sentido de torná-la isenta de equívocos e ambigüidades, como uma redução de algo desconhecido ou obscuro a algo conhecido e mais claro, ou ainda, como uma decomposição de um complexo em seus elementos simples e constituintes! A filosofia analítica coloca em pauta a importância da análise do conceito, a análise da proposição e a análise do discurso!

Meralmente, divide-se a filosofia analítica em dois momentos: o primeiro denominado de filosofia da semântica clássica é inaugurado por Frege que propõe uma ruptura com a teoria Kantiana e com seu caráter subjetivista, o segundo momento, por sua vez, conhecido por pragmático foi inaugurado por Wittgenstein com a obra *Investigações Filosóficas*.

Além de Frege, a semântica clássica recebe a contribuição teórica do positivismo lógico do Círculo de Viena por meio da teoria das descrições definidas e do atomismo lógico de Russell e Wittgenstein com a autoria *Tractatus lógico-philosophicus* (1921) e ainda de Moore com o *Principia Ethica*. Embora seja nestes autores concepções diferentes quanto ao que seja fazer filosofia, em todos eles há uma preocupação quanto à questão da fundamentação da ciência, apontando a lógica e os princípios matemáticos como soluções básicas para os problemas filosóficos!

Quo primeiro momento da reviravolta linguística do pensamento filosófico de Frege ao primeiro Wittgenstein, a linguagem é reduzida à sua dimensão sintática! A análise semântica, de acordo com Wittgenstein, é essencialmente a análise das formas das sentenças, sobretudo das formas das sentenças assertivas, fazendo todo tipo de abstração da situação ou do conteúdo histórico da fala! É preciso que a "análise" seja feita a respeito da forma da sentença e não do conteúdo ao qual ela se refere!

lin%ua%em como o uso de si%nos intersubjetivos o que não deixa de ser um pressuposto ou at' uma e>i%ência a priori como *médium* entre sujeitos pertencentes à mesma comunidade lin%A stica!

Al'm da presença do se%undo aitt%enstein na filosofia de (abermas encontramos a a influência de (eide%%er e Madamer! Qa ontolo%ia e>istencial de (eide%%er ?/ . . +B o =omem ' presença no mundo! Isto quer di<er que a temporalidade e a =istoricidade se encontram no =omem o ontol9%ico e o e>istencial o necessário e o contin%ente! Um dos conceitos importantes na =ermenêutica de (eide%%er 6 ' fundamental para aquele a compreensão de que os sujeitos se constituem =istoricamente⁴!

#ara Madamer ?/ . . /B os valores do momento presente estão em cont nua processo de formação o mesmo tempo em que os pr'Hconceitos formados em torno deles devem sempre ser postos à prova! Uma dos conceitos mais relevantes em Madamer ?op! cit!B de acordo com (abermas ' o de que =erdamos uma tradição e ao mesmo tempo le%amos a outros que nos sucedem essa mesma tradição fundida com novos conceitos o em que intera%em o presente e o passado¹!

Embora manifestem entre si al%umas discord]ncias 6 principalmente no que di< respeito à fundamentação 8ltima do princ pio de validação das normas ' ticas 6 (abermas^x recon=ece partil=ar com Apel a =erança da reviravolta lin%A sticoH pra%máticoH=ermenêutica da filosofia contempor]nea! #or isso o ambos incorporam elementos de pensadores como a itt%enstein (eide%%er Madamer ; earle e o ainda o \$ic=ard \$ort! Al'm desses autores (abermas ?/ . . 13 p! 1, B afirma que os fil9sofos com quem ele se _relaciona são [ant (e%el (umboldt os pra%matistas etc!

Qa reviravolta lin%A sticaHpra%mática a palavra _uso` %an=a o sentido que a lin%ua%em tem de interação entre os c=amados _sujeitos de ação e de lin%ua%em`! A noção de _lo%os de lin%ua%em` ' fundamental para a itt%enstein tardio. #odem ser

Assim podemos di<er que o para (eide%%er ?/ . . +B liberar a estrutura do acontecer e suas condiçDes e>istenciais e temporais de possibilidade si%nifica _conquistar uma compreensão ontol9%ica da =istoricidade! ?p! +02B!

#ara Madamer ?+22B não e>iste um =ori<onte por si mesmo o assim como não e>istem =ori<ontes =ist9ricos lá %an=os o porque para ele o compreender ' sempre o _processo de fusão desses =ori<ontes presumivelmente dados por si mesmos! ?p! 1X0B!

Mesmo com todas essas diferenças (abermas ?3 / . . 13 p! //B fa< questão de reafirmar" _não =á nen=um ldentre os meus cole%as vivos o com quem eu ten=a aprendido tanto quanto aprendi com meu ami%o [ar!H7tto!

Cf!" Apel o / . . 13 p! /1!

consideradas como locos de linguagem^o as formas de comunicação que ocorrem de acordo com as diversas comunidades de comunicação! Esses locos partem de uma determinada forma de vida³ de um determinado contexto! Ao loco pertencem não somente as palavras³ mas os objetos e outros elementos do contexto = histórico-social factual³ principalmente os participantes dele (falante e ouvinte)!

Considerar o significado das expressões nos locos de linguagem^o ' considerá-lo do ponto de vista do modo de uso (do ponto de vista pragmático)³ entendendo-o como parte natural das ações humanas radicadas em uma forma específica de vida! Um significado de uma expressão pode ser concebido como sendo o seu modo de uso³ determinado pelas regras de um loco de linguagem^o pertencente a uma forma de vida! (C7 ;) A3 C!3 / . . /3 p! 1+B!

(abermas também em diálogo com dois dos maiores expoentes da Escola de Wittgenstein³ os teóricos dos atos de fala³ John Searle e John Austin! A tradição da filosofia analítica da amada Escola de Wittgenstein tem³ na década de 1940³ entre seus representantes³ Alfred Jules Ayer³ John Rawls³ Milbert S. Eisenhower³ ; Searle e John S. Austin! A partir da década de 1920³ incorporaram-se Heidegger³ ; Sartre³ ; Merleau-Ponty³ (ampare³ John D. Urson e Richard W. Moore! Esses filósofos constituíram seu pensamento³ em grande parte³ a partir da influência de Husserl e de Moore! Dentre estes (Marcel Merleau-Ponty³ / . . 1B o mais representativo dos filósofos da linguagem ordinária^o ' John S. Austin (1918-2002) . B!

A análise a qual se refere esta filosofia tem como objeto a linguagem ordinária e como finalidade a caracterização dos elementos envolvidos em seu uso para³ assim³ explicar o significado dos termos e esclarecer os problemas filosóficos a eles associados³ sendo esse tipo de análise sempre provisório³ nunca definitivo³ completo!

Austin (1918-2002) não entra na discussão histórica da tradição analítica³ como os questionamentos a respeito dos conceitos de responsabilidade³ ação³ vontade³ entre outros! O problema³ para ele³ ' a análise dos modificadores da ação³ como as

a Wittgenstein (1918-2002) define os locos de linguagem^o a partir do conceito filosófico de denotação³ isto ' o uso de uma linguagem primitiva como também os locos por meio dos quais as crianças aprendem a sua linguagem natal! (p! 100B!

Entendemos ' linguagem ordinária³ assim como Marcondes (1918) como o ' ori^o onde a experiência se constitui! Com toda abertura que este ' ori^o linguístico tem de ser modificado³ reformulado³ alterado³ criticado³ entre outros aspectos! Ele não pretende ser a palavra final! E apenas primeira palavra³ ' o ponto de partida!

e>pressDes adverbias _deliberadamente`3 _involuntariamente`3 _acidentalmente`3 entre outros termos semel=antes! Então3 a finalidade da _análise` não ' definir3 por e>emplo3 de forma %en'rica e abstrata o que ' responsabilidade3 o que Austin quer de fato ' _esclarecer como e porque imputamos a responsabilidade de um ato a al%u'm e a forma como o autor do ato assume ou não essa responsabilidade!`2 ?IbidemB!

#ara Austin ?op! cit!B3 a função fundamental da lin%ua%em não ' descrever refle>ivamente o mundo3 mas comunicar! A lin%ua%em não parte da análise das frases3 mas de proferimentos! A teoria dos atos de fala divide os proferimentos em constatativos e performativos! 7s atos de fala constatativos ?afirmaçDes3 constataçDes3 di<em al%uma coisa3 caracteri<andoHse por serem verdadeiros ou falsos! 7s atos de fala performativos ?atrav's dos quais são reali<adas açDes no mundoB não podem ser verdadeiros ou falsos3 podem3 sim3 ser felices ?bem sucedidosB ou infelices ?malos%radosB+!

Em sua teoria3 os proferimentos performativos podem ser classificados como e>pl citos ou impl citos! Atrav's de atos de fala e>pl citos estamos fa<emos al%o ao mesmo tempo em que e>plicamos3 por meio de verbos tipicamente performativos ?pedir3 bati<ar3 prometer3 proibirB! 7s proferimentos e>pl citos dependem da sinceridade do falante! #or meio de atos de fala impl citos fa<emos al%o não aplicando verbos de oraçDes ou enunciados tipicamente performativos ?não fume3 eu volto3 fec=e a portaB!

7 resultado mais elaborado da investi%ação de Austin ?op! cit!B ' a teoria dos atos de fala ou teoria da lin%ua%em performativa! 7s atos de fala foram classificados como locucionário3 ilocucionário e perlocucionário! 7 locucionário trata do conte8do co%nitivo das pretensDes que podem ser enunciativas ?fpfB ou normativas ?que fpB! 7 ilocucionário refereHse ao conte8do proposicional das relaçDes entre falantes e ouvintes! Ao di<er al%o a al%u'm3 eu faço o empre%o de uma oração ?fMpB! Ao fa<er essa proposição posso estar fa<endo uma afirmação3

E esse tipo de 'tica procedural que vai interessar sobremaneira para a 'tica do discurso de (abermas3 principalmente quando Austin3 juntamente com ;earle3 elaboram a teoria dos atos de fala! #orque a de fato3 se pensa a lin%ua%em como meio intranspon vel e indispensável da interação social3 para a re%ulação social entre os suleitos membros da mesma comunidade lin%A stica! ?MA\$C7QDE ;3 / . . 1B!

Austin no decorrer desta obra revê o conceito da distinção entre atos de fala constatativos e performativos! Ele afirma que todo ato de fala possui uma dupla estrutura" constatativa e performativa!

uma promessa, um mandato ou uma confissão! O ato de fala ilocucionário diz respeito ao mundo social ou intersubjetivo dos indivíduos e é aceitável desde que leve o ouvinte a confiar nas obrigações típicas para a classe de atos de fala que realiza o falante! Ele pode ser classificado como imperativo, comunicativo, operativo, constativo, regulativo, expressivo, declarativo e satisfativo! O ato de fala perlocucionário trata do efeito causado sobre o ouvinte e remete a ações que ocorrem no mundo subjetivo!

Austin substituiu a teoria dos atos performativos pela teoria das forças ilocucionárias! A teoria das forças ilocucionárias parte da ideia básica de que sempre que somos bem sucedidos em dizer alguma coisa, realizamos as três dimensões dos atos de fala: um ato ilocucionário (ao dizer algo), um ato ilocucionário (realizamos ao dizer algo) e um ato perlocucionário (realizamos ao efetuar o ato ilocucionário).

O ato ilocucionário é o ato de dizer alguma coisa, de proferir uma sentença! Ele é decomposto em três tipos de proferimentos: o ato fonético, o ato fático e o ato rítmico! O ato fonético é qualquer emissão de uma seqüência de ruídos e fonemas! O ato fático é a emissão de uma seqüência de palavras pertencentes a um vocabulário e organizadas em concordância com uma gramática! O ato rítmico é a emissão de uma seqüência de palavras dizendo alguma coisa sobre algo, quer dizer com sentido e referência!

Quo ato ilocucionário nós realizamos o que queremos ao dizer algo? É "amanã eu voltarei"! Isto quer dizer que fazemos algo por antecipação, como no caso da promessa! Esse tipo de ato se faz concreto, explicitável pela adição de verbos performativos como informar, ameaçar, prometer à frase original!

O ato perlocucionário é realizado pelo fato de alguém =aver efetuado um ato ilocucionário! Ele é o efeito do ato ilocucionário como os sentimentos, os pensamentos e as ações. Um exemplo de um ato ilocucionário é a ameaça à vida de alguém num assalto e o exemplo de um ato perlocucionário é a intimidação feita nesse assalto! O ato perlocucionário não depende de convenção ou de algum acordo prévio comum!

#ara Viveira (1922), a partir do positivismo lógico por meio do princípio de verificação, uma frase não verificável era considerada um "disparate lógico"!

As três dimensões dos atos de fala que aqui nos referimos são abstrações que analisam um fato empírico "o fato de que o falante ao dizer alguma coisa o faz com certa força ilocucionária e com a intenção de produzir no ouvinte um efeito" ele pretende que o ouvinte aceite o seu ato de fala como verdadeiro!

1.2 O MUNDO VIVIDO

A arquitetura do pensamento de (abermas a partir da reviravolta linguística prática tem como base a linguagem enquanto *médium* intransponível e intranscendível de todo sentido e validade da qual o falante necessita tanto para entender algo do mundo como também para fundamentar o seu agir no mundo¹! Esse mundo é no qual a linguagem se insere é formado por um sistema de referência?) AC I3 p! +.4B3 composto por sua vez por três mundos²; são eles a natureza eterna ou mundo eterno ou objetivo (onde tudo é perceptível) a sociedade ou o mundo social ou ainda das relações intersubjetivas (mundo dos usuários da linguagem) instituições e valores legitimamente regulados e que apresenta uma constituição ontológica distinta com caráter histórico próprio e natureza interna ou mundo subjetivo ou interior (o mundo das vivências interiores) onde se localiza a autoridade epistêmica de um falante³!

O mundo objetivo se apresenta assim como a totalidade dos estados de coisas que existem ou que podem apresentar-se ou ser produzidos mediante uma adequada intervenção no mundo?) AC I3 p! +/XB! Essa intervenção no mundo se dá pelo fato de se ter uma concepção do sujeito enquanto ser capaz de linguagem e de ação como um ator⁴! A consideração do sujeito que intervém no mundo como um ator se dá a partir de uma concepção de ação dramática pressupondo relações entre o ator e um mundo de estados de coisas existentes é o que resulta em uma ação teleológica?) AC I3 p! +/XB! Esses sujeitos ao falarem e agirão supõem uma objetividade do mundo entrelaçada com a intersubjetividade do entendimento

Cf. (E\$E\$E\$73 IQ 7 :IPEI\$A3 M! A! de ?or%B ?/ . . . B3 p! + , , 6 +0 . !

Aqui cada um dos mundos é visto a partir da prática da normatização das relações entre os indivíduos envolvidos no processo comunicativo? (ANE\$MA ;3 / . . /3 p! , /C) AC +3 p! +11B!

sobre al%o no mundo! A obletividade se dá no _ori<onte revelado lin%Aisticamente de nosso mundo de vida intersubletivamente partil=ado` ? (ANE\$MA ; 3 / . . /3 p! 1 /B! #ara (abermas ?op! cit!B3 a pr9pria obletividade do mundo⁺¹ ' constru da intersubletivamente3 à medida que as culturas3 as %eraçDes e as tradiçDes vão imprimindo sentido3 pela lin%ua%em3 às coisas que e>istem ou que por isso passam a e>istir no mundo!

\$elacionandoHse _com al%o`3 os suleitos de lin%ua%em e de ação3 relacionamHse com o mundo obletivo3 relacionamHse _sobre al%o`3 relacionamHse pretendendo se entenderem entre si e3 ao conse%uirem _al%o`3 este resultado ocorre nas relaçDes práticas entre os indiv duos! \$elacionandoHse com esses mundos3 a lin%ua%em ' o _meio capa< de obletuali<arHse a si mesmo` ?C7 ;)A3 C!3 / . . /3 p! X /B3 por meio da pretensão de inteli%ibilidade3 como veremos mais adiante!)endo claro o si%nificado desses três mundos3 poderemos3 a partir de a%ora3 tratar da import]ncia do _mundo vivido` para a 'tica do discurso!

7 _mundo` não ' entendido por (abermas como a totalidade dos obletos3 nem a totalidade dos fatos3 nem a c=amada _realidade` pelos realistas e>ternos ou pelos empiristas3 mas ' _tudo o que pode ser representado em e>pressDes verdadeiras!` ? (ANE\$MA ; 3 op! cit!3 p! 1 /B!

#ara pensar a situação em que ocorrem3 ou podem ocorrer3 os atos de fala dos suleitos capa<es de ação e de lin%ua%em3 (abermas se apropria do conceito fenomenol9%ico de Edmundo (usserl ?/ . . /B de *Lebensumwelt* ou *Lebenswelt* ou _mundo de vida` ou ainda _mundo vivido`^{+X}!

Embora não seja obieto da nossa pesquisa3 identificaHse nos 8ltimos escritos de (abermas a consideração do mundo obletivo como3 de fato3 um mundo independente3 em sua construção epistemol9%ica3 do pr9prio suleito3 ou seja3 a defesa de um _realismo se%undo o vi's pra%matico`! ? (ANE\$MA ; 3 / . . /3 p! XXB!

#ara Urbano \illes3 estes dois termos si%nificam o _conjunto estrutural da e>periência imediata de fundamento ori%inário de sentido` ?\1 : : E ; 3 U! A fenomenologia =usserliana como m'todo radical! In" (U ; ; E\$: 3 E! **A crise da humanidade européia e a filosofia!** #orto Ale%re" **EDITORIA**3 / . . /3 p! 1 /B!)rataHse de uma tradução mais pr9>ima do mundo imediato que o suleito tem diante de si! Embora a tradução que \illes fa< em *A crise da humanidade européia e a filosofia* ?/ . . /3 p! 2.B seja de _mundo circundante3 pensamos n9s3 aqui3 que a forma como ;tein ?/ . . /3 p! /0B tradu< *Lebenswelt*3 apro>imaHse mais da pra%matica universal de (abermas3 isto '3 a partir de onde se reconstr9i _os pressupostos universais da comunicação` ? (ANE\$MA ; 3 +20,3 p! /22B! #or isso3 a partir de a%ora adotaremos a tradução de ;tein ?/ . . /B para o termo alemão *Lebenswelt* como mundo vivido3 porque assim se pode falar de elementos conscientes que podem ser descritos! A tradução de *Lebenswelt* como mundo vivido ' pr'Hcate%orial3 ' antepredicativa3 anteconceitual! 7 entendimento de *lebenswelt* como o =ori<onte de saber não temati<ado3 onde as normas e os valores de vida são compartilh=ados intersubletivamente3 condi< mais com a tradução de ;tein ?op! cit!B como mundo vivido!

7 *Lebenswelt* ou mundo vivido ' o c=ão onde ' poss vel ocorrer o entendimento lin%A stico entre suleitos 6 o a%ir comunicativo da consciênciã moral! Em princ pio³ ele ' o =ori<onte de saber não temati<ado³ o conte>to pr9prio das relaÇDes sociais! E a situação na qual o falante se propDe a obter ê>ito com sua intenção comunicativa e ' proposta sua que o ouvinte compreenda e aceite a sua emissão lin%A stica!

7 mundo vivido se coloca inacess vel à temati<ação³ mas numa situação de discurso aparece como conte>to formador ou pressuposto básico do entendimento entre falantes e ouvintes! #ara (abermas³ ele ' o pano de fundo a partir do qual falantes e ouvintes podem entender#se! Qa busca do entendimento³ ou discurso racional³ o mundo vivido vai se constituindo como saber de fundo³ partil=ado intersubletivamente pela comunidade de comunicação! Esse entendimento não se dá sem o conte>to³ não se dá sem as condiÇDes de possibilidade para a apresentação de suas ra<Des do entendimento que o mundo vivido proporciona!

#ara (abermas ?+222B³ ' a partir dos elementos que compDem o mundo vivido partil=ado intersubletivamente que os suleitos capa<es de lin%ua%em e de ação podem se constituir como suleitos livres e i%uais! Isto porque³ no discurso prático³ na busca cooperante da verdade³ _interessa somente a força do mel=or ar%umento!` ?p! +1B!

Qessa comunidade discursiva³ o suleito se fa< livre porque em seu interior somente ' admitida a força do mel=or ar%umento e nen=uma outra força de coação se fa< necessária para se c=e%ar à verdade! Da que para o fil9sofo o _conceito intersubletivista de autonomia`+³ leva em conta o desenvolvimento livre da personalidade de cada um na reali<ação da liberdade de todos!

7 conceito de *Lebenswelt* ou mundo vivido em (abermas ' complementaríao da ação comunicativa³ pois possibilita³ a partir da teori<ação dos seus elementos³ aos participantes da comunicação a obtenção de um acordo acerca da validade de qualquer emissão do proponente³ ou do falante³ no a%ir comunicativo! A teori<ação si%nifica o levantamento de questDes sobre o que at' então ' aceito tacitamente por uma determinada comunidade!

Ao reformular essa cate%oria pr9pria do iluminismo Kantiano³ (abermas ?+222B se diferencia da forma de compreensão daquele autor ao propor uma leitura intersubletiva³ como abordaremos no Cap tulo / deste trabal=o!

Ao argumentar todo sujeito de ação e linguagem tem que pressupor que o seu oponente tem as suas mesmas condições de aceitação ou rejeição de suas proposições. (há uma situação implícita de equilíbrio de entendimento entre os membros de uma comunidade linguística de argumentação. A comunidade real de comunicação pressupõe uma comunidade ideal de comunicação de relações simétricas entre os seus membros proponentes e oponentes de uma argumentação.

A partir do discurso que o mundo vivido é teorizado porque é moralizado (ANESMA; 2022, p. 108). Isto se dá porque o discurso como linguagem racional deve deixar clara uma normatização implícita do agir humano no mundo. No discurso o mundo vivido é liberado das rotinas da percepção cotidiana e das convicções do agir cotidiano. É sujeito que levanta questões que argumenta se distancia do mundo vivido na medida em que não aceita ou pelo menos põe em suspense aquilo que o senso comum aceita pacificamente!

7 mundo vivido é o mundo da prática cotidiana e lida com as pretensões de validade examinadas hipoteticamente o mundo das relações ordenadas institucionalmente vê-se moralizado de maneira análoga à maneira pela qual o mundo dos estados de coisas é teorizado. (Ibidem, p. 108). Diante de estados de coisas objetivos, sociais ou subjetivos no mundo da vida, o sujeito que levanta alguma pretensão de validade do seu discurso ao elaborar este ato de fala teoriza moralmente este determinado conteúdo!

E no mundo vivido que se forma o conteúdo para os processos de entendimento mútuo que oferecem os recursos para esse entendimento. Ele fornece uma provisão de obviedades culturais donde os participantes da comunicação tiram seus esforços de interpretação, os modelos de entendimentos consentidos. (Ibidem, p. 109, 110). É preciso que ouvinte e falante se entendam no processo de comunicação e é por isso que o mundo vivido fornece os recursos para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo. (Ibidem, p. 109, 110) que pode surgir em cada situação determinada de ação de fala. É para que seja o entendimento mútuo linguístico os agentes comunicativos devem executar seus planos de ação em comum acordo com uma determinada situação da do mundo da vida definida espontaneamente!

Falantes e ouvintes ou seja proponentes e oponentes asseguram um contexto comum de suas vidas o mundo intersubjetivamente partilhado entre eles! O mundo vivido é a base ética da ética do discurso em (abermas pois ele é o contexto comum de vida de proponentes e oponentes! É o horizonte no qual os agentes comunicativos efetivamente se situam no âmbito das relações sociais espontâneas das emissões linguísticas não tematizadas da vivência do entendimento mútuo! (Habermas, 1984, p. 102). E no mundo vivido que as relações sociais assumem a forma de ação comunicativa isto é de um processo interativo linguisticamente mediado pelo qual os indivíduos coordenam seus projetos de ação e organizam suas relações recíprocas! (ibidem, p. 102).

O mundo vivido é denominado como o consenso de fundo por ser entendido como aquela situação de comum entendimento sobre a verdade do enunciado sobre a adequação normativa do proferimento e sobre a veracidade ou a sinceridade do falante em relação ao que este está expressando ou seja as três pretensões de validade do discurso que possuem como pressuposto a inteligibilidade!

O mundo vivido é o saber de fundo partilhado intersubjetivamente por uma comunidade na qual os seus participantes não questionam esse saber! Seus elementos que o compõem são as condições de possibilidade para reabilitação do entendimento por meio da apresentação de razões levantadas por seus membros! É um conceito que complementa ao de ação comunicativa pois ele possibilita aos participantes da comunicação a obtenção de um acordo acerca da validade ou não de uma emissão qualquer!

O discurso prático não parte dos elementos do mundo vivido que no cotidiano são tematizados para conceituá-los isto é tematizá-los no âmbito do discurso! A tematização é possível se deixar o agir estratégico ao agir em que as suas finalidades não são colocadas claramente para o oponente em prol do agir orientado para o consenso do agir racional mediado linguisticamente! É isso se dá quando neste caso de elaborações linguísticas intersubjetivas os falantes como sujeitos de ação e de linguagem são suficientemente competentes para levantar pretensões de validade para suas proposições quanto à sua inteligibilidade à adequação delas ao mundo objetivo à adequação delas ao mundo que é compartilhado intersubjetivamente e ao mundo que só a ele mesmo pertence ou

seja o mundo subjetivo! As proposições verdadeiras ou normas que pretendem ser justas partem do contexto interativo espontâneo do mundo da vida para o discurso como atitude crítica para chegar a um consenso em torno daquilo que é proposto!

Ao defender a fundamentação de uma ética e de uma lógica sob a forma da argumentação moral (Habermas afirma que a fundamentação só pode alcançar sucesso se também pudermos identificar uma pretensão de validade especial associada a mandamentos e normas básicas no plano em que surgem os primeiros dilemas morais no contexto do mundo da vida) (Habermas, 1983, p. 102). Isto quer dizer que neste contexto ou campo do mundo da vida que ocorrem os pressupostos básicos para as pretensões lógicas de validade dos atos da fala de um agir comunicativo orientado para o entendimento mútuo. Não é o discurso como fala racional e por isto mediada pelas pretensões de validade de cada falante sem o mundo da vida ou seja sem o momento anterior do ponto de vista lógico das relações sociais não tematizadas. As relações sociais entre proponentes e oponentes se tematizam se conceitualizam a partir do momento em que pelo menos um dos sujeitos capazes de falar e agir põe em questão as pretensões de validade a respeito de proposições para uma determinada comunidade de comunicação!

Os sujeitos são capazes de entrar no âmbito da argumentação ao atingirem o estágio em que as normas necessitam de uma justificação racional e o estágio pós-convencional! Esses falantes que entram em argumentação empreendem seriamente a tentativa de resgatar discursivamente pretensões de validade normativas porque aceitam intuitivamente condições de procedimento que equivalem a um reconhecimento implícito do princípio de universalização (idem, p. 111, 112) são duas pressuposições básicas para o sujeito entrar em argumentação "a proposta de normas que sejam válidas para a comunidade argumentativa e a aceitação de um procedimento que seja universal!

7 mundo social é moralizado a partir da atitude imputada do participante do discurso destacada da totalidade do mundo da vida (idem, p. 113). Este destaque quer dizer que o participante de um discurso toma distância a distância epistemológica em relação à facticidade das instituições existentes quando se põe a examinar as suas normas!

7 *Lebenswelt*, ou mundo vivido, o contexto comum da vida
ouvintes, o horizonte no qual os agentes comunicativos efetivam
]mbito das

podem entender-se! De fato, ele é o saber de fundo, partilhado intersubjetivamente pela comunidade dos envolvidos na comunicação, uma condição de possibilidade para o entendimento por meio de apresentação de realidade ou seja, é o espaço onde as pretensões de validade dos atos de fala são levantadas por parte do falante e da parte do ouvinte e que no discurso são questionadas ou colocadas à prova. ⁷ O conceito de mundo vivido² é um conceito complementar ao conceito da ação comunicativa, pois pressupõe aos participantes da comunicação a obtenção de um acordo, como já nos referimos, acerca da validade de uma emissão linguística!

Esta estrutura de conteúdo teórico concreto a problemática ainda não problematizado ao nível do discurso, passa a ser problematizada a partir do momento em que os membros da sociedade não mais partilham das mesmas definições e daí requer uma nova ordenação do que até então era compartilhado intersubjetivamente, tendo como base cada um dos seus três componentes, a saber, o mundo subjetivo, o mundo objetivo e o mundo intersubjetivo!

1.3 OS ATOS DE FALA E SUAS PRETENSÕES DE VALIDADE

(Abernas tem como um dos pressupostos teóricos da sua teoria do agir comunicativo a teoria dos atos de fala de John Austin (1922-1962) e John Searle (1913-1983). Para ele, a teoria dos atos de fala leva em conta a dimensão pragmática da linguagem. Essa dimensão são as condições em que o entendimento pode se constituir na relação entre o falante e o ouvinte. As condições de reconstrução do entendimento se dão pela satisfação das pretensões de validade quanto à verdade, à veracidade e à retidão normativa de uma proposição!

A teoria dos atos de fala leva em conta o componente ilocucionário porque considera a relação interpessoal e o caráter ação inerente ao falar (Austin, 1962; Searle, 1969). Abernas, a discussão sobre os atos de fala tem cristalizado ideias sobre as quais se pode ter como base os pressupostos

⁷ *Lebenswelt* (mundo vivido) é para Habermas o horizonte de pressuposições partilhadas intersubjetivamente no qual cada processo comunicativo encontra-se embutido. É o leito de rio de saberes, de orientações intuitivamente familiares, no qual o fluxo dos processos comunicativos sociais pode avançar sem ser repressado!

básicos da pragmática universal (Austin, 1962). A teoria dos atos de fala fundamenta-se na relação entre linguagem e mundo objetivo. As ideias da semântica da verdade com as da pragmática universal do tipo da linguagem (abermas se pergunta se apenas os atos de fala constatativos pela sua dupla estrutura ilocucionária-proposicional podem ser considerados válidos ou inválidos verdadeiros-falsos ou se outras ações de fala também possuem um equivalente para a dimensão de verdade) (Austin, 1962, op. cit. p. 10). Para (abermas, op. cit. p. 10) a teoria da ação de fala de ;earle é a mais bem elaborada até então pois

Os cinco modos básicos que ;earle distingue atos de fala constatativos, diretivos, comissivos, expressivos e declarativos podem ser melhor diferenciados com o auxílio de critérios pragmáticos como por exemplo a orientação do interesse de falantes e ouvintes, o grau de intensidade na produção de uma anedota ilocucionária a lição institucional do ato de fala etc. (ibidem, p. 10).

(abermas entende que a ação de fala em ;earle não pode ser descrita como um efeito perlocucionário. Isto o leva a considerar que o significado contencioso daquilo que o falante gostaria de dar a entender a um destinatário não se desfaça no conteúdo subjetivo de uma intenção do falante. O fim visado pelo falante é aquele de fazer com que o destinatário reconheça que as condições exigidas para a validade de uma ação de fala corretamente realizada estão preenchidas (ibidem, p. 10). Enquanto falante e ouvinte têm que falar a mesma linguagem o ouvinte só pode compreender o ato de fala se conhecer também as condições que autorizam o falante a fazer suas expressões ou seja que justificam o fato dele esperar que o destinatário realize a ação exigida (ibidem, p. 10).

E através de qualquer ato de fala que um falante se faz entender com um outro sobre algo. O ato de fala situa a expressão linguística em relação aos três mundos em referência ao mundo do próprio falante (o mundo subjetivo) em referência àquele do ouvinte (relação interpessoal) e em referência ao mundo que os cerca (mundo objetivo). A articulação bem sucedida da referência entre esses três mundos torna possível um acordo racionalmente motivado entre os vários atores devido às duas funções da linguagem que são a representação e a expressão. A

Aqui fica claro com quais filosofias (abermas dialoga) elas vão desde neopositivismo passando pela teoria dos atos de fala de Austin e ;earle aos tipos de linguagem do segundo Wittgenstein!

teoria dos atos de fala supõe que esses 'atos' podem ser formados com auxílio das expressões linguísticas apontando para um consenso racionalmente motivado sobre o que 'é dito'!

7 (Abernas entende que a teoria dos atos de fala tem como tarefa a reconstrução do entendimento entre falantes e ouvintes a partir da suposição de que as orações emitidas por eles são pragmaticamente corretas e ao mesmo tempo normativamente aceitáveis pela comunidade linguística! A meta da análise reconstrutiva da linguagem é a descrição explícita das regras que um falante competente tem de dominar para formar orações pragmaticamente corretas e emití-las de forma aceitável!?)

A distinção que é feita entre a fala propriamente dita e ação de fala é que esta última tem o conteúdo de uma pretensão de validade universal a qual se tematiza no significado do ato ilocucionário! Isto se dá porque o ato de fala ilocucionário ao se referir ao conteúdo proposicional das relações entre falantes e ouvintes diz respeito ao mundo social ou intersubjetivo!

A preocupação de (Abernas) ao se apropriar da teoria dos atos de fala de Austin e Searle é entender como são compreendidas ou melhor ainda inteligíveis ao ouvinte as emissões feitas pelo proponente numa determinada ação linguística. Por isto (Abernas) afirma que compreender o que 'é dito' é a participação e não a mera observação!

Em (Abernas) os atos de fala se apresentam com um aspecto empírico e um outro transcendental ou como ele prefere quase-transcendental! Eles são ações de sujeitos capazes de linguagem e de ação! Essas ações se dão num mundo compartilhado por relações intersubjetivas! Todos os sujeitos podem expor seu proferimento estabelecendo sua pretensão de validade por meio do convencimento do melhor argumento do ponto de vista racional! Como veremos as condições pragmáticas estabelecem que um proferimento só seja válido se servir para a formação do consenso!

Essas duas funções situam-se num nível mais abstrato e servem à interação social de um mundo vivido compartilhado intersubjetivamente pelos participantes de um processo de comunicação?

Para Dutra... o ponto mais importante da teoria dos atos de fala é tanto para a pragmática universal como para a lógica do discurso a constatação de que o ato de fala é antes de mais nada uma ação!

7 ato da fala de um ator s9 pode ter êxito se o outro aceita a oferta do que esse ato de fala cont'm em si3 rea%ndo ?mesmo que implicitamente33 atrav 's de um sim ou de um não à pretensão de validade que em princ pio ' suscet vel de cr tica! ?) AC l3 p! 4 ,2B!

7 ato de fala res%uarda o _sentido lin%A stico da e>pressão proferida` ?#I\ \l3+2213 p! +/4B e tamb ' m o conte>to social de suleitos de refle>ão ?conte8do3 e ação ?ato3! E neste caso que se di< que a teoria do ato de fala supera a dicotomia que possa =aver entre a teoria3 ou conte8do3 e a prática ou ação! #orque o ato de fala não tem somente o aspecto locucionário ?de enunciar ou de nomear33 mas tamb 'm o ilocucionário ?de di<er al%o a al%u'm3 e principalmente 6 para a pra%mática universal 6 o perlocucionário ?de causar al%o sobre o ouvinte3!

#ara (abermas3 todo falante adulto dispDe de um saber impl cito que ' suscet vel de reconstrução3 ou seja3 de temati<ação3 atrav 's do qual se e>pressa a _competência lin%A stica` de criar oraçDes!

b!!!c a teoria dos atos de fala postula uma correspondente competência comunicativa de re%ra3 a saber" a competência de empre%ar oraçDes em atos de fala! ;upDeHse3 ademais3 que a competência comunicativa tem um n8cleo tão universal como à competência lin%A stica! Uma teoria %eral dos atos de fala teria então que descobrir precisamente o sistema fundamental de re%ras que os falantes adultos dominam na medida em que podem cumprir as *condições para um emprego afortunado de orações em atos de fala* 6 qualquer que seja a l n%ua particular a que as oraçDes pertençam e quaisquer sejam os conte>tos contin%entes em que essas emissDes estejam em cada caso inseridas! ?) ACC3 p! 4/ ,B!

Qas açDes de fala3 os participantes da comunicação referemHse a al%o no mundo intersubjetivo3 no mundo social e no mundo objetivo comum a todos eles! De acordo com as pretensDes de validade temati<adas em cada um desses mundos determinamHse as forças ilocucionárias3 a serem dedu<idas de três modos básicos respectivamente0 as açDes de fala constatativas3 as açDes de fala re%ulativas e as açDes de fala e>pressivas! A ação de fala passa a ser compreens vel quando _acoplada` a uma pretensão de validade3 quando con=ecemos! #ara (abermas3 _o tipo das ra<Des que um falante poderia adu<ir3 a fim de convencer um ouvinte de que ele3 em certas circunst]ncias3 está autori<ado a e>i%ir validade para seu proferimento ? (ANE\$MA ;3 +22 .B!

(abermas fa< a distinção entre os atos de fala concretos e a situação das oraçDes em quaisquer atos de fala! 7s atos de fala podem ser divididos em quatro classes fundamentais" comunicativos 6 e>plicitam o sentido dos proferimentos como proferimentos3 se%undo re%ras sem]nticas e sintáticas3 para que a comunicação se dê ?por e>emploÇ di<er3 falar3 per%untar3 ob!etarÇ atos de fala constatativos 6 que e>plicitam o sentido dos enunciados como enunciados3 das frases com sentido co%nitivo3 sobre os quais er%uemos pretensão de verdade ?por e>emplo afirmar3 descrever3 relatar3 e>plicarÇ atos de fala re%ulativos 6 e>plicitam o sentido do empre%o prático das frases3 a relação entre falante e ouvinte3 se%undo as re%ras da interação3 do comportamento interpessoal 6 neles3 =á a pretensão de le%itimidade3 de retidão e de correção normativa ?são os que se apro>imam do proferimento performativoÇ e atos de fala representativos 6 e>plicita a maneira como o falante se apresenta diante do ouvinte3 suas intençDes3 atitudes ?por e>emploÇ lamentar3 ocultar3 deselar!

7s atos de fala concretos devem ser apreendidos descritivamente pela pra%mática emp rica3 enquanto que teoria da pra%mática universal tem por ob!eto a _reconstrução de sistemas de re%ras que sub!a<e a capacidade de um su!eito para emitir oraçDes em *qualquer* situação!` ?)ACC3 p! 44/B! A pra%mática universal3 como veremos adiante3 encontra!se para al' m da facticidade da fala da comunidade real de comunicação3 isto '3 nas condiçDes da comunidade ideal de fala!

Q9s somos capa<es de compreender uma ação de fala quando sabemos aquilo que a torna aceitável3 isto '3 quais as suas ra<Des adu<idas que nos fa<em interpretar as condiçDes de validade dessa ação! As pretensDes de validade são _ponto de conver%ência do recon=ecimento intersub!etivo por parte de todos os participantes!` ?(ANE\$MA;3 op! cit!3 p! 0+B3 possuindo3 portanto3 uma eficácia emp rica! A pretensão de validade pode ser proposta por um falante diante de no m nimo um ouvinte3

A pretensão de validade desempen=a um papel pra%mático na din]mica que perpassa toda a oferta do ato de fala e a tomada de posição do destinatário em termos de aceitação ou re!eição! As pretensDes de validade3 levantadas pelo falante possuem um caráter universal! Fica claro3 em (abermas ?op! cit!3 p! 00B3 que atrav' s de pretensDes de validade3 que transcendem todas as particularidades locais3 a tensão entre _pressupostos transcendentais e dados emp ricos` passa a =abitar a

própria facticidade do mundo vivido? O cumprimento das pretensões de validade não se pode demonstrar apelando diretamente a evidência conclusiva, mas se faz pelo caminho do cumprimento discursivo de pretensão, isto é, apelando a verdade da proposição ou a correção das normas? (ANESMA; 2002, p. 4).

Todo ato de fala levanta pretensões de validade que se entrelaçam e às vezes a imagem que a comunicação oferece de uma pretensão de verdade difusa, frátil, constantemente submetida à revisão. Cada ação de fala pode ser criticada reiteradas vezes como inverídica, em relação a uma asserção feita, como incorreta, em relação a conteúdos normativos, e como não sincera, em relação à intenção do falante. Embora em certos momentos sejam postas em dúvida, elas valem enquanto há entendimento recíproco entre os atores que atribuem provisoriamente validade àquilo que é dito e que a rigor não é refutado. Assim, os argumentantes pretendem que seja a verdade em seus atos de fala at que seus oponentes aceitem ou recusem essas pretensões de validade.

Para (abermas) toda ação de fala tem uma base de validade e a tese por ele levantada de que o agente que atua comunicativamente tem que propor na execução de qualquer ato de fala pretensões universais de validade e ao mesmo tempo supor que tais pretensões podem ser satisfeitas. Na medida em que ele queira participar de um processo de entendimento não pode deixar de propor as seguintes pretensões universais da validade: de estar se expressando inteligentemente, de estar propondo uma expressão inteligível, de estar dando a entender algo de conteúdo verdadeiro, de estar dando-se a entender, pretensão de veracidade, e de entender-se com os demais, a pretensão de correção ou retidão das normas do entendimento.

A pretensão de validade normativa pretende ter uma relação interpessoal com um conteúdo normativo vigente. Isto ocorre porque, como lá vimos, o falante, ao relacionar-se com o ouvinte, pretende verdade para os enunciados ou para as pressuposições de existência, pretende igualmente retidão para as ações legitimamente reguladas intersubjetivamente e para o conteúdo normativo destas normas e, enfim, pretende veracidade para a manifestação de suas vivências subjetivas.

(abermas entende que a ação comunicativa s9 pode prosse%uir sem perturbaçDes se todos os participantes _supuserem que as pretensDes de validade que uns e outros se propDem são pretensDes reivindicadas como ra<ão!!!` ?) ACC3 p!
4. +B3 ou se@a"

7 falante tem que ele%er uma e>pressão inteli% vel para que falante e ouvinte possam entenderHse entre si0 o falante tem que ter a intenção de comunicar um conte8do proposicional verdadeiro para que o ouvinte possa compartilh=ar o saber do falante0 o falante tem que querer e>pressar suas intençDes de forma vera< para que o ouvinte possa acreditar na manifestação do falante b!!!c e ele%er uma manifestação correta3 manifestação que torna vi%ente as normas e os valores3 de sorte que ambos3 ouvinte e falante3 possam concordar entre si nessa manifestação3 tornando poss vel um acordo normativo intersubletivamente recon=ecido! ?Idem3 p! 4. .B!

Essas quatro pretensDes de validade ?de inteli%ibilidade/⁴ de verdade de veracidade e de retidão normativa3 formuladas por (abermas a partir das teorias dos atos de fala de Austin e ;earle3 e>postas na *Teoria da Ação Comunicativa* e na *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, servem de base de toda sua teoria da ação comunicativa!

#ara (abermas3 o ato lin%A stico ' literalmente um ato porque tem sua parte performativa que permite ao locutor e>ecutar3 ou se@a3 fa<er al%o3 ao mesmo tempo em que fala! A ação a que se refere o elemento performativo ' assim c=amada dupla estrutura de uma emissão lin%A stica! A manifestação lin%A stica não ' simplesmente fala3 mas simultaneamente ação!

7 ato locucionário ' o ato de di<er al%uma coisa3 de proferir uma sentença com sentido! E decomposto em três atos e as circunst]ncias que cercam o proferimento devem ser levadas em conta0 o ato fon'tico ?emissão de uma seqAência de ru dos e fonemas3 o ato fático ?emissão de uma seqAência de palavras pertencentes a um vocabulário e or%ani<adas em concord]ncia com uma determinada %ramática3 e o ato r'tico ?emissão de seqAência de palavras di<endo _al%uma coisa` sobre _al%o`3 isto '3 com sentido e com referência3 ?C7 ;)A3 C!
/ . . /B! 7 ato locucionário por ser compreendido como simples ato de proferimento

⁴ A pretensão da inteli%ibilidade ' colocada por \$auber ?+222B como sendo uma diferença de quantidade de pretensDes de validade! Em *Teoria do Agir Comunicativo3* (abermas propDe quatro pretensDes3 lá mais adiante em *Ação Moral e Agir Comunicativo* propDe somente três pretensDes! Aquele autor especula que a inteli%ibilidade não pode ser entendida como pretensão3 mas como uma pressuposição das demais pretensDes!

de uma sentença expressando estados de coisas não de interesse prioritário da teoria do agir comunicativo de (abermas!

7 ato perlocucionário ' uma classe especial de interações estratégicas! Em meio a conteúdos de ação teleológica parte do caráter assimétrico existente na relação falante-ouvinte os ouvintes são assim meras vítimas do falante! Ele ' realizado pelo fato de alguém =aver efetuado um ato ilocucionário! ; ão efeitos do ato ilocucionário" os sentimentos, pensamentos, ações, entre outros!

; omente o ato ilocucionário pressupõe a ação simétrica entre os envolvidos ou concernidos! #elo ato ilocucionário realizamos algo ao dizermos algo ?por exemplo" amanhã voltarei! Esses verbos são explicitáveis pela adição de verbos performativos ?informar, ameaçar, prometer! ; ão estas as interações sociais privilegiadas e as chamadas "forças ilocucionárias" por conta do modelo próprio daquilo que ' chamado de ação comunicativa de caráter simétrico!

7s três atos de fala são abstrações que analisam um fato único e o fato de que o falante, ao dizer alguma coisa, o faz de certa força ilocucionária e com a intenção de produzir no ouvinte certo efeito ?CMAC, p. 10, pretendendo que ele seja verdadeiro!

Na ação estratégica o falante utiliza dissimuladamente os efeitos ilocucionários para alcançar fins perlocucionários! O ato de fala relativo da ação estratégica ' impossível ao ouvinte questionar a pretensão de validade do falante para tentar alcançar um consenso por meio de um discurso racionalmente motivado, assim não há espaço para o desenvolvimento da ação comunicativa como resultado discursivo da pretensão normativa implícita no ato de fala!

Enquanto não houver alguma objeção às pretensões universais de validades levantadas pelo proponente de uma comunicação o entendimento entre falante e ouvinte está plenamente satisfeito!

* quando o falante faz um enunciado conta algo e explica algo e pede algo, predica algo ou discute algo etc, busca um acordo com o ouvinte sobre a base de reconhecimento de uma pretensão de verdade! * quando o falante emite oração de vivência, descobre, revela, confessa, manifesta e etc, algo subjetivo, o acordo só pode produzir-se sobre a base do reconhecimento de uma pretensão de veracidade! * quando o falante dá uma ordem ou faz uma promessa nomeia ou orienta alguém, compra algo, se casa com alguém etc, o

acordo depende de que os participantes considerem normativamente correta a ação. (Sperber & Wilson, 1995, p. 428).

O acordo entre os participantes de um processo de comunicação somente se dá quando se obtém o reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade que o falante vincula a este processo!

Para (Sperber & Wilson, 1995) somente o ato de fala de caráter ilocucionário tem condições de oferecer pretensões de validade e aceitabilidade de consenso interpessoal, estabelecendo uma relação intersubjetiva entre sujeitos que colocam diante de si as diferentes possibilidades para prosseguir ou não a interação. (Sperber & Wilson, 1995, p. 428). A força ilocucionária de um ato de fala aceitável consiste naquilo que leva o ouvinte a confiar nas obrigações típicas para cada classe de atos de fala que realiza o falante. (Sperber & Wilson, 1995, p. 428). Isto porque pelo próprio caráter ilocucionário das ações de fala, o falante indica o que ele faz. (Sperber & Wilson, 1995, p. 428).

e pragmática universal de (Sperber & Wilson, 1995) vai interessar aquilo que os verbos performativos são capazes de modificar no ouvinte em cada emissão do falante e não tanto o conteúdo dessas emissões, dado o formalismo de sua teoria. Para compreender melhor a concepção de pragmática universal que iremos abordar mais adiante, é importante que deixemos claro a classificação dos atos de fala para o presente; assim como as pressuposições ideais da fala entre falante e ouvinte!

Assim (Sperber & Wilson, 1995) classifica os atos de fala em imperativos, constatativos, regulativos, expressivos, comunicativos, operativos, declarativos e satisfativos. Nos atos de fala imperativos o falante se refere a um estado que deseja ver realizado. Nos constatativos o falante se refere a algo no mundo objetivo no sentido de estabelecer uma relação interpessoal que possa ser reconhecida como legítima. Nos regulativos expressam algo no mundo social comum. Nos atos de fala expressivos o falante se refere a algo pertencente ao seu próprio mundo subjetivo. Nos atos de fala comunicativos são aquela subclasse de atos regulativos que servem para organização da fala, sua estruturação em temas, distribuição de papéis. Nos atos operativos são a descrição daquilo que fazemos quando construímos expressões simbólicas concretas. Nos atos declarativos expressam ações como apostar, casar, jurar, entre outras. Nos atos de fala satisfativos são

aqueles que se referem às desculpas pela violação de uma norma e ao desagravo ou reparação!

Quando o ouvinte pode compreender o ato de fala se considerar também as condições que autorizam ou se justificam o fato de ele esperar que o destinatário realize a ação esperada! Isto quer dizer que ele precisa considerar as condições que autorizam o falante a estar em relação com o ouvinte! Essa pressuposição ideal do ato empírico da fala aponta em direção a uma situação ideal da fala! A situação ideal da fala é a suposição que fazemos inevitavelmente quando entramos em discursos! É a situação que cria as condições inevitáveis para o consenso! A idealidade da fala não é fruto apenas da interação linguística entre os participantes, mas principalmente do discurso no qual os agentes têm iguais oportunidades para se expressar e expressar atitudes, sentimentos, intenções, promessas!

A ética do discurso¹ se utiliza das condições ideais da fala para iluminar as condições ideais de vida ou se utiliza para projetar uma sociedade na qual as decisões relevantes passam a ser fundamentadas praticamente pela superação da dicotomia entre teoria e prática a partir da sua crítica permanente! Da que o chamado "critério de argumentação discursiva" deve excluir qualquer forma de coerção externa ou interna evitando as patologias de uma comunidade distorcida! Por outro lado, o que o discurso universal é característico da ética do discurso é suprema representação ideal formal de um entendimento linguístico livre de toda e qualquer coerção, mas sujeito ao melhor argumento! O melhor argumento é a fala racional, o discurso é a única coerção possível e aceitável entre os membros de uma comunidade de comunicação!

A situação ideal de fala se distancia da estrutura social empírica, histórica como antecipação de espaços para além das condições viventes! Essa idealidade se coloca no plano metateórico da linguagem alternativa, que conduz ao movimento de reconstrução de uma linguagem racional, possibilitando distinguir o consenso

E neste sentido que John Austin afirma que "quando pronunciamos algo lá estamos fazendo aquilo que nos propusemos a fazer" que toda fala é "em si uma ação" toda fala performativa é pressupõe uma ação nela embutida! Ela não é verdadeira nem falsa, ela simplesmente diz o que se está fazendo! (ibidem, p. 148/49)

Para John Rawls (1971) apud (ANESMA, 2013, p. 11) as condições ideais que a ética do discurso utiliza favorece a possibilidade de unir teoria e prática e que o entrelaçamento da ação numa intersubjetividade mediada linguisticamente, faz com que se tematizem questões de validade às quais todo conteúdo ou informação acaba tornando-se consciente!

verdadeiro do falso! Ela ' voltada para um entendimento para um consenso que nos precede antecipando o futuro de uma liberação cuja ideia reguladora ' o ideal da comunicação sem limite e sem nenhum impedimento!

A situação ideal de fala ' a aparência transcendental se esta aparência ao invés de dever-se a uma transferência que não pode ser permitida não fosse à condição construtiva a fala racional! A antecipação da situação ideal de fala tem para toda comunicação possível o significado de uma aparência construtiva que a suposição de uma forma de vida! ?) ACC3 p! +X, B!

Quo momento em que um sujeito realiza um ato de fala e o outro toma uma posição em relação a este ato ocorre a uma relação interpessoal numa comunidade comunicativa que coloca frente a frente o eu e o alter! E a forma ou o procedimento como se dá essa possível relação entre sujeitos capazes de fala e de ação que faz com que seja possível o entendimento na relação histórica e linguisticamente mediada! A situação ideal pretende unir teoria e prática! 7 entrelaçamento da ação de fala numa intersubjetividade mediada linguisticamente faz com que se tematizem questões de validade raças às quais todo conteúdo ou informação acaba tornando-se consciente! 7 discurso é que o sujeito se capacite de forma interpretativa para que possa submeter suas manifestações ao exame discursivo das pretensões de validade e de veracidade nos conteúdos de ação comunicativa superando os autoenganos e as patologias de uma comunicação distorcida!

Por meio de um enunciado o falante levanta pretensões de que sua afirmação encontre assentimento de todos os possíveis concernidos sobre a verdade de sua emissão! E ' mediante a apresentação das razões que ele justifica tal pretensão! A isso (abermas c=ama de pretensão de verdade! 7 acordo normativo numa determinada comunidade linguística não se dá quando pelo menos um dos seus membros discorda da justiça da norma implícita no ato de fala! 7 consenso intersubjetivo racional ocorre quando os atores lá não se encontram mais no horizonte do mundo da vida ou seja do entendimento plenamente satisfeito!

A comunidade argumentativa ideal ou de comunicação ideal de Apel . . . B permite reconstruir mesmo que hipoteticamente de uma fundamentação crítica para a humanidade toda capaz de situar os sujeitos na perspectiva de uma comunidade mundial de atores e preocupada com a vida e as relações intersubjetivas das comunidades reais de comunicação!

Isto ocorre quando depois de estendida a recproca falante-houveinte a perspectiva da primeira pessoa o eu e o alter podem assumir em face da própria orientação de ação a respectiva atitude da outra pessoa com a qual se relaciona! ?CMACB!

survindo assim a necessidade de se restabelecer o consenso de fundo por via do discurso racionalmente motivado. O falante ou proponente a partir das razões por ele aduzidas tenta convencer o seu oponente da adequação da norma implícita no seu ato de fala!

Quando enunciado expressivo ou representativo os locutores estão alegando implicitamente que a expressão de seus sentimentos é verdadeira; e a veracidade for posta em questão não é como se estabelecer o entendimento por meio do discurso. O falante pensa sinceramente o que diz e a que se pode dar credibilidade pela consistência de suas ações, não pela indicação de razões.

O discurso teórico se refere a um enunciado constativo pois fundamenta ou refuta a pretensão de verdade. Sua estrutura tem as condições para vencer a distância entre as observações singulares e as hipóteses universais de verdade. Seus proponentes e os oponentes devem procurar convencer uns aos outros das verdades de suas afirmações por meio de uma argumentação racional. Eles devem procurar um novo consenso por intermédio da cooperação dos demais participantes do discurso sem o recurso da coação ou de qualquer forma de manipulação buscando o entendimento com base no melhor argumento. (Abernas a partir da teoria dos atos de fala propõe uma nova concepção de verdade. É proposto o entendimento de verdade não mais como adequação do pensamento à realidade, como fruto da ação comunicativa, não como uma verdade subjetiva, mas como uma verdade intersubjetiva que surge do diálogo entre os membros da comunidade de comunicação, ao qual se aplicam algumas regras, como a não contradição, a clareza de argumentação e a falta de constrangimento ou de coação da ordem social¹⁰).

O discurso prático se refere a um enunciado regulativo que expressa uma pretensão normativa por meio de reabilitação do comum entendimento sobre estas pretensões de validade normativa. Quando a pretensão da correção é questionada entra-se no discurso prático para refutar ou fundamentar a legitimidade do uso daquela norma implícita no enunciado regulativo. Da mesma forma que no discurso

¹⁰ E neste sentido que Senaldo Costa pode afirmar que (Abernas pretende defender a tese de que a verdade pertence categoricamente ao mundo dos pensamentos e não das percepções. Por isso a teoria consensual da verdade se diferencia das teorias metafísicas da verdade e das teorias positivistas da verdade. (Costa; Azevedo, 1993, p. 404).

teórico o processo argumentativo deve ser conduzido de forma racional, livre de toda e qualquer coação de forma que prevaleça apenas a força do melhor argumento! Quando se coloca em questão a legitimidade de uma norma há uma suspensão temporária de legitimidade em questão para que, por meio do processo argumentativo, chegue-se a um consenso sobre a sua validade!

Dos atos de fala aos quais temos nos referido somente o da veracidade não é ressatável discursivamente! A pretensão de inteligibilidade dos atos de fala é pressuposta das demais, a pretensão de verdade é a fundamentação de forma que o ouvinte possa aceitar o que é fático, a pretensão de retidão normativa é que se cumpram normas reconhecidas de forma que o ouvinte possa concordar com os valores normativos do falante! A pretensão de sinceridade não é ressatável no nível do discurso porque é simplesmente que se acredite nas intenções do falante! Esses atos de fala para (abermas) são a base do objeto da pragmática universal, que a partir de agora abordaremos!

1.4 A PRAGMÁTICA UNIVERSAL

(abermas propõe a pragmática universal como teoria ou modelo de comunicação linguística! A pragmática universal tem como tarefa identificar e reconstruir as condições universais do entendimento possível?)! Essas condições universais do entendimento são também conhecidas como pressupostos universais da comunicação ou como prefere (abermas) pressupostos universais da ação comunicativa! A pragmática universal é a teoria da ação através do conceito de entendimento dirigido por pretensões de validade das ações de fala! (abermas propõe o nome de pragmática universal para o programa de investigação que tem como objeto reconstruir a base universal de validade da fala!)

Por que se denominar esta teoria de pragmática universal? É pragmática porque parte da própria prática do homem no caso de sua prática comunicativa! Entende (abermas) que o homem não tem como função da linguagem e

de sua dimensão argumentativa! Como ser capaz de lidar com e de ações racionais? seu caráter comunicativo é intrinsecamente argumentativo!

A universalidade desta prática advém do pressuposto de que só posso atribuir um predicado a um objeto se também em qualquer sujeito que entrar em discussão consigo possa a esse mesmo objeto atribuir o mesmo predicado! Assim se estabelecem as *condições universais de entendimento possível!*

A prática universal levanta a tese que a linguagem é o mecanismo de coordenação da ação comunicativa! As condições de validade dos proferimentos dos proponentes e oponentes apontam para o possível entendimento ou consenso sobre o que é dito entre os participantes de uma comunidade de comunicação!

A prática universal não aceita teorias que partam do modelo de um ator solitário porque não reconstroem adequadamente o momento específico da comunidade na compreensão de significados ou no reconhecimento de pretensões de validade intersubjetivas! (ACC, p. 4, XB) A prática universal quer deixar claro que não se reconstrói monologicamente a comunidade hermenêutica de comunicação!

É fundamental para (abermas) distinguir e até contrapor a prática universal à hermenêutica transcendental! Antes de mais nada (abermas levanta a questão sobre as condições *a priori* para o entendimento humano, isto é, que relação guarda a reconstrução em termos de prática universal das pressuposições universais e necessárias dos processos de entendimento possível com o tipo de investigação que desde [antes se vem chamando de análise transcendental] A prática universal é entendida como teoria da reconstrução e a hermenêutica transcendental como teoria que assinala as condições *a priori* da possibilidade da experiência da comunicação²! (abermas faz questão de se contrapor à hermenêutica de Madamer [?] e à prática transcendental de Apel [?] para afirmar que na prática universal as ações comunicativas e expressões se mantêm em uma peculiar semitranscendência! (ACC, p. 4, 0B)

#ara (abermas) Apel [?] ao propor por meio da defesa da fundamentação última do princípio de validação das normas éticas uma filosofia transcendental transformada, renuncia ao conceito de constituição da experiência e a um tratamento empírico do problema da validade! Embora não seja objeto de nossa pesquisa, devemos deixar claro que, nesta distinção, Apel [?] se opõe a (abermas ao defender a fundamentação última da validade das normas éticas; eundo (abermas) Apel [?] ao fazer essa defesa, faz um retorno inconseqüente a figuras do pensamento que ele próprio invalidara ao levar a cabo uma crítica mudança de paradigma da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem! (CMAC, p. 22)

#ara compreender melhor a pragmática universal importa abordar três componentes fundamentais: a racionalidade comunicativa, a linguagem e os atos de fala!

A racionalidade é o que vai caracterizar o agir humano como sujeito capaz de fala e de ação! Esta fala é racional à medida que é argumentativa, pela argumentação que o ouvinte pode em questão, aceitando ou recusando as pretensões de validade dos atos de fala do proponente! As operações do pensamento necessariamente realizam por meio da linguagem e da ação! Esse pressuposto amplia o conceito de racionalidade superando a dicotomia entre prática e teoria!

A linguagem é o meio através do qual falante e ouvinte realizam suas operações de reconhecimento mútuo! A comunicação através da linguagem em (abermas) é voltada para o entendimento ou consenso racional como conceito normativo para o conjunto da sua teoria da ação comunicativa⁴! Entendemos assim porque é no interior da comunidade comunicativa onde se levantam as pretensões de validade dos atos de fala e se for o caso, se reelabora o que até então era aceito por cientificamente pelo mundo vivido!

Seus atos de fala, como já vimos⁴⁺ são a base da própria pragmática universal! Através da classificação proposta por Austin e Searle na teoria dos atos de fala se encontra presente a mesma preocupação de construção da linguagem presente na pragmática universal!

(abermas quer deixar claro que a fundamentação das operações do pensamento não dependem de condições particulares, empíricas, circunstanciais, contingentes, elas fazem com que as operações possam desempenhar as funções pragmáticas universais de exposição do mundo objetivo, de autoapresentação das intenções subjetivas e do estabelecimento de relações intersubjetivas a partir do mesmo conteúdo normativo! A competência comunicativa se expressa nessas decisões em termos de pragmática universal para a filosofia analítica! Enquanto que a primeira fase da filosofia analítica fez uma análise lógico-semântico das emissões linguísticas, a pragmática universal se refere à função comunicativa que

#ara Flávio, ver 2013 p. 2X, a prática comunicativa é prática argumentativa, o conteúdo onde se dá a compreensão deste conceito central da teoria abermasiana, isto é, a comunicação através da linguagem!

Cf. Item 14!

cumpra as emissões. A pragmática universal faz a separação da estrutura das orações e análise das estruturas das emissões linguísticas e sua análise semântica. Essa análise das estruturas universais da fala pela pragmática universal se dá sob o aspecto da possibilidade de empregar as funções de exposição quanto à pretensão de verdade, de expressão quanto à pretensão de veracidade e de participação quanto à participação de correção normativa.

A perspectiva da pragmática universal segundo (abermas) se propõe a estabelecer melhor uma distinção categorial ao significado das expressões linguísticas e ao estabelecimento de relações interpessoais ou a manifestação de intenção do falante. (Abermas) p. 412. Isto quer dizer uma preocupação com os três aspectos do ato de fala.

Os aspectos importantes para uma pragmática universal são as condições em que o entendimento é construído. Ela versa sobre as condições universais do entendimento humano possível. Entre essas condições (abermas) dá como exemplo a intersubjetividade de significados que são idênticos para pelo menos dois falantes. (Idem) p. 4.1. Para um significado se constituir como significado é preciso que ele tenha a mesma identidade para dois falantes que se constituem como comunidade hermenêutica. Isto quer dizer que num plano analítico ocorre de um emissor e um receptor possuírem um código comum e uma provisão comum de signos possíveis de interpretação pelos mesmos atores.

A Pragmática Universal como prática de procedimento de reconstrução racional tem a pretensão de reconstrução do saber prático. Assim sendo ela temática a comunidade estabelecida entre os sujeitos capazes de linguagem e de ação através da compreensão de significados idênticos e do reconhecimento de pretensões universais de validade. (Idem) p. 4,08. Pretensões essas que asseguram a referência à realidade objetiva como pretensão de verdade, à normatividade das emissões como pretensão de correção normativa e à subjetividade das intenções expressas como pretensão de veracidade.

1.4.1 Racionalidade comunicativa e o entendimento

A respeito da racionalidade da comunicação (abermas distingue em primeiro lugar a ação comunicativa da ação estratégica. A ação comunicativa orientada ao entendimento^{4/} é aquela na qual os participantes têm como finalidade entrar em um consenso a partir de um acordo construído racionalmente. A ação estratégica pode se satisfazer com a descrição de estruturas do agir imediatamente orientado ao sucesso (CMACB).

É identificada pelo filósofo alemão uma dupla característica da fala. Essa dupla estrutura se apresenta no plano da intersubjetividade e no plano da experiência e dos estados de coisas (subjetividade e objetividade). No plano de intersubjetividade, falante e ouvinte estabelecem mediante atos ilocucionários relações que lhes permitem entender-se entre si. E no plano das experiências e estados de coisas que falante e ouvinte tratam de entender-se por meio de uma função comunicativa fixada pelo plano da intersubjetividade. Segundo o autor, é ilocucionariamente que entendemos o mundo a partir de marcos construídos em comum entre falante e ouvinte na comunidade de comunicação. Nesse sentido (abermas entende a capacidade de comunicação como"

A capacidade de um falante disposto a entender-se para inserir uma oração bem formada com referências à realidade ou seja para eleger o conteúdo enunciativo de sorte que reflita ou mencione um feito de forma que o ouvinte possa compartilhar o saber do falante para manifestar suas intenções de sorte que a expressão linguística reproduza o que o falante tem em mente de forma que o ouvinte possa confiar no seu falante para executar o ato de fala de sorte que se cumpram normas reconhecidas ou responda à autoimposições aceitas de sorte que o ouvinte possa concordar nesses valores com o falante! ?) ACC3 p! 4+4B!

É essa capacidade de entendimento no intuito de alcançar o consenso que (abermas chama de racionalidade própria dos argumentantes de uma comunidade linguística. Não se supõe para ele essa comunidade sem os sujeitos que têm a capacidade de provocar entre si o entendimento porque são sujeitos capazes de linguagem e de ação!

Na prática universal se entende a primeira pessoa como o ator de uma ação de fala o qual num enfoque performativo trava uma relação interpessoal

As pretensões de validade do proponente não se podem ser aceitas como também rejeitadas pelo oponente gerando assim uma situação de dissenso ou de conflito entre as partes em questão. E isto ocorrer quer dizer que não foi possível alcançar um reconhecimento por parte de todos os concernidos? (CMAC3 p! 0, B!

determinada mais precisamente pelo modo da comunicação com a segunda pessoa; sob este aspecto o pronome pessoal da primeira pessoa não preenche a função da auto-referência a qual no entanto tem que ser pressuposto como preenchida; também não se trata do sentido específico quanto ao modo de um ato; a auto-representação ao qual o público atribui as experiências vivenciais reveladas ante seus olhos pois isso atinge apenas uma das inúmeras classes de atos de fala. O significado do "Eu" utilizado performativamente é uma função de qualquer ato ilocucionário. Quele a expressão refere-se ao falante do modo como ele realiza um ato ilocucionário e se defronta com uma segunda pessoa enquanto Alter é o. Neste enfoque dirigido a uma segunda pessoa o falante não pode referir-se *in acto* a si mesmo como falante se não assumir a perspectiva do outro e não pode descobrir-se a si mesmo a ser como Alter é o de seu interlocutor ou seja como segunda pessoa. (ANESMA; 3 +22.3 p! //4B!

A meta do entendimento é buscar um acordo que desemboque na comunidade intersubjetiva de compreensão mútua do saber compartilhado da confiança recíproca e da concordância de uns com os outros. Esse acordo se assenta sobre a base do reconhecimento das pretensões de inteligibilidade de verdade de veracidade e de retidão normativa!

O entendimento vai desde aquilo que é chamado de significado mínimo até o significado máximo! Os entendimentos mínimos os sujeitos entendem de forma idêntica uma expressão linguística!

passar à ação estratégica⁴⁴ ou interromper em geral a comunicação ou ainda retomar a ação orientada ao entendimento do ouvinte!

7 reconhecimento comum de pretensões de validade recíprocas que fazem com que aconteça a ação comunicativa significa que falante e ouvinte sabem implicitamente que cada um deles tem que travar pretensões de verdade de intenção verdadeira e de adequação normativa de validade para que possa produzir-se uma comunicação no sentido da ação orientada ao entendimento de uma manifestação!

As pretensões com as quais um falante exige um reconhecimento intersubjetivo são no tocante à correção gramatical de uma oração à verdade de uma proposição à veracidade de uma expressão intencional e quanto à retidão moral de um ato de fala! (ACC) p! 4. /B!

Qua ação orientada ao entendimento o ato de fala pode considerar-se aceitável porque o falante não financia isto '3 não dissimula a oferta de suas pretensões de validade lá que ele as apresenta sinceramente! Ao contrário da oração estratégica a oferta seria _e_ um determinado compromisso do falante! (ACC) p! 4. /B! 7 pressuposto essencial para o ato ilocucionário ' que o falante contraia em cada caso _um determinado compromisso_ de sorte que o ouvinte possa fiar-se nele! (Idem) p! 4, .B!

Assim sendo pressupõe-se no compromisso do falante a sinceridade que ele está disposto a contrair nesse compromisso!)anto o compromisso como a aceitabilidade do que ' proposto pelo falante dependem de conteúdos que tem que ser dados como pressupostos! Deste modo cada um dos participantes da comunicação com seus atos de fala ilocucionários expressa pretensões de validade a partir de onde exige reconhecimento mútuo!

Portanto os modelos de agir comunicativo e o estratégico de ação orientado ao sucesso e a ação orientada para o entendimento mútuo passam a ser melhor compreendidos a partir do conceito de *lin%ua%em* na *praxiologia* universal! E de fundamental importância a compreensão do papel da *lin%ua%em* no entendimento mútuo enquanto mecanismo de coordenação de ações entre o _alter_ e o _e%o_ e o proponente!

(abermas ao citar a ação estratégica se refere ao tipo de ação em que a *lin%ua%em* ' usada de forma dissimulada!

A pragmática universal deixa claro que o entendimento mútuo entre os membros da comunidade linguística tem como pano de fundo a racionalidade comunicativa entre seus sujeitos capazes de linguagem e de ação. O próprio entendimento racional é por assim dizer formador dessa comunidade. Queda o reconhecimento de pretensões de validade recíprocas face com que aconteça a ação comunicativa. Assim sendo o cenário no qual se dão as relações intersubjetivas é a comunidade linguística onde por meio de atos de fala se pretende a verdade, correção normativa, veracidade e sentido!

1.4.2 Linguagem, atos de fala e pragmática universal

A grande tese da reflexão da pragmática universal é a de que a linguagem mediatiza toda relação significativa entre sujeitos e objetos e mais fundamentalmente toda relação humana. Essa presença da linguagem implica em um entendimento mútuo entre as partes implicadas ou possivelmente implicadas na comunicação de modo que a linguagem se coloca como mediadora de todo sentido e validade na relação entre os seres humanos!

O sentido é mediado pelos sinais linguísticos! Esses sinais possuem uma tripla função! Os participantes da comunidade hermenêutica de comunicação se relacionam entre si por meio desses sinais que implicam uma relação com a coisa representada, uma relação com o significado e por fim uma relação com seus intérpretes, membros de uma comunidade linguística! A pragmática universal vai dar ênfase, como veremos, à essa última relação e isso significa que lá no uso dos sinais de uma língua está presente a dimensão pragmática da linguagem!

O pressuposto básico da pragmática universal é a teoria dos atos de fala de Austin e Searle! Isto se dá porque a pragmática universal compartilha do mesmo projeto de análise reconstrutiva da linguagem que a linguística demonstra na teoria dos atos de fala, isto é que a descrição explícita das regras que um falante competente tem de dominar para formar orações gramaticalmente corretas e emití-las de forma aceitável!

#artindo da _força ilocucionária` dos atos de fala⁴¹ (abermas classifica com ; earle os atos de fala em imperativos, constatativos, re%ulativos e e>pressivos e declarativos! Qo ato de fala imperativo, o falante se refere a um estado que deseja ver reali<ado! Qo ato de fala constatativo, ou representativo, o falante se refere a al%o no mundo ob%etivo no sentido de estabelecer uma relação interpessoal que possa ser recon=ecida como le%tima! 7s atos re%ulativos e>pressam al%o no mundo social no sentido de estabelecer uma relação intersub%etiva que seja recon=ecida como le%tima! Qos atos de fala e>pressivos, o falante se refere a al%o pertencente a seu pr9prio mundo sub%etivo ?confissDes, confidências, revelaçDes e outras! 7s atos de fala declarativos requerem instituiçDes que asse%urem o seu caráter normativo!

(abermas elabora a tese da _base de validade da fala` ?)AC l3 p! 4. .B para afirmar que todo a%ente que atua comunicativamente tem que travar, na e>ecução de qualquer ato de fala, pretensDes universais de validade e supor que tais pretensDes podem ser aceitas pela comunidade de comunicação! Essas pretensDes universais de validade são ofertas aceitas na medida em que o falante quer participar de um processo de entendimento! ;ão pretensDes de estar se e>pressando inteli%entemente ?e>pressão inteli%vel, de estar dando a entender al%o ?o conte8do verdadeiro, de estar dandoHse a entender ?conte8do vera<, pr9prio da veracidade, de entenderHse com os demais ?correção ou retidão normativa!

* uando o falante ele%e uma e>pressão que seja inteli%vel, compreens vel ao seu ouvinte, aquele quer entenderHse com este 8ltimo! * uando o falante tem a intenção de comunicar um conte8do proposicional verdadeiro, quer que o ouvinte possa compartilh=ar o seu saber! E nesse sentido que a ação comunicativa s9 pode prosse%uir sem perturbaçDes se todos os participantes supuserem que as pretensDes de validade que uns e outros propDem são pretensDes propostas com ração! 7 falante tem a pretensão de que o que ele propDe à comunidade de interpretação seja válido, seja plaus vel, assim a sua proposta comunicativa de um entendimento poderá se estabelecer nesta comunidade!

Austin ?+22 .B identifica os atos performativos e ilocucionários a cada ve< que _di%o` al%o, enquanto para (abermas a força ilocucionária de um falante motiva um ouvinte a aceitar a oferta de seu ato de fala para com ele contrair um v nculo racionalmente motivado ?)AC l3 p! 4X0B!

Essas pretensões são expressas as três emissões correspondentes às três pretensões de validade" as orações de conteúdo proposicional, as expressões intencionais e as orações performativas! As primeiras se empregam para produzir uma experiência ou um estado de coisas! As expressões intencionais se empregam para expressar as intenções do falante! E as orações performativas se empregam para estabelecer relações intersubjetivas entre falantes e ouvintes!

A verdade em (abermas ' intersubjetivamente reconhecida ou não quando o falante reclama por suas pretensões de validade a partir do cumprimento da pretensão da inteligibilidade! No plano da ação comunicativa a veracidade com que o falante manifesta a sua intenção pode ser convertida no tema de forma semelhante à verdade de uma proposição ou a retidão ou adequação de uma relação intersubjetiva desse modo"

Qua relação interpessoal que o falante trava com o ouvinte a veracidade de sua intenção pode ser uma condição necessária pois o que importa ' que a ação se acomode a um plano de fundo normativo reconhecido!!! todo falante competente tem em princípio a possibilidade de eleger univocamente um modo porque cada ato de fala tem que reclamar por quatro pretensões de validade de modo que possa dar preferência a uma dentre essas pretensões universais de validade para tematizar um componente da fala! ?) ACC3 p! 4X2B!

O sujeito na ação comunicativa pode se colocar na posição de observador ou de participante! Como participante pode ser como falante ou como ouvinte e experimentar a relação com sua própria subjetividade e como alguém que se coloca frente ao meio que representa a linguagem!

A verdade entendida como a pretensão que levantamos para fazer que uma proposição seja aceita por todos os possíveis participantes de uma discussão!
A verdade é a

sublin=ada! * uando o falante reclama por uma pretensão de validade quanto à verdade ou à correção normativa assume a obri%ação de fundamentar o seu ato de fala! Ao contrário quando reivindica uma pretensão de validade quanto à veracidade o falante assume a obri%ação de se fa<er crer realmente no que di< sem que se<a preciso colocá-lo à prova ou ao e>ame! 7 modelo de comunicação proposto por (abermas por meio da pra%ática universal ' o modelo no qual a relação entre falantes e ouvintes se dá pelo recon=ecimento de pretensDes de validade dos atos de fala propostos por eles!

7 ato inteli%vel para (abermas ' a e>plicação que aclara como funciona a realidade e como se produ< esse fendmeno necessitado de e>plicação! ?)ACC p! 4.2B! #ara ele o objeto da compreensão não ' o conte8do de uma e>pressão simb9lica mas sim _consciência intuitiva da re%ra um falante competente tem de sua l n%ua!` ?Idem p! 4++B! #or isso (abermas afirma que

Um participante na comunicação s9 atua orientando-se ao entendimento com a condição de que empre%ando oraçDes inteli%veis propDem de forma aceitável com seus atos de fala três pretensDes de validade" pretende verdade para o conte8do proposicional enunciado o pretende retidão ?ou adequação para as normas ?ou para os valores que &ustificam a relação interpessoal a estabelecer reali<ativamente em um conte>to dado, finalmente pretende veracidade para as vivências manifestadas! Certamente que as distintas pretensDes de validade podem ficar tematicamente sublin=adas ?a verdade do conte8do enunciativo fica no seu uso co%nitivo de lin%ua%em a retidão ?ou a adequação da relação interpessoal fica no uso e>pressivo da lin%ua%emBB! Mas em todo ato de fala entra em &o%o o sistema das quatro pretensDes de validade 6 estas são universais quer di<er tem que se travar sempre simultaneamente e recon=ecerem-se como &ustificadas embora nem todas possam ser tematicamente sublin=adas! ?Idem p! 4, XB!

#ara o ouvinte aceitar uma pretensão de validade proposta pelo falante ele recon=ece que uma oração ' %ramaticalmente correta que o enunciado condi< com a realidade isto '3 que ' verdadeiro que a intenção do falante ' vera< ou se<a que o falante tem sub&etivamente ape%o à verdade e que a manifestação ' moralmente correta quando atende a um pano de fundo normativo isto '3 às re%ras compartilh=adas intersub&etivamente!

7 recon=ecimento da validade da oferta dos atos de fala si%nifica uma %arantia de que sob circunst]ncias adequadas eles podem obter um recon=ecimento intersub&etivo! Da base racional das forças ilocucionários (abermas

conclui que o ato de fala produz uma relação interpessoal em que o falante quer se tornar compreensível e aceitável e que é aceito pelo ouvinte. Essa aceitabilidade do ato de fala depende de que se comparem as suas pressuposições pragmáticas que no caso são a existência de conteúdos restritos típicos para cada tipo de fala e um compromisso reconhecível do falante de contrair determinadas obrigações típicas de cada classe de atos de fala. (ACC, p. 4, 1B) Essas forças ilocucionárias de um ato de fala consistem em fazer o ouvinte reagir diante da premissa do compromisso do falante reconhecendo ou não as pretensões de validade do ato de fala!

Para uma situação ser entendida é preciso que se estabeleça uma determinada relação entre o falante e o ouvinte. A força ilocucionária dos atos de fala ou ações de fala é o sentido em que posso emitir uma oração em atos de fala. (Idem, p. 444B) A teoria dos atos de fala a partir do princípio da expressibilidade de Earle (1970) aponta na direção de que ao dizer-se algo prometendo, afirmando ou advertindo já está fazendo o que se diz; não expressões realitativas. A força ilocucionária de um ato de fala ocorre ao se fixar o modo de conteúdo emitido. Ela estabelece uma relação de interação entre, ao menos, dois sujeitos capazes de linguagem e de ação. (ACC, p. 441B) Ao se estabelecer uma relação entre falante e ouvinte acontece o ato de fala. É preciso que o ouvinte possa entender e aceitar o conteúdo emitido pelo falante como promessa, afirmação, conselho. É a partir de seu ato de fala que o falante trava com o ouvinte uma relação interpessoal!

O ato de fala explícito tem uma dimensão ilocucionária e a outra proposicional. O elemento ilocucionário é aquele que se executa com a ajuda de uma oração realitativa e a oração de conteúdo proposicional é o ato ilocucionário que toma a forma de uma oração enunciativa que reflete um feito, um fato. A compreensão do ato ilocucionário é uma experiência comunicativa^{4x} que se dá na execução de um ato de fala. Nessa experiência comunicativa, quando o ouvinte aceita a oferta contida no ato de fala proposto pelo falante ocorre uma relação interpessoal que se estabelece entre quem avisa algo ou comunica algo e quem recebe tal aviso ou comunicação, ou uma relação que se estabelece entre a pessoa que faz uma pergunta e a pessoa que pergunta. (ACC, p. 441B)

Da (abermas afirmar que os significados que são originariamente ilocucionários apreendemos quando entramos no plano da intersubjetividade e estabelecemos uma relação interpessoal, os significados originalmente proposicionais os apreendemos quando reproduzimos experiências com os objetos do mundo. (ACC, p. 410B)

(aberma identifica pelo menos três usos de lin%ua%em" co%nitivo3 interativo e e>pressivo! Qo uso co%nitvo de lin%ua%em3 o falante oferta uma obri%ação imanente ao ato de fala! 7s atos de fala constatativos contêm a oferta de recorrer3 em cada caso necessário3 à fonte de e>periência da que o falante tira a certe<a de que seu enunciado ' verdadeiro! Qo uso interativo da lin%ua%em3 o falante oferece uma obri%ação imanente de lustificar seu ato de fala!

Da que os atos re%ulativos apelam3 em caso necessário3 ao conte>to normativo que dá _ao falante a convicção de que sua emissão ' normativamente correta!` ?Idem3 p! 4X1B! #ara o fil9sofo3 se essa lustificação direta não ' capa< de desfacer a d8vida suscitada3 se pode passar ao _plano do discurso3 do discurso prático`4:1 Qeste plano o que vai ser e>aminado ' a _pretensão de validade de uma norma subla<ente!` ?Idem3 p! 4, 1B! Em 8ltima inst]ncia o que deve ser analisado3 se%undo o frankfurtiano3 ' o que move a pr9pria validade das normas que re%ulam o a%ir comunicativo!

7 uso e>pressivo da lin%ua%em e>i%e _a obri%ação de mostrar que a intenção e>pressa ' tamb'm a intenção de que o direito l=e %uia!` ?Idem3 p! 4, 1B! 7 falante tem que dei>ar claro que lustifica as normas intersubletivas que subla<em aos seus atos de fala! #ara (abermas3

Quma lin%ua%em dada3 para toda relação interpessoal3 que um falante queira travar e>plicitamente com outro membro de sua comunidade se a e>presão

dece>presão!

7s prátiupantos ue o qiscutivo3 ao Emu

que e \$mçãoedd #armq _ica aqã3 que

ato de fala tem lugar no plano da intersubjetividade pode ficar refletida no ato de fala constativo?) ACC p! 414B!

#ara (abermas o erro de muitos lin%Aistas está em pensar que os processos de comunicação se desenvolvem somente em um único plano isto '3 no plano da transmissão de conteúdos! #ensando dessa forma os lin%A sticos fazem com que a perspectiva interpessoal perca a sua autonomia frente ao aspecto de conteúdo e de conteúdo informativo!

7 conteúdo do compromisso do falante ' determinado pelo sentido específico que tem a relação interpessoal que ele estabelece com o ouvinte e pela pretensão universal de validade que está tematicamente subiacente aos atos de fala! A pretensão que se fa< valer nestas diversas relações interpessoais ' a verdade das correspondentes proposições ou na capacidade de um sujeito para ter conhecimentos!

Uma comunidade lin%A stica s9 pode ter lugar se os participantes ao comunicar entre si al%o se movem em dois planos de comunicação" o plano da intersubjetivamente em que se estabelecem relações pessoais e o plano das experiências e de estado de coisas que constituem o conteúdo da comunicação!!! Qo uso interativo da lin%ua%em tematizamos as relações que falantes e ouvintes estabelecem como advertência como promessa como exigência ou pedido enquanto o conteúdo proposicional das emissões nos limitamos a mencioná-lo! ?Idem p! 4X4B!

Enfim para a práxmática universal ' dentro dessa comunidade lin%A stica ' que através do uso da lin%ua%em os sujeitos 6 a partir do pressuposto da inteligibilidade 6 dos atos de fala propõem a verdade do mundo objetivo do que move a própria existência das normas e da sinceridade de quem propõe essa verdade!

Da que para a práxmática universal os membros da comunidade lin%A stica isto '3 falante e ouvinte movem-se diante da possibilidade ou não do reconhecimento das pretensões de validade dos atos de fala!

)endo at' aqui trabalhado conceitos que nos facilitam entender a lin%ua%em como ponte entre _subjetividades racionais`3 a partir de a%ora deveremos tratar de como se dá a construção de uma moralidade entre essas moralidades! Isto significa em (abermas transformar conceitos morais tratados em [ant de forma

individual para uma forma dial9%ica ou intersubletiva! Assim3 o que deveremos tratar no pr9>imo cap tulo ' principalmente da interpretaç3o intersubletiva do princ pio da universalizaç3o na 'tica3 o que ' t3o pr9prio de [ant!

CAPÍTULO 2

DO DISCURSO MORAL MONOLÓGICO À MORALIDADE DIALÓGICA

Conforme deixamos claro na introdução deste trabalho a crítica do discurso é herdeira da tradição formalista da crítica Kantiana! Isto significa dizer que encontramos presente tanto em Apel (1988) como em Habermas (1983) o formalismo e o cognitivismo e a universalidade como negação da metafísica esta última entendida como sinônimo de dogmatismo! Agora (1983) encontramos-nos em um momento pós-metafísico em que a religião e todas as verdades ditas como absolutas não mais se sustentam! Ao mesmo tempo se percebe que caímos numa situação de ceticismo e relativismo em todos os aspectos teóricos da vida humana e mais provavelmente no aspecto crítico-moral!

Tomando como base essa constatação é embora empírica é (habermas se insere no grupo de pensadores que a partir da década de 1970 vai propor uma teoria crítica contra a qual não há possibilidade de se opor senão caindo em contradição performativa! E por isso que em *Consciência moral e agir comunicativo*, a defesa da crítica do discurso se dá numa rodada de diálogos com o crítico e com o relativista moral! Não se pode rejeitar o discurso sem se elaborar um discurso! E preciso argumentos para se rejeitar os argumentos da fala racional ou do discurso! E a contradição performativa na qual inevitavelmente o crítico cai que fala com que sua posição não se sustente!

Ematizaremos a universalidade da crítica Kantiana e da crítica do discurso! ; serão examinadas as duas formas de se chegar à universalidade do discurso crítico" aquela proposta por Habermas e a teoria de (habermas!

Na primeira parte deste capítulo abordaremos o imperativo categórico Kantiano como crítico da moralidade! ; será nosso objeto de reflexão a negação da metafísica clássica pela filosofia transcendental e a proposta de uma metafísica dos costumes! Essa metafísica dos costumes se fundamenta no imperativo categórico que se expressa primeiramente pelo dever ser é comum a todos os imperativos é e

posteriormente quer provar que são imperativos que obedecem a fórmula: "deve como se a máxima de tua ação se devesse tomar" pela tua vontade em lei universal da natureza" (Kant, 1785, p. 44).

Insistiremos na segunda parte deste capítulo que o princípio da universalização da moral é o fio condutor tanto da ética kantiana quanto da ética do discurso, embora com vias de acesso distintas. A proposta de (abermas) a da superação do solipsismo metodológico kantiano (abermas quer deixar claro que a elaboração da lei moral na ética do discurso é ao contrário do que afirma [antropocêntrica] dialética. A interpretação que (abermas) faz do imperativo categórico é uma interpretação intersubjetivista. A proposta de [antropocêntrica] quanto à elaboração da lei moral considera a individualidade do sujeito em seu foro interno ou seja, a partir dele próprio é que o sujeito universaliza a moral. E para efetivar a superação dessa dimensão monológica ou solipsista da moral kantiana que (abermas) propõe a ética do discurso.

Mesmo com todas essas diferenças entre a moral kantiana e a ética do discurso não poderemos encerrar este capítulo sem tratar a questão do legado de [antropocêntrica] (abermas) seguindo a tradição kantiana (abermas não irá aceitar os postulados do realismo cognitivista e moral. Por fim iremos tratar da tensão existente entre os dois polos que estabelecem os parâmetros da moral: o indivíduo e a sociedade. Para (abermas) não se trata aqui de realidades teóricas dicotômicas e irreconciliáveis, mas de dimensões de uma mesma realidade, lá que é em relação aos demais membros da sociedade que o indivíduo se socializa ao mesmo tempo em que a socialização provoca a individualização.

2.1 O IMPERATIVO CATEGÓRICO COMO CRITÉRIO DA MORALIDADE

Immanuel Kant em primeiro lugar tem como objeto de sua filosofia não o mundo a ser conhecido pelo homem, mas as condições humanas de possibilidade e validade do conhecimento do mundo. A filosofia transcendental está à procura de seus fundamentos últimos, necessários e universais. O conhecimento ele procura as possibilidades, os limites e as esferas de aplicação. (Kant desperta

[ant do _sono metafísico! Isto significa que são por (uma) _demolidas as pretensões do dogmatismo de afirmar verdades eternas a respeito da essência última de todas as coisas, como afirma C=au em sua apresentação à *Crítica da Razão Pura*³⁷!

Uma das preocupações centrais da obra de [ant volta-se para as condições de possibilidade e validade do conhecimento. Para ele há duas formas de conhecimento: o conhecimento empírico ou a *posteriori* e o conhecimento puro ou a *priori*. O conhecimento empírico ou a *posteriori* reduz-se aos dados fornecidos pelas experiências sensíveis; ele é sempre limitado e contingente. O conhecimento puro ou a *priori*, ao contrário, não depende de nenhuma experiência sensível. Ele se caracteriza pela universalidade e pela necessidade!

Os verdadeiros núcleos da teoria do conhecimento são os princípios sintéticos a priori porque ao mesmo tempo em que são universais e necessários, enriquecem e fundamentam o conhecimento. O filósofo deveria preocupar-se como são possíveis esses princípios. Assim, o que [ant propõe é uma filosofia transcendental. Ele entende por _transcendental todo o conhecimento que em geral se ocupa não tanto com objetos, mas com nosso modo de conhecimento de objetos na medida em que este deve ser possível a priori!³⁸ [AQ] 222 p. 1, X!

Assim como os princípios sintéticos a priori são o centro da teoria do conhecimento de [ant, a elaboração da temática a respeito do imperativo categórico é aspecto fulcral da filosofia prática daquele autor. O termo _imperativo é definido por [ant como toda proposição que expressa uma possível ação livre do indivíduo por meio do qual se concretiza um determinado fim. O termo _categórico, para [ant, significa uma ação necessária por si mesma, isto é, sem relação com qualquer outra finalidade, e ele está interessado na forma da ação e no princípio que a rege. O fundamento da ética kantiana é o princípio a priori da moralidade universal e necessário. As condições de possibilidade e de validade para que existam normas morais válidas para todos os homens é o que

Fica claro para nós que para [ant o metafísico é sinônimo de dogmatismo. Apesar dos limites da metafísica quanto à determinação precisa do que vem a ser a sua extensão e limites, [ant entende a necessidade de redefiní-la a partir dos conceitos de _metafísica da natureza e de _metafísica dos costumes! p. 1, X! E no segundo conceito que ficam claros os princípios que determinam a priori e tornam necessárias todas as nossas ações! p. 0!

Aqui [ant deixa claro como se dá a _revolução copernicana na filosofia a que ela se propõe a realizar no modo de encarar as relações entre o sujeito e o objeto. Ela se propõe a admitir que o conhecimento do objeto é regulado pela faculdade de conhecimento do sujeito!

caracteriza o imperativo categórico! Assim o imperativo categórico pode ser definido como o princípio a partir do qual devemos moralmente qualquer de nossas ações!

Para (abermas as normas válidas devem poder merecer o reconhecimento de todos os implicados na roda da discussão o que significa que cada um é obrigado a levar em consideração a perspectiva de todos os outros! E o que (abermas vai denominar de perspectiva da 4ª pessoa³⁹! Para a livreira²²⁴ //B a diferença entre Kant e (abermas é que o primeiro pensa a validação das normas de forma monológica em que a reflexão é puramente subjetiva! O sujeito pode decidir *a priori* se a norma tem validade ou não! O imperativo categórico é o que cada um pode querer sem que se entre em contradição com a lei universal! Para (abermas o princípio de validação das normas se dá a partir de uma ação interativa sendo as normas justificadas num discurso público *a posteriori*! A fundamentação é de ordem pragmático-histórico de modo que a fundamentação moral está essencialmente a serviço da solução consensual dos conflitos!

Kant elabora a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* motivado pela necessidade de formular uma filosofia moral pura, despidida de todo condicionamento que seja empírico, trata-se de uma filosofia prática que não consiste em alcançar fins, mas em agir tendo como base o puro dever! O imperativo categórico como afirma Kant²⁰⁰ em *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, é um único: "age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal!" (p. 114). O indivíduo isoladamente elabora uma máxima que possa ter validade não só para si, mas para todos os seres racionais; isto é, que possa se tornar uma "lei universal"! ; e for possível essa validade, o agir de cada um dos indivíduos torna possível uma moralidade compatível com essa lei universal! E por isso que mais adiante Kant²⁰¹ afirma que a questão que se pode "esta"

E ou não é uma lei necessária para todos os seres racionais a de "dever" sempre as suas ações por máximas tais que eles possam querer que devam servir de leis universais? ; e essa lei existe, então ela tem que estar ligada totalmente *a priori* ao conceito de vontade de um ser racional em geral!

(abermas quer deixar claro que o participante do discurso não se consegue subtrair a pretensão de princípios universalistas! (ANESMA; 3+223 p. 11B!

#ara [ant] a reali<ação das má>imas supremas depende de fatores que estão para _al'm` da e>periência sens vel] o que torna as normas universalmente válidas para todos os seres racionais ?CMAC] p! 02B! Assim sendo] as má>imas não devem ter apenas a forma de universalidade] mas tamb ' m todos os fins particulares devem ser e>cludos das ra<Des que determinam a ação] dando ao imperativo cate%9rico uma validade incontestável!

A ação moralmente boa ' aquela que obedece unicamente à lei moral em si mesma] estabelecida somente pela ra<ão! A vida moral tem como postulado necessário a liberdade e ' poss vel na medida em que a ra<ão estabeleça por si s9 aquilo que se deve obedecer no terreno da conduta!

Dutra ?/.. /] p! +4,B entende que o princ pio moral em [ant dá _prescrição a todos os demais de uma má>ima que eu quero que seja universal! E o que cada indiv duo pode querer sem que aconteça a contradição com a lei universal! (abermas] por outro lado] afirma que a má>ima apresentada por um suleito envolvido num processo interpretativo a todos os demais membros da ar%umentação para o e>ame discursivo deve ter a pretensão de universalidade aceita! 7 princ pio moral ' aquilo que todos querem de comum acordo recon=ecer como norma universal ?CMACB! As necessidades são interpretadas à lu< da força do mel=or ar%umento levantado pelos participantes de uma comunidade lin%A stica de interpretação! \$econ=ece]se] em (abermas] que a tradição de uma filosofia que pretende ter como pressuposto a universali<ação da moral ' partil=ada intersub]etivamente] por isso não pode ser tratada monolo%icamente!

Enfim] em [ant] cada suleito] em seu foro interno] determina o que ' e o que não ' ob]etivamente moral! na 'tica do discurso as questDes morais são resolvidas dentro de uma comunidade de comunicação! Enquanto em [ant a ra<ão monol9%ica ou solipsista decide sobre as questDes morais] na 'tica do discurso a ra<ão dialo%a com todos os envolvidos e poss veis envolvidos em determinada situação para decidir o que pode e deve ser feito em situaçDes em que =á conflito moral!

2.2 A SUPERAÇÃO DO SOLIPSISMO KANTIANO

; em se distanciar das características próprias da 'tica Kantiana, como o coñitivismo, o universalismo, o aspecto deontológico e o formalismo, (abermas se propDe a superar o solipsismo metodológico daquele filósofo! A superação do solipsismo Kantiano siñifica, em ltima análise, a opção clara por uma 'tica dialógica! Qão é como pensar a 'tica do discurso sem a categoria fundamental da dialoçidade, ou de uma determinada socialidade, entre os membros de uma determinada comunidade de comunicação! ; em descon=ecer a import]ncia da subletividade, (abermas interpreta intersubletivamente o imperativo cate%9rico!

7 _eu` so<in=ó se ' que assim podemos nos referir, não pode determinar 6 como em [ant 6 a lei moral a partir da universalizaçã da má>ima do a%ir de cada indiv duo! Em (abermas ?como em Apel, a lei moral ' elaborada pela comunidade de comunicação, comunidade dos envolvidos no processo de comunicação!)odo suleito capa< moralmente, isto '3 capa< de falar e de a%ir racionalmente, ou sela, por meio do discurso, em interação com outros suleitos com a mesma competência lin%A stica, elabora a lei moral! (abermas se propDe a pensar o imperativo cate%9rico Kantiano de forma intersubletiva, isto '3 a partir do princ pio que e>i%e a _capacidade de universalizaçã das má>imas de açã ou interesses por elas contemplados!` ?7 :IPEI\$A, +224, p! /48! As normas válidas devem poder merecer o recon=ecimento de todos os implicados quando cada um se sente obri%ado a levar em consideraçã a perspectiva de todos os outros!

A diferença fundamental entre a proposta de [ant ?op! cit!B e a de (abermas ' quanto à validaçã do imperativo cate%9rico! Em [ant, tal imperativo ' o que cada um pode querer, sem contradizã com a lei universal! Essa validaçã do imperativo ' pensada monoloçicamente, a refle>ã ' puramente subletiva! 7 suleito, de forma isolada, pode decidir *a priori* se a norma tem validade ou não! Em (abermas, o princ pio da validaçã se dá a partir de uma interação imperativa! A fundamentaçã ' de ordem pra%matica lin%A stica! As normas são ùustificadas num discurso p8blico, *a posteriori*! A ar%umentaçã moral está fundamentalmente a serviço da soluçã consensual dos conflitos!

Em (abermas a superação do conflito deve assegurar o reconhecimento de uma pretensão de validade e consenso alcançado pela vontade comum e para se chegar a ele é necessário o esforço cooperativo; somente através do processo intersubjetivo de compreensão é possível atingir um consenso de natureza reflexiva em que os participantes possam saber que eles comunitariamente se convenceram de algo. (IPEISA 2023 p. 48) A nova leitura que (abermas faz do imperativo categórico é a de que todos devem reconhecer uma máxima de acordo com a lei universal a partir da argumentação e a argumentação é uma tarefa fundamentalmente comunitária e não solipsista!

O procedimento da universalização é exatamente a interpretação intersubjetivista do imperativo categórico que o filósofo frankfurtiano faz da filosofia moral de Kant que ocorre na ética do discurso é uma abordagem intersubjetivista do conceito de autonomia da filosofia Kantiana da consciência e isto implica a independência de um indivíduo possibilitada pelas relações de reconhecimento recíproco que só pode existir conjuntamente com a independência simétrica do outro. (ANEMA; 2023 p. 11)

Em Kant a filosofia da consciência ou filosofia do sujeito elabora os seus conceitos a partir da individualidade do próprio sujeito. As regras ou normas morais são aplicadas no momento solitário do sujeito consigo mesmo. Na formulação de sua filosofia prática Kant ignorou as referências intersubjetivas da formulação das normas morais porque partia do princípio de que no mundo das finalidades todos os sujeitos partilham da mesma compreensão do mundo e de si próprios. (ANEMA; 2023 p. 10, 11) A partir da teoria da intersubjetividade devo me encontrar como alguém que age livremente. (idem 2023 p. 24) Isso se dá a partir do que (abermas denominou em *Fichte's-d apud* (ANEMA; op. cit. p. 24) de a audição dos conceitos Kantianos de individualidade. Em Fichte op. cit. há se acena para o problema da intersubjetividade que para (abermas não se soluciona no interior das fronteiras da filosofia do sujeito porque não atinge o elemento específico de uma compreensão da linguagem compartilhada intersubjetivamente e de uma relação comunicativa entre a primeira e a segunda pessoa dessa relação. (ANEMA; op. cit. p. 2, 11)

(abermas compartilha com a ideia de Humboldt de que a linguagem é o alvo comum para o entendimento universal. Ela é capaz de no próprio momento em

que individualiza unir e incluir na cápsula da expressão mais individual a possibilidade do entendimento geral. A individualidade em Habermas não é vista como categoria oposta a socialidade ou a uma inexistência das condições *a priori* da intersubjetividade. Mas ao contrário sendo empregada performaticamente tem atrelada a pretensão de se colocar como a primeira pessoa de uma relação comunicativa!

Quo processo comunicativo espera-se dos indivíduos uma autodeterminação e uma auto-realização que pressupõem uma identidade não convencional. Esta identidade é pensada ou estabelecida ao menos em condições antecipadas de reconhecimento recíproco. Essas condições antecipadas a que Habermas se refere são as pressuposições de simetria entre os membros de uma mesma comunidade de comunicação!

Para demonstrar que não há uma dicotomia entre a individualidade e a socialidade na ética do discurso Habermas afirma:

O eu aparentemente me foi dado em minha autoconsciência como sendo o eu, esse eu não me pertence. Esse eu contém um núcleo intersubjetivo porque o processo de individualização do qual ele surge corre através da rede de interações mediadas pela linguagem!

Como veremos em Habermas não há como a consciência do sujeito no mundo não ser intersubjetiva. A socialização e individualização ocorrem no sujeito como parte do mesmo processo intersubjetivo pressuposto na comunidade de comunicação. Ao mesmo tempo em que Habermas supera o solipsismo Kantiano pela proposta da categoria da intersubjetividade da comunidade de argumentação ele não deixa de ser como veremos a partir de agora o herdeiro do formalismo Kantiano!

2.3 A HERANÇA KANTIANA EM HABERMAS

A temática da universalização das normas morais é sem dúvida uma marca da filosofia moral de Kant levada a cabo por Habermas. O critério de fundamentação

do agir moral naquele é a possibilidade deste agir ser universalizado! A prescrição que vale para um determinado indivíduo deve necessariamente valer para todos os seres racionais pois possui uma validade universal não está circunscrita a uma determinada tradição ou cultura!

Além do universalismo voltamos a indicar tomam-se como características fundamentais de uma ética Kantiana o caráter deontológico o cognitivista e o formalista. É que torna deontológica uma ética a necessidade de se servir de outros meios para justificar a conduta à luz de normas válidas ou a validade das normas à luz de princípios de reconhecimento. Para que seja válida essa ética tem que ser normativamente correta. Trata-se de uma existência do ponto de vista cognitivo!

O imperativo categórico assume o papel de um princípio de justificação porque ele mesmo assinalando como válidas as normas de conduta susceptíveis de generalização todos os seres dotados de razão têm que ser capazes de desatar o que se encontra moralmente justificado? (ANESMA; 2002, p. 108). E por isso que (abermas vai caracterizar a ética do discurso como uma ética formalista!

A argumentação como princípio do discurso determina a validade de qualquer proposição moral. É princípio da argumentação repensado à luz da teoria da ação comunicativa! Isto significa que as normas só valem quando exprimem uma vontade universal! As normas válidas devem merecer o reconhecimento de todos os que estão envolvidos na comunicação da se conclui que cada um deve se sentir obrigado a levar em consideração a perspectiva dos demais!

O distanciamento de (abermas em relação a [ant] quanto ao imperativo categórico se dá a partir da via intersubjetiva de universalização da norma! Em [ant] a validação da norma moral é pensada monologicamente! A reflexão moral ocorre de forma puramente subjetiva! É indivíduo isoladamente pode decidir *a priori* se a norma pode ter validade ou não! Em (abermas o princípio de validação dos princípios se dá a partir uma ação interativa! A fundamentação dessas normas é de ordem pragmático-hilfensteckische! A moral é justificada num discurso público que acontece *a posteriori*!

Para (abermas (1993, p. 113) a filosofia de [ant desenvolve-se dentro de uma estrutura que privilegia a concepção da subjetividade independentemente de

quaisquer relações internas desta com a intersubjetividade! Embora ele reconheça a grande contribuição deste autor em que talvez a conceituação da autonomia do indivíduo como liberdade subjetiva, na liberdade subjetiva propriamente dita a vontade deste indivíduo é determinada por máximas de prudências pelas preferências ou motivos racionais! Sendo a autonomia como significado da categoria 'liberdade' em [antes se quer dizer que a vontade se deixa determinar por máximas aprovadas pelo teste de universalização da própria vontade! Isso significa que a vontade deve querer a sua própria autonomia e que a sua liberdade reside em ser uma lei para si mesma! A comunidade moral kantiana é uma comunidade moral abrangente que formula suas próprias leis pois é formada por indivíduos livres e iguais que se sentem obrigados a tratar os outros como fins em si mesmos⁴⁰! Essa comunidade não é pensada na forma de sujeitos que se interdependem dialoicamente e no diálogo formulam normas aceitáveis para eles mesmos, mas pelo contrário individualmente formulam normas a partir de princípios *a priori* universais! É que camaramos aqui de 'obrigação' decorrente do imperativo categórico pensado de forma *a priori* por vir de dentro do próprio indivíduo sem nenhum condicionamento ou determinação positiva *a posteriori*!

Sendo claro esse conceito kantiano de liberdade e autonomia (abermas?op! cit! p! +4B afirma que 'uma pessoa só pode ser livre se todas as demais o forem igualmente! Com essa noção de autonomia [antes lá introduz um conceito 6 o de liberdade 6 que se segundo (abermas só pode explicitar-se plenamente dentro de uma estrutura intersubjetivista!

Do ponto de vista da filosofia como um todo, como um sistema, a filosofia prática de [antes +222B⁴¹ como filosofia transcendental explica a experiência do senso comum de ter de lidar com a resistência de uma 'realidade decepcionante' e com o fato de não termos nenhum acesso imediato a uma realidade não interpretada

(abermas quando parte do pressuposto da igualdade e da liberdade entre os membros da comunidade de comunicação e por isso pleiteia que esses indivíduos sejam tratados como fins e não como meios?CMAC p! +4B tem claro à sua frente a segunda formulação do imperativo categórico "Ade de tal maneira que uses a humanidade tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio!" [AQ] +200 p! //2B!

A edição brasileira da Livraria Martins Fontes Editora (ANESMA; 3 / . . 1B) a partir do título original francês *L'éthique de la discussion et de la vérité* se refere por diversas vezes a um 'pragmatismo kantiano' p! XX3 X,3 , .B) quando entendemos por bem que mais adequado ao pensamento filosófico de [antes deveria de fato se tratar de 'filosofia prática' por isso resolvemos utilizar tal expressão!

ou _nua`! Esta realidade nua é ou o mundo em si é [ant ?+222B⁴² afirma que ' para n9s uma realidade inacessível! A realidade não nos ' acessível e sim o _fendmeno`3 que ' construído pelo sujeito na sua relação com o objeto! @á em (abermas3 o que ele c=ama de _vi's prático` não l= permite duvidar da e>istência do mundo é ou da realidade _em si` é que ' compartilhado de uma forma diferente entre os ar%umentantes de uma rodada de discussão a partir de onde a verdade ' construída pela força do mel=or ar%umento! E impossível para (abermas ?/ . . 1B sair do círculo de _nossa` lin%ua%em3 admitindo que esse conhecimento falso não possa ter justificaçDes fundamentais!

Assim falta à filosofia prática de [ant3 se%undo (abermas ?op! cit!3 p! , +B3 e>plicar o vínculo interno entre a justificabilidade e a verdade! Isto significa que

\$estaHnos3 assim a tarefa de e>plicar por que os participantes de uma discussão sentem#se autorizados é e supostamente o são de fato é a aceitar como verdadeira uma proposição controversa3 bastando para isso que ten=am3 em condições quase ideais3 es%otado todas as ra<Des disponíveis a favor e contra essa proposição e assim estabelecido a aceitabilidade racional dela!

7 que fa< com que os membros de uma determinada comunidade de comunicação aceitem as pretensDes de fala de um proponente ' a ra<oabilidade dos seus ar%umentos de fala e das pretensDes levantadas por ele!

E preocupação de (abermas se a ênfase dada pelo discurso prático a um mundo ideal de comunicação construído intersubjetivamente não subvalorizaria o indivíduo como tal e as características específicas da individualidade de cada um desses sujeitos! #or isso3 se fala em _individualização social` para os indivíduos3 onde se espera deles uma _autodeterminação e uma auto#realização que pressupDe uma identidade#eu do tipo não convencional!` ? (ANESMA ; 3 +22 . 3 p! / +0B!

Esta identidade ' pensada ao menos em _condições antecipadas de reconhecimento mútuo`! (á uma _vo<` da comunidade presente que3 em %eral3 coincide com a comunidade maior do passado ?as tradiçDes =erdadas por cada cultura3 e do futuro ?o que a comunidade espera coletivamenteB! (abermas ?op! cit!B assinala3 a partir do pensamento de Mead ?s-d *apud* (ANESMA ; op! cit!3 p! //XB3 o

#ara a filosofia transcendental de [ant ?+2223 p! 4+0B3 os objetos da e>periência #amais são dados em si mesmos3 eles não e>istem em si mesmos3 senão para a nossa e>periência sensível como fendmenos e não como entes em si mesmos!

princípio da teoria moral ' o entrelaçamento entre a individualização e a socialização; sendo esse mesmo autor na medida em que o indivíduo se socializa ele se individualiza! O indivíduo reconhece que não depende do assentimento dos outros para seus atos e ações mas do reconhecimento por parte deles da sua pretensão de originalidade e de insubstituibilidade? (ANESMA; 3 op cit p! //1B! 7 lugar privilegiado de aceitabilidade das ofertas de pretensões de validade das ações de fala ' a comunidade ilimitada de comunicação!

Quando em conta as duas características da modernidade isto ' a aceleração do processo histórico e o alargamento da construção do horizonte de futuro pode-se concluir que a entidade convencional se pode se cear na antecipação de relações simétricas de um reconhecimento reciproco isento de coerção! ?Ibidem p! ///B! Esse 'Eu' ao qual nos referimos ' o ator de uma ação de fala o qual no enfoque performativo estabelece uma relação interpessoal com a segunda pessoa! Esse significado utilizado performativamente ' uma função de qualquer ato ilocucionário! Quele a expressão refere-se ao falante!

Do modo como ele realiza um ato ilocucionário e se defronta com uma segunda pessoa como alter e/o! Este enfoque dirigido a uma segunda pessoa o falante não pode referir-se *in actu* a si mesmo como falante se não assumir a perspectiva do outro e não pode descobrir-se a si mesmo a não ser como alter e/o de seu interlocutor ou seja como uma segunda pessoa de uma segunda pessoa! ?Ibidem p! //4B!

A referência a uma segunda pessoa para o significado do 'eu' como ator de ação de fala ' inevitável inclusive de forma epistêmica! (Abermas afirma que as pretensões de reconhecimento intersubjetivo do e/o não podem ser confundidas com as pretensões de validade que o ator levanta através de seus atos de fala! Quando a verdade trata-se de um reconhecimento mútuo de responsabilidades intersubjetivas!

Quando o momento em que alguém solicita que o outro tome posição em relação ao seu ato de fala está reconhecendo que o outro ' um ator responsável! Quando o agir comunicativo cada um reconhece a própria autonomia do outro! ? (ANESMA; 3 +22.3 p! //1B!

Esse uso performativo do pronome pessoal da primeira pessoa significa não apenas a autointerpretação do falante detentor da vontade livre mas do ponto de vista epistêmico uma auto-compreensão compreendendo-se como um indivíduo

que se distingue de todos os outros (ibidem) p! //1B! 7s conteúdos normativos onde se inserem os sujeitos de fala e ação ' que vão determinar a quantidade de todas as referências interpessoais tomadas como leitimas num mundo de vida partilhado intersubjetivamente! Quando o falante inicia uma relação interpessoal enquanto ator social entra numa rede de expectativas normativas interpessoais! Isto quer dizer que cada um tem um papel social 6 determinado por normas sociais 6 que a comunidade linguística espera que cada falante desempenhe!

E essa referência a uma segunda pessoa 6 sempre presente na formulação argumentativa da moral 6 que vai ser determinante na proposta da passagem de uma moral monol9gica para uma moral intersubjetiva! Como vimos 3 apesar da superação do solipsismo 3 não deixam de estar presentes 3 em (abermas 3 toda uma herança do assim chamado 'puro formalismo' da Kantiana ! Isto ' o que de certa forma percebe-se no puro procedimentalismo do princípio da teoria do discurso 3 o princípio do discurso 3 o princípio 'D' 3 em combinação com o princípio de universalização 3 o princípio 'U' 3 para a fundamentação do discurso moral 6 como abordaremos a partir de agora!

CAPÍTULO 3

PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS DA INTERSUBJETIVIDADE NA ÉTICA DO DISCURSO

Neste capítulo veremos com mais clareza que de fato a ética do discurso é considerada para (abermas ?CMAC? p! ,/B? a abordagem mais promissora da atualidade! Ela pretende ser uma ética filosófica que parte da argumentação racional! E a argumentação o ponto central da sua teoria moral! ;ua questão fundamental é como o princípio da universalização que é o único a possibilitarHnos questões práticas como um acordo argumentativo? pode ser ele próprio fundamentado! ?Idem? p! ,/B!

Na ética do discurso? os fundamentos morais devem passar pelo crivo de uma investigação moral prática do agir comunicativo? no qual os atores se orientam por pretensões de validade! Ao contrário das éticas clássicas que di?iam respeito às questões do bem viver`? a ética cognitivista kantiana? da qual a ética do discurso é herdeira? di? respeito apenas a problemas da ação correta ou justa! ?s ?u ?os morais e?plicam como os conflitos de conduta podem ser contornados com base num acordo de motivação racional? servindo para justificar a conduta à luz de normas válidas e a validade das normas à luz de princípios di?nos de reconhecimento! ? (ANESMA ;? +222? p! +XB! Importa? tamb?m? sem dúvida? que esse reconhecimento se dê pela comunidade linguística de comunicação? que é ao mesmo tempo de argumentação!

A ética do discurso tem as características deontológica? cognitivista? formalista e universalista da ética kantiana! Ela é deontológica? em oposição às éticas clássicas ?teleológicas? que se ocupavam especificamente da vida boa ou vida feliz? por isso preocupava-se com as questões de justificação das normas e problemas relativos à determinação das ações corretas ou justas! É cognitivista em oposição ao ceticismo ético reinante no final do século ^^? que refuta a possibilidade de fundamentação de ?os morais! ? ponto de partida da ética do discurso é a tese

de que os enunciados normativos podem ser fundamentados! A 'tica do discurso ' universalista em oposição ao relativismo 'tico¹⁴³ pois procura fundamentar &u<os morais que ten=am validade universal! E formalista em oposição às suposiçDes 'ticas materiais teleol9%icas do tipo aristot'licas3 que di<em respeito à vida boa3 e por isso são prescritivistas! A 'tica do discurso não pretende di<er o que ' certo ou o que ' errado3 mas procura identificar o procedimento¹¹ a ser se%uido para o &u!%amento moral! #or fim3 possui o caráter procedur stico\formal^{1x} da 'tica Kantiana quando propDe como camin=o a ser se%uido o consenso a ser alcançado entre os suleitos capa<es de lin%ua%em e de ação3 por meio de um discurso prático!

A 'tica do discurso parte da racionaliza<ção do mundo vivido! 7 mundo vivido concebido como conte>to comum da vida entre falantes e ouvintes3 ' o =ori<onte no qual os a%entes comunicativos efetivamente se situam! 7 mundo vivido ' o]mbito das relaçDes sociais espont]neas3 das emissDes lin%A sticas não tematicadas3 da vi%ência do senso comum! 7s componentes do mundo vivido são o _pano de fundo` para o entendimento lin%A stico entre suleitos comunicativos! A 'tica do discurso parte da racionaliza<ção pelos suleitos de ação e de a%em das suas pr9prias açDes espont]neas e pr' Hrefle>ivas!

Qa 'tica do discurso entra como pressuposto não somente o con=ecimento lin%A isticamente mediati<ado3 que ' entendido como a%ir3 mas tamb'm o ne>o entre a prática e a comunicação cotidianas3 em que se inserem as _operaçDes co%nitivas que têm desde a ori%em um caráter intersubletivo e ao mesmo tempo cooperativo!` ?CMAC3 p! /XB! Da porque3 em (abermas3 a pra%mática universal¹ tem seu lu%ar privile%iado! E tarefa da pra%mática universal _identificar e reconstruir as condiçDes universais do entendimento poss vel!` ?)ACC3 p! /22B! Qo procedimento da 'tica do discurso3 a &ustificação das normas ' uma questão _não apenas contin%ente3 mas essencialmente comunicativa!` ?CMAC3 p! 2.BC a

* uando (abermas ?+222B propDe uma 'tica universalista não quer que ela e>prima as intuiçDes de uma cultura ou de uma dada 'poca3 não quer que o princ pio moral reflita _unicamente os valores do =abitante adulto da Europa central dos nossos dias3 de raça branca3 se>o masculino e de educação bur%uesa` ?p! +,B! Isso ocorreria se a 'tica3 por ele proposta3 tivesse como objeto de refle>ão os valores da sua cultura3 da cultura %erm]nica!

7 procedimento que a 'tica do discurso indica para o &u!%amento da lei moral ' a combinação entre o #rinc pio da Universaliza<ção ?FU3B com o #rinc pio do discurso ?FD3B3 como veremos mais adiante!

A racionalidade procedural se e>pressa3 em (abermas3 na _adoção ideal dos pap'is`3 ou como veremos mais adiante3 como _situação ideal de fala` que3 para ele se apresenta como o _procedimento adequado!` ?CMAC3 p! X/B!

A pra%mática universal3 tal como foi apresentada por (abermas na *Teoria da Ação Comunicativa! Estudos e Complementos* ?)ACC3 foi objeto de maior aprofundamento nosso no item cinco do se%undo cap tulo deste nosso trabal=o!

Justificação está na base do discurso racional! A ideia da fundamentação na ética do discurso visa de conferir a determinadas assertivas uma pretensão de universalidade válida para todos os sujeitos presentes ou supostamente participantes!

A ética discursiva é ao contrário da filosofia analítica¹⁰ não fica limitada a uma análise lógico-semântica superando-a por meio de uma análise pragmática universal dos conceitos transformada em ação concreta entre sujeitos que atuam no mundo com outros sujeitos que também são capazes de pensar e de agir!

O objetivo da ética discursiva segundo (Habermas) não é privilegiar definitivamente uma forma ideal de comunicação mas mostrar que as regras do discurso são "pressuposições inevitáveis"! A ética do discurso tem como proposta básica a fundamentação racional de normas a partir dos casos puros ou idealizados de atos de fala!

3.1 O PRINCÍPIO DE UNIVERSALIZAÇÃO ('U')

A ética do discurso é um procedimento que se estrutura a partir de dois princípios: o princípio da Universalização (U) e o princípio discursivo (D). O princípio U refere-se às normas que carecem de validação que com todas as suas consequências precisam ser aceitas pelos participantes do discurso! A ética do discurso tem como paradigma a exigência de que as normas que regem o convívio societário possam ser aceitas intersubjetivamente! O princípio D diz que uma norma só ganha validade se obtiver a aceitação de todos os participantes de um discurso prático! O princípio D é imparcial em relação ao conteúdo das normas para poder ser universal e se efetiva por meio da acariação da validade dos argumentos em questão que estiverem sendo articulados entre os membros da comunicação!

A norma para ser aceita como válida tem que preencher os requisitos exigidos pelo princípio D e pelo princípio U! U e D são princípios puramente formais isto é não trabalham com conteúdos normativos indicam simplesmente o

Como já vimos a primeira fase da filosofia analítica entende como tarefa da filosofia a análise dos sentidos semânticos dos termos que compõem uma afirmação e não o estudo a respeito do sentido performativo dessas mesmas sentenças!

procedimento que faz com que a regra moral possa ser aceita como regra válida ou regra universal!

7º princípio da universalização em (abermas) ' o princípio que torna possível o acordo em argumentações morais e b!!!c exclui a aplicação monolítica desta regra de argumentação! (CMAC) p! 00B! Ele não se esgota absolutamente na exigência de que as normas morais devem ter a forma de proposições dedutivas universais e incondicionais! 7º princípio (U) ' o princípio que reclama a anuência de todos os concernidos numa situação ideal de fala ou comunicação¹⁰!

Para (abermas) o indivíduo ao entrar no âmbito argumentativo pressupõe a racionalidade dos demais envolvidos na argumentação isto é o acesso público a igualdade de direitos a autenticidade e a ausência de coerção! Para ele este indivíduo ao fundamentar as normas acaba por aceitar as condições implícitas ao reconhecimento de uma regra argumentativa (ANESMA ; 3 +2223 p! +44B! Para o filósofo essa regra que deve ser aceita por todos os concernidos no âmbito argumentativo "

) todas as normas válidas têm de satisfazer a condição de que as suas eventuais consequências e efeitos secundários provavelmente resultantes da observância generalizada conducente à satisfação dos interesses de todos possam ser aceites sem constrangimento por parte de todos os sujeitos afetados e preferidos às consequências da concebida possibilidade alternativa de recusa! (idem) +2023 p!+44B!

7º princípio (U) desempenha o papel unicamente de fundamentar expectativas comportamentais e modos de conduta generalizados que subletem a uma prática geral na lógica da argumentação! Ele encontra seu lugar próprio em discursos de fundamentação nos quais testamos à validade das obrigações universais!

7º princípio (U) ' o único princípio moral que vale como regra de argumentação e pertence ao mesmo tempo à lógica do discurso prático! Para (liveira) +2243 p! /OB o princípio (U) deve ser diferenciado de qualquer princípio de conteúdo ou de normas fundamentais como do conteúdo normativo das

A temática da situação ideal de fala como pressuposta da racionalização do mundo vivido será por nós abordada no item 4.1.1! do nosso trabalho!

pressuposições da argumentação que podem ser explicitadas na forma de regras do discurso. Como regra do discurso ele que elimina todas as orientações concretas da vida que não são conteúdos que possam ser de alguma forma universalizáveis! Como regra de argumentação ele tem que conservar um sentido racional e portanto operacional para sujeitos finitos dotados da faculdade de linguagem que é dependente dos variados conteúdos. (ANESMA; 2003, p. 408) O princípio de universalização vai deixar claro que o que nos importa é saber se é do interesse de todos que a norma seja cumprida por todos! (ibidem, p. 408)

O princípio da universalização deve provocar a troca universal de papéis entre falantes e ouvintes. O princípio de universalização provoca essa troca de papéis para que a formação de linguagem seja imparcial e de fato passevel de universalização¹². Ele estabelece que a norma válida seja aquela em que as consequências e efeitos colaterais que resultarem para a satisfação dos interesses de cada um dos indivíduos possam ser aceitos por todos os concernidos (CMAC, 2000, p. 108). Assim ao facilitar o acordo intersubjetivo em discursos práticos que possam ser referidos para o interesse geral de todos os concernidos, essa regra de argumentação apresenta-se como a questão fundamental para a ética do discurso!

O princípio FU trata da realização cooperativa da argumentação. (idem, p. 108) Entre os sujeitos de uma comunidade argumentativa pressupondo que há uma efetiva participação de cada pessoa envolvida no processo de argumentação pode prevenir a deformação de perspectiva na interpretação dos interesses dos respectivos participantes da argumentação!

Uma norma controversa só será aceita se todos os concernidos aceitarem as consequências e efeitos colaterais que previsivelmente resultam de uma obediência geral da regra controversa para a satisfação dos interesses de cada indivíduo podem ser aceitos sem a coação de todos! (idem, p. 108) Trata-se da aceitação das pressuposições do princípio da universalização que precisam ser aceitas por todos aqueles que entram numa roda de discussão e pretendem resgatar discursivamente pretensões de validade normativas! (idem, p. 108)

Aqui (abermas se apóia no princípio de Kant no qual as leis públicas só podem pretender legitimidade enquanto atos da vontade pública dos cidadãos autônomos e unidos. E assim a troca de papéis entre falantes e ouvintes se justifica a partir do ponto de vista moral de que ninguém pode ser injusto consigo mesmo! (2003, p. 108)

* uando os falantes aceitam entrar em argumentação empreendem seriamente a tentativa de restar discursivamente pretensões de validade normativas; aceitam intuitivamente condições de procedimento que equivalem a um reconhecimento implícito do princípio de universalização!

7 princípio da universalização é fundamentado por via da derivação pragmática universal a partir de pressuposições argumentativas. Ele é diferente de quaisquer princípios ou normas básicas contedísticas ou prescritivistas que se podem constituir o objeto de argumentações morais, como também do conteúdo normativo das pressuposições da argumentação, que podem ser explicitadas sob a forma de regras!

7 princípio é a condição de validade de uma norma como potencial de assentimento por parte de todos os indivíduos! Ele é o princípio possibilitador do consenso intersubjetivo, excluindo normas que encarnem interesses particulares (interesses que não são suscetíveis de universalização). É por isso, o princípio do acordo consensual sobre normas controversas!

Apelando... também afirma que se uma norma quer ser universal e eficaz tem que se mostrar bem justificada, na medida em que aqueles que ornam a sua prática possam esperar que todos os outros se comportem em conformidade com as regras acordadas, pois as regras que podem ser apresentadas para sua justificação são unicamente válidas sob a condição de uma persistência de normas universalmente praticadas! (ANEMAS; 3+2223 p! , .B!

7 princípio é distinto de como nos referimos de quaisquer princípios ou normas contedísticas de algum princípio das pressuposições da argumentação! Ele é puramente formal, pois indica apenas o procedimento a ser seguido para a legitimação das normas morais universalmente válidas! 7 objetivo deste princípio é a validação de normas e não a elaboração ou a vigência social de normas! Ele visa a demonstrar o pressuposto irrecusável da intersubjetividade em toda comunidade de argumentação proporcionada pela prática discursiva e também indica o procedimento a ser seguido para legitimar as normas morais!

7 princípio da universalização na prática do discurso pretende ser a regra que elimina a título de conteúdos não passíveis de universalização todas as orientações concretas se retendo como argumentativamente decidíveis as questões de justiça estritamente normativas! Ela se mostra de fato universal, na medida em que os valores de uma determinada cultura não são colocados como parâmetro para as demais!

7 princípio é traído como novidade para a ética a exigência de que as normas para serem aceitas por uma determinada comunidade linguística careçam de uma argumentação racional! As normas são assim, pela força da argumentação passíveis de universalização!

Para que uma norma possa reclamar validade, o autor apresenta o princípio do discurso que é complementar ao princípio da universalização! Como veremos, este tem a finalidade de expor a exigência de assentimento universal dos participantes da argumentação para que uma norma possa reclamar validade!

3.2 O PRINCÍPIO DO DISCURSO ('D')

7 princípio determina que só possam reclamar validade as normas que encontram ou possam encontrar o assentimento de todos os concernidos enquanto participantes de um discurso prático. A legitimação de normas depende do assentimento de todos os possíveis participantes do discurso que se dá por meio do procedimento dialético de formação imparcial do acordo em meio a um discurso prático. 7 discurso é imparcial quanto ao conteúdo das normas que rege as relações intersubjetivas entre os indivíduos da comunidade de argumentação para que assim essa comunidade alcance o assentimento universal!

Ao participar das argumentações, os participantes tomam parte do diálogo argumentativo, idealmente, como sujeitos livres e iguais, na procura da verdade, na qual apenas o imperativo do melhor argumento deve ser contemplado! (ANESMA; 2002, p. 10). A partir do pressuposto prático que temos o princípio da ética do discurso de que só aquelas normas que possam obter a anuência de todos os participantes de um discurso prático que podem reclamar validade! (ibidem, p. 10).

Para (abermas) o princípio do diálogo dá respeito à validade das normas que rege as relações sociais dos indivíduos que ora participam da comunidade de argumentação, bem como também daqueles que poderão vir a participar da roda de

argumentação! E por isso que para ele uma norma só pode pretender validade quando " todos os que possam ser concernidos por ela basear-se em argumentos que possam ser aceitos enquanto participantes de um discurso prático a um acordo quanto a validade dessa norma!" (Macneil, 1980, p. 10)

De [ant a Apelando passando pelas posições contratualistas contemporâneas de Rawls e Rawls, a ética formalista indica um princípio que permite fundamentalmente conduzir a um consenso de motivação racional acerca das questões práticas e morais controversas e este é o objetivo da ética do discurso. Para a resolução destes embates (abermas) surge o princípio da universalização (Kant) que é a forma que a teoria do discurso tem de não cair no mero "provincianismo" e ao mesmo tempo de possuir um "sentido normativo dos discursos serem imparciais" (Macneil, 1980, p. 22) quanto ao seu conteúdo!

As regras do discurso têm elas próprias um conteúdo normativo porque neutralizam o desequilíbrio de poder, isto é, cuidam da igualdade de chances de impor os interesses próprios de cada um!" (Macneil, 1980, p. 21) Para (abermas) o discurso prático só faz sentido se for empreendido a partir do "origem" do mundo vivido de um determinado grupo social com o fim de alcançar uma determinada situação na qual os participantes considerem a regulamentação consensual de uma matéria social controversa!

E pelo discurso que tomamos consciência do mundo das vivências subjacentes à prática comunicativa do cotidiano a partir de uma retrospectiva artificial, pois à luz de "pretensões de validade hipoteticamente refletidas" o mundo das relações institucionalmente regulamentadas é moralizado da mesma forma que o mundo dos fatos existentes é teorizado!" (Macneil, 1980, op. cit., p. 42) Essa "moralização" do mundo vivido significa (abermas) a legitimação consensual a partir do "melhor argumento" das regras que regem relações praxi-racionalizadas praxi-reflexivas do mundo vivido!

(abermas) (Macneil, 1980, p. 10) insiste na importância de uma ética que ultrapasse os limites de uma determinada cultura e de uma dada época. O autor ao afirmar que "toda moral universalista se assenta em formas de vida correspondentes" coloca na ordem do dia o pressuposto intersubjetivista dessas éticas entre elas a ética do discurso! A importância do princípio de Kant na ética do discurso já deixamos claro item anterior!

7 princípio da ética do discurso deve ser colocado na perspectiva da terceira pessoa^{x3} porque assim ele poderá valer-se de uma faculdade que liga os sujeitos morais aos acordos locais da situação de partida e que os insere na provincialidade insondável do respectivo horizonte histórico. (MACC p! 148) Essa ligação da moralidade com a historicidade com os fatos reais, que faz com que o observador possa aplicar as regras morais às situações concretas da vida!

Como parte real envolvida no discurso prático com a sua vontade inalienável, o sujeito capaz de argumentação traz sempre ao discurso novos problemas! E pelo discurso prático que se confirmam os compromissos com os problemas reais dos indivíduos envolvidos na comunidade de argumentação a partir de onde se busca a harmonia entre os interesses individuais e coletivos! E por isso que (Abernas 2022) p! 118 critica o chamado direito moderno da razão ao afirmar que esse não contemplou a natureza intersubjetiva da formação da vontade coletiva!

7 princípio do discurso traça o programa de fundamentação prático formal de uma regra de argumentação! Ao contrário da filosofia moral transcendental kantiana, a ética do discurso não decide *a priori* o resultado dessa argumentação! Por isso (Livreira 2024) p! 128 afirma que a ética do discurso contrapõe às afirmações de éticas materiais que se orientam na perspectiva básica pela felicidade e sempre determinam ontologicamente um tipo determinado de vida ética! A ética do discurso não fornece orientações de conteúdo pois não é contentiva, mas um procedimento que deve garantir a objetividade do sujeito ético!

O princípio da argumentação no discurso prático que (Abernas 2022) chama atenção ao modo de validade que a filosofia do direito^{x4} remete, simultaneamente, para uma prática politicamente esperada e para a expectativa

Ao tratar da questão do olhar a partir de uma terceira pe

s d

moral do reconhecimento de uma existência de validade normativa racionalmente motivada e que se pode ser resgatada através da argumentação. A expectativa da comunidade moral tem do falante se pode se dar por meio da argumentação. E o princípio que traz a consciência que o princípio da universalização apenas exprime a normatividade de um procedimento de formação discursiva da vontade e não propriamente os conteúdos normativos, por isso portanto que caracterizamos a ética do discurso de formalista e de procedimentalista!

Os discursos devem ser compreensíveis do ponto de vista intersubjetivo! O discurso prático-moral é o alarçamento ideal da nossa comunidade comunicativa a partir da perspectiva de dentro. (ANESMA; 3 +222) p. 44. Assim sendo se aquelas normas propostas que exprimem o interesse comum dos intervenientes poderão obter uma aprovação justificada de todos eles! As normas de justificção discursiva sublinham a compreensão do que é de interesse de todos e daquilo que é uma vontade geral que assimilou sem repressão a vontade de todos!

Toda moral autônoma tal como a ética do discurso se propõe a acentuar a intangibilidade dos indivíduos socializados na medida em que propõe para eles um tratamento de igualdade e de respeito em relação à dignidade de cada um, ao mesmo tempo deve proteger as relações intersubjetivas de reconhecimento mútuas na medida em que reclama solidariedade por parte dos indivíduos enquanto membros de uma comunidade em que foram socializados. (ibidem) p. 0. B!

Assim o princípio que traz para a ética do discurso a necessidade de legitimação por meio do assentimento de todas daquelas regras universais às quais nos referimos no princípio. Essa legitimação por meio de aceitação pressuposta de regras controversas universais (princípio aliada ao assentimento de todos os concernidos enquanto participantes de um discurso prático) ocasiona a busca consensual da verdade e da correção normativa do objeto último da ética do discurso!

3.3 O ACORDO INTERSUBJETIVO

3.3.1 O entendimento racional mútuo

7 a%ir orientado para o entendimento m8tuo entre todos os concernidos num discurso prático ' o objetivo da 'tica do discurso! A 'tica do discurso como _uma das %randes teorias filos9ficas do nosso tempo` ? (ANE\$MA ;3 / . . 13 p! 0B3 que discute as bases poss veis da normatividade3 tem como objetivo demarcar os pressupostos pra%máticos da lin%ua%em e identificar os termos de uma fundamentação intersubjetiva e racional das normas!

As relaçDes intersubjetivas3 se%undo (abermas3 ocorrem quando os suleitos3 dotados de lin%ua%em e de ação3 se constituem como indiv duos3 na medida em que3 enquanto elementos de uma determinada comunidade =ist9rica e contin%ente3 crescem num universo partil=ado intersubjetivamente! A pessoa s9 se _fa<` como pessoa no seu relacionamento consi%o mesma ?_com o seu centro de interioridade`B e ao mesmo tempo com os demais membros de sua comunidade3 isto '3 tecendo _relaçDes intersubjetivas de recon=ecimento rec proco!` ?Idem3 +2223 p! +2B! Da (abermas afirmar3 com @! M! Mead3 como lá vimos3 que n9s _somos o que somos mediante a nossa relação com os outros!` ?Ibidem3 p! , 0B! A constituição da pessoa mostraHse3 então3 como uma construção din]mica3 dial'tica3 em que a individuali<ação ocorre simult]nea e reciprocamente à sociali<ação!

7 percurso da vida partil=ada intersubjetivamente constitui o =ori<onte do qual os participantes da comunidade comunicativa podem asse%urar a validade de seus atos de fala3 tendo em vista as possibilidades atuais de ação! Qo decorrer dessa vida se vai formando racionalmente a vontade do indiv duo! Mas dessa formação racional s9 se pode di<er que se encontra acabada no _recon=ecimento intersubjetivo das pretensDes de validade criticáveis quando as posiçDes são modificadas pela ação dos ar%umentos!` ?Ibidem3 p! , +B!

Ao referirmoHnos ao entendimento racional de normas3 vale ressaltar a distinção entre o fato social do recon=ecimento intersubjetivo e a capacidade de

reconhecimento de uma norma! #ara 7liveira ?+2243 p! //B3 a validade das normas existentes depende do _reconhecimento intersubjetivo3 que no caso de problematização3 deve ser reconquistado pela mediação da argumentação! Assim3 (abermas dei>a claro em *Teoría de la Acción Comunicativa* que para que uma norma seja válida ' preciso que ela seja merecedora do reconhecimento de validade de todos os afetados por ela! E por isso que (abermas afirma que o proponente3 ao pretender validade3 quer reconhecimento de todos os afetados na roda de discussão! E assim que podemos3 com autor3 afirmar que _este reconhecimento intersubjetivo funda a validade social!` ?)AC l3 p! +/OB!

Esse acordo intersubjetivo funciona como um mecanismo coordenador da ação do falante3 podendo significar que os participantes na interação se pDem de acordo acerca da validade do que pretendem para suas emissões ou manifestações! Isto quer dizer que _reconhecem intersubjetivamente as pretensões de validade com que se apresentam uns frente aos outros!` ?Idem3 p! +14B! 7 que o falante propõe que seja válido3 e que ao mesmo tempo ' suscetível de crítica3 ' a sua relação com pelo menos um dos _mundos` ?o mundo objetivo3 o mundo social ou o mundo subjetivo3 para fazer com que o ouvinte tome uma postura racionalmente motivada! * uando se trata de referência a al%o no mundo objetivo3 o falante também coordena a perspectiva com pelo menos um outro falante3 a partir do _fundamento das relações intersubjetivas comunicativamente instauradas!

A linguagem ' empregada como *médium* do entendimento m8tuo quando o falante ao fazer um proferimento comunica-se com outro membro de sua comunidade linguística sobre al%o no mundo3 sobre al%o de si ou sobre al%o que pretende do mundo! Ela ' o meio no qual os participantes podem partilhar intersubjetivamente a compreensão de al%o! A teoria da linguagem3 segundo (abermas ?+22.B3 dá primacia ao significado que ' incorporado nos signos linguísticos que servem como *médiuns* na construção intersubjetiva dos mundos em que vivemos! #or isso que o conceito básico de linguagem utilizado por ele ' o de um _significado partilhado intersubjetivamente numa comunidade linguística!` ?p! 44B!

(abermas em *Pensamento pós-metafísico* desenvolve o conceito de intersubjetividade intacta! #ara elaborar esse conceito3 ele parte da análise de condições necessárias para o entendimento! Dadas essas condições3 a intersubjetividade intacta ' aquela que será capaz de _possibilitar um entendimento

não coadunado dos indivíduos no seu relacionamento recíproco, bem como a identidade de um indivíduo que se entende consigo mesmo de modo não coadunado. (ANESMA; 3 +22.3 p!+0/B! #ara que =a@a o entendimento ' preciso que se manifestem condições simétricas da reciprocidade livre! Essa relação intersubjetiva entre indivíduos que se respeitam mutuamente como seres livres e é uma relação recíproca que construa uma esfera de liberdade partilhada por vários seres! (Ibidem; p! +21B! Outro conceito trabalhado por (abermas também nesta obra ' o de autoconsciência! #ara ele, ao contrário da 'consciência', a autoconsciência formal-se através de uma relação simbolicamente mediada, num caminho que vai de fora para dentro, possuindo assim, um núcleo intersubjetivo!

Além desses conceitos, é relevante para a teoria do discurso o conceito de *moral point of view* (ponto de vista moral) desenvolvido em *Consciência moral e agir comunicativo* e *Comentários à ética do discurso* – como uma operação de generalização de máximas e de interesses controversos, o que vai forçando a cada um dos envolvidos no discurso a transcender o contexto social e histórico em que se inserem e assumir a perspectiva de todos os potenciais indivíduos em questão! Essa teoria moral reivindica que não se pode renunciar à atitude performativa dos participantes da interação no momento desta reflexão. (Ibidem; +222; p! +/XBC ' s9 assim que se conserva o contato com o saber intuitivo adquirido pela socialização que possibilita que sejam formados os valores morais! Do ponto de vista moral, a preocupação desloca-se do plano existencial, empírico, concreto, para o plano abstrato da reflexão dos sujeitos situados em comunidades de argumentação sobre o que todos poderiam aceitar como lei para a sua atuação no mundo!

São as pretensões de validade do proponente que impulsionam a própria linguagem para o consenso intersubjetivo! Esse consenso requer uma base convencional, a fim de que, mediante as condições do discurso ideal, se possa chegar a um consenso linguisticamente mediado!

As ações do entendimento mútuo visam a um acordo que depende do assentimento racionalmente motivado ao conteúdo de proferimento. (CMAC; p! +,XB! Em (abermas, o acordo assenta-se sempre em convicções comuns! Assim sendo, para ele, o ato de fala só terá êxito se o outro aceitar a oferta nele contida tomando posição afirmativamente, em face de uma pretensão de validade em princípio questionável!

7 entendimento mútuo ou reconhecimento intersubjetivo se forma não
em torno de valores apreendidos da cultura dos membros da comunidade de
comunicação mas principalmente quando esses membros são capazes de adotar
uma atitude reflexiva frente aos modelos básicos de valor que interpretam as suas
próprias necessidades. Esses processos de entendimento partimos das
pressuposições formais de comunidade ou intersubjetividade que nos são
importantes para referimos a al%o no mundo social que ' um mundo
intersubjetivamente partilhado. A situação de fala '3 ao mesmo
tempo uma situação de ação em que agentes assumem alternadamente os papéis
comunicacionais de falantes ou proponentes, destinatários ou oponentes e3 pessoas
presentes ou observadores!

7 princípio pressupõe nas relações entre os indivíduos uma relação de
ator com o mundo que o cerca. Essa relação ator e mundo ' um princípio acessível
a um julgamento objetivo para evitar da parte do proponente uma tomada de posturas
racionais. A recusa das pretensões de validade dos atos de fala!

7 ponto central da racionalidade comunicativa são as pretensões de
validade e o seu desempenho discursivo! (abermas postula que as qualidades
procedimentais do agir argumentativo fundamentam a esperança racional de que as
intencionalidades se realizem)

m8tuo e que conceda aos outros a liberdade comunicativa de poderem tomar uma posição face às pretensDes de validade!` ? (ANE\$MA ; 3 +2023 p! + , 0B!

#ara (abermas3 a norma ' valida moralmente se3 e somente se possuir um sentido intersubjetivo3 que corresponde às e>pectativas comportamentais dos membros de uma determinada comunidade lin%A stica! As normas válidas são aquelas que merecem o recon=ecimento intersubjetivo de todos os poss veis envolvidos3 na medida em que estes3 enquanto participantes da ar%umentação3 se convencerem _de que estas normas contam com i%ual interesse de todos!` ?Idem3 +22 .3 p! / +4B!

7 entendimento m8tuo s9 se dá se os participantes do discurso c=e%am a um acordo3 isto '3 se forem aceitas as pretensDes de validade do falante! Essas pretensDes são er%uidas em todo proferimento inteli% vel ?ou que ten=a a pretensão de inteli%ibili

prático ?CMAC3 p! ++,B! Da que para (abermas3 com os princ pios FU6 e FD6 a 'tica do discurso privile%ia caracter sticas de lu <os morais válidos que possam servir como pontos de referência normativos de um processo de desenvolvimento normativo3 que se dá na passa%em de estios morais pr'Hconvencionais at' os estios morais p9sHconvencionais^{X1}!

3.3.2 O agir comunicativo estratégico para o sucesso e o agir comunicativo para o entendimento mútuo

A pra%matica formal distin%ue dois modelos ou tipos de interaao quanto ao agir comunicativo" o agir comunicativo estrat'ico de aao em vista do sucesso e o agir orientado para o entendimento m8tuo! #ara ela3 o agir comunicativo se dá atrav's das ades dos vários atores coordenadas atrav's do _entendimento` e o agir estrat'ico por meio das ades de vários atores coordenadas atrav's da _influenciao`!

7 modelo estrat'ico de aao pode se satisfa<er com a _descriao de estruturas do agir imediatamente orientado para o sucesso!` ?)AC l3 p! +X1B! Qeste modelo de aao os atores estão orientados e>clusivamente para o sucesso3 como conseqencia do seu agir! Este ' o agir instrumental que se apresenta como racionalidade t'cnica da escol=a de meios pr9prios do saber emp rico! Ele possui fins espec ficos de instrumentali<aao! E uma aao de uns sueitos sobre outros3 sobre a situaao de aao3 que ' veiculada atrav's de atividades não consensuais3 atividades meramente instrumentais! Essas ades não são ades intersubetivamente sim'tricas3 mas são meios para tornar poss vel o sucesso assim' trico de um determinado %rupos!

Qo agir estrat'ico3 as forças ilocucionárias de li%aao enfraquecem3 a lin%ua%em encol=eHse3 as pretensDes de validade dos atos de fala são minadas! 7 agir de fala _latentemente estrat'ico visa efeitos perlocucionários não re%ulados

Este processo será analisado por n9s no item 4!4!4! quando abordaremos os estios morais de :!
[o=Iber%!

convencionalmente^{xx}! O agir orientado pela ação estratégica faz uso parasitário da linguagem pois o falante simplesmente pretende entender-se com seus ouvintes vinculando perspectivas de êxito aos seus atos de fala ao pretender alcançar determinados fins no mundo dos estados de coisas por meio de emissões linguísticas!

Nesse caso ocorre o uso da racionalidade cognitivo-instrumental na perspectiva de êxito no mundo dos estados de coisas (mundo objetivo) possibilitada pela linguagem dissimulada/manipulada a fim de alcançar determinados objetivos não explicitos na proposição enunciada! A ação estratégica é calculada a partir de pressupostos egocêntricos de utilidade (ANESMA; 3 +22.3 p!+1, B! Aquele que age estrategicamente precisa ferir de modo muito sutil a pretensão de sinceridade do agir comunicativo na comunidade linguística!

* quem age estrategicamente não se alimenta mais de um mundo vivido compartilhado intersubjetivamente, está como que fora do mundo do qual os sujeitos capazes de ação e de linguagem atuam interagindo, não dependendo do reconhecimento dos outros! Esse sujeito se vê diante do mundo objetivo e somente diante deste e decide somente conforme as suas preferências subjetivas!

Ao contrário da ação estratégica o agir orientado para o entendimento mútuo tem que especificar as condições para um acordo alcançado comunicativamente sob as quais o *Alter* pode anejar suas ações as do *Ego* (Ibidem) p! +, XB! O agir orientado para o entendimento mútuo reúne as condições sob as quais uma argumentação pode produzir racionalmente o consenso! Esse consenso é assegurado pelo reconhecimento intersubjetivo da validade das normas sociais!

O agir comunicativo é uma interação simbolicamente mediada! Orienta-se através das normas que valem obrigatoriamente pois definem expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser compreendidas e aceitas por pelo menos dois sujeitos!!! A validade das normas sociais é assegurada pelo reconhecimento intersubjetivo fundamentado no entendimento ou num consenso valorativo! (ACC) p! 4/0B!

Isto ocorre quando o falante não declara ao ouvinte quais são as suas reais intenções, não declara que tem fins no âmbito parasitário, o proponente simula a intenção de fins ilocucionários quando está ferindo os pressupostos do agir orientado ao entendimento (ANESMA; 3 +22.3 p! +4/B!

#or isso (aberma entende que o agir estratégico linguisticamente permanece deficitário porque carece de sinceridade quanto à pretensão subjetiva do ato de fala expressivo (Ibidem) p! +44B!

Qa ação com a finalidade do entendimento mútuo os participantes da comunidade de comunicação tomam atitudes em face dos estados de coisas existentes (atitude objetivante) em face das relações interpessoais legitimamente reguladas (atitude conforme a normas) e em face das próprias vivências (uma atitude expressiva). Assim sendo para poderem se entender uns com os outros sobre algo no mundo objetivo, no mundo social ou intersubjetivo e no mundo subjetivo os participantes da comunicação devem adotar as atitudes ligadas aos papéis comunicacionais da primeira, segunda e terceira pessoas. (Schwartz, 1978)

@D S+WAÑf ñ P

Qa ação comunicativa o emissor (a primeira pessoa) e o receptor (a segunda pessoa) contam com a possibilidade de troca de papéis. Por sua atitude performativa, falante e ouvinte entram numa relação interpessoal e devem se reconhecer recíproca e simetricamente como sujeitos responsáveis e capazes de orientarem suas ações por pretensões de validade dos atos de fala!

Para Schaubert (1978) o agir orientado ao entendimento mútuo é o processo de obtenção de um comum acordo sobre pretensões de validade controversas. Ao se pressupor essas pretensões controversas, elas deverão ser criticadas, questionadas e colocadas à prova para se chegar a um consenso partilhado intersubjetivamente!

7 telos @ P €P`D!` @D` s0

processo comunicativo livre de toda e qualquer repressão ou coação! Esses atores devem agir unicamente orientados ao entendimento ao alcance de um comum acordo sobre determinada pretensão de validade posta em dúvida!

Quo agir comunicativo as suposições de autodeterminações e de auto-realização mantêm um sentido rigorosamente intersubjetivo" aquele que fala e que age moralmente tem de poder esperar o assentimento da comunidade de comunicação ilimitada e quem se realiza numa história de vida assumida responsabilmente tem de poder esperar o reconhecimento dessa comunidade! Assim a identidade de quem interage a sua autocompreensão como ser individualizado que age autonomamente só pode estabelecer-se se cada sujeito for reconhecido como pessoa!

Em todo agir comunicativo os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob duas condições" a de um acordo existente ou a de uma negociação sobre a situação e as consequências esperadas! (ANE\$MA ; 3 +222 p! +, XB!

7 entendimento " o *telos* ou o objetivo perseguido por uma ação comunicativa em que os atores participantes comportam-se cooperativamente e tentam colocar seus planos em sintonia uns com os outros numa interpretação comum! Nessa relação os atores envolvidos estão dispostos a atingir os objetivos imediatos da definição comum de uma situação e da coordenação da ação assumindo os papéis de falantes e de ouvintes em processos de entendimento! (Idem 3 +22.3 p! +/2B! Essa troca de papéis ou como o autor prefere chamar *ideal role-taking* ?_assunção de papéis ideais` 6 Idem 3 +222 p! XXB a partir do *moral point of view* ?_ponto de vista moral`B se dá em vista dos mecanismos de entendimento que são coordenados pela ação comunicativa através de atos ilocucionários realizados por uma linguagem compartilhada intersubjetivamente!

Qua ação comunicativa o entendimento linguístico funciona como um mecanismo de coordenação da ação das atividades teleológicas dos participantes para que possam constituir uma interação que se dá por meio de manifestações em que o ator entra em relação com pelo menos um dos mundos! Meramente a normatização das relações se dá no mundo social ou intersubjetivo porque esse mundo necessita de regras consensualmente mediadas pelos sujeitos em

questão que lá ocorre no mundo denominado como objetivo e subjetivo e dos intercambiamentos entre esses mundos!

A linguagem na ação comunicativa é o meio a partir do qual tem lugar um tipo de processo de entendimento em cujo transcurso os participantes ao se relacionarem com o mundo se apresentam uns frente aos outros com pretensões de validade que podem ser reconhecidas ou postas em questão. (Habermas, 1984, p. 148)

A teoria do agir comunicativo apresenta a linguagem como fonte de interação social como força consensual do entendimento linguístico (Habermas, 1984, p. 22). Usando termos próprios da linguagem dramática (Habermas afirma que os participantes tentam definir cooperativamente seus planos de ação levando em conta os outros no horizonte de um mundo vivido partilhado intersubjetivamente. Esses participantes ou atores de todo esse enredo que tem como pano de fundo o mundo vivido partilhado intersubjetivamente decidem atingir objetivos comuns assumindo papéis de falantes e de ouvintes que visam o entendimento mútuo.

O agir comunicativo tem o aspecto dos fundamentos epistêmicos para a verdade das asserções, pontos de vistas éticos para a autenticidade de uma escolha de vida, indicadores para a sinceridade das declarações, experiências estéticas, explicações narrativas, padrões de valores culturais, experiências de direitos, convenções. (Habermas, 1984, p. 128)

É a própria comunidade linguística onde os atores estão inseridos que possui todas as condições epistemológicas de colocar os seus participantes como sujeitos capazes de linguagem e de ação na interação e de justificar os seus próprios atos morais. Assim, os atores sabem que de fato agem a partir de razões justificadas, o que torna o agir racional e essa suposição de racionalidade é condição pressuposta do agir comunicativo. (Habermas definir a racionalidade comunicativa como"

Experiência central da capacidade de relacionar-se sem coações de gerar consensos que tem uma fala argumentativa em que diversos participantes superam a subjetividade inicial de seus respectivos pontos de vista em função de uma comunidade de convicções racionalmente motivada e se assentam na unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade do conteúdo em que desenvolvem as suas vidas. (Habermas, 1984, p. 108)

;omente a partir do fundamento das relaçaões intersubjetivas comunicativamente instauradas no mundo objetivo ' que são poss veis referências de um falante a um ouvinte, da 3 podemos afirmar que o recon=ecimento intersubjetivo se forma em torno dos valores apreendidos na cultura dos falantes3 mas3 sobretudo por meio da adoção de uma _atitude refle>iva frente aos padrDes de valor que interpreta as suas necessidades!` ?)AC +3 p! 1 .B!

Estamos3 aqui3 nos referindo ao mundo intersubjetivamente compartilh=ado nos processos de entendimento que %arantem idealmente uma comunidade =ermenêutica de comunicação3 em que os participantes podem3 %raças aos pontos de vista comuns partil=ados intersubjetivamente3 se referirem ao mundo objetivo!

Qo a%ir comunicativo3 um sujeito ' motivado pelo outro para uma _ação de adesão 6 e isso em virtude do efeito ilocucionário de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita!` ?CMAC3 p! 02B! #ortanto3 ' essa ação de adesão à oferta do ato de fala que leva os que intera%em a um processo de entendimento m8tuo intersubjetivo3 a um acordo que ' de nature<a refle>iva!

7 conceito de a%ir comunicativo3 em (abermas3 ' um conceito que pretende prolongar a derivação pra%áticoHuniversal do princ pio moral at' o interior da base de validade do a%ir orientado para o entendimento m8tuo3 sendo pois3 um conceito normativo do a%ir social! 7 a%ir orientado para o entendimento m8tuo ' aquele em que os _processos da tradição cultural3 da inte%ração social e da socializaçaão podem ocorrer` ?Idem3 p! 02B3 por isso3 para o autor3 não =á como escapar desse espaço 6 como propDe o c' tico moral H a não ser pela esqui<ofrenia ou pelo suic dio!

7 entendimento ocorre quando os participantes na interação se pDem de acordo acerca da validade que pretendem para suas emissDes ou manifestaçaões3 quer di<er" a partir do momento em que _recon=ecem intersubjetivamente as pretensDes de validade com que se apresentam uns aos outros!` ?)AC l3 p! ++ .B! 7 processo discursivo do entendimento ' re%ulado como uma divisão cooperativa entre proponentes e oponentes que tematizam uma pretensão de validade3 e e>aminam as ra<Des 6 e s9 as ra<Des do proponente 6 a fim de que se recon=eça ou não a racionalidade do ar%umento defendido pelo proponente!

;omente onde se aplica o princpio de uma lin%ua%em partil=ada intersubjetivamente de forma pressupostamente sim'trica ' que os atores se submetem aos crit'rios p8blicos de averi%uação de suas pretensDes de validade aos seus atos de fala da (abermas poder afirmar que o conceito procedimental de racionalidade comunicativa prov'm da descentrali<ação da compreensão do mundo e da _racionali<ação do mundo vivido como condição necessária para uma sociedade emancipada!^{x0} ?) AC l3 p! ++ . B!

Como vimos3 a racionalidade comunicativa remete a diversas formas de desempen=o discursivo de pretensDes de validade3 como tamb'm a relaçDes em que em suas açDes comunicativas os participantes travam com o mundo^{x0} ao reclamar validade para suas manifestaçDes ou emissDes lin%A sticas! 7 processo do a%oir comunicativo não se es%ota quando se alcança o entendimento m8tuo efetuado em termos do processo pr9prio da comunidade =ermenêutica de comunicação!

* uando se produ< um desacordo que lá não pode ser absorvido pela rotina cotidiana3 nem pelo uso do a%oir comunicativo3 nem estrat'%ico3 a inst]ncia de apelação da comunidade lin%A stica ' a racionalidade comunicativa! Quem sempre a comunidade lin%A stica de comunicação constr9i no seu interior o consenso dese]ado por pelo menos um dos participantes! (abermas3 a partir da teoria dos atos de fala de Austin e ;earle3 admite a possibilidade de ne%ação do acordo comunicativo3 mas este desacordo ocorre quando pelo menos um dos atores rejeita al%uma das pretensDes de validade ?da objetividade3 da correção normativa ou da subjetividade! 7 acordo lin%A stico ' sempre poss vel desde que os participantes res%atem a verdade por meio de um discurso racional!

(abermas entende que s9 o conceito de ação comunicativa pressupDe a lin%ua%em como *medium* de entendimento3 em que falantes e ouvintes se referem 6 a partir do =ori<onte pr'hdeterminado de seu mundo vivido 6 a al%o no mundo objetivo3 a al%o no mundo social e a al%o no mundo subjetivo para ne%ociar definiçDes da situação que podem ser compartilh=adas por todos! 7 a%oir voltado para o entendimento m8tuo pode ser indicado como meio de processos de formação que tornam poss veis3 de uma s9 ve<3 a individuação e a sociali<ação! porque a

#ercebemos aqui presente uma temática muito forte na escola de Frankfurt3 ou da teoria cr tica3 a da luta pela emancipação radical do ser =umano ?) AC lB!

Aqui se trata dos três mundos a que frequentemente (abermas afirma que o su]eito se relaciona na comunidade de comunicação3 a saber" o mundo dos estados de coisas e>istentes3 o mundo das relaçDes interpessoais e o mundo das e>periências subjetivas!

intersubjetividade do entendimento linguístico ou seja o consenso obtido através da linguagem não apaga no momento do acordo as diferenças das perspectivas dos falantes, pressupondo que sejam elas irrevogáveis!

Devemos dizer que o agir comunicativo é o conceito fundamental trabalhado pela teoria da ação comunicativa! Essa teoria pretende abordar de forma adequada a problemática da racionalização social da modernidade que foi racionalizada por várias correntes filosóficas do século XX! Dizer que a linguagem é racionalizada é a forma que (alguém) tem de afirmar que os sujeitos capazes de linguagem e de ação fazem uso do seu conhecimento de forma racional.

m'ese

que o falante exerce sobre o ouvinte não é coercitiva e se caracteriza pela possibilidade simétrica de todos os participantes do discurso escolherem e exercerem atos de fala comunicativos, constataativos, regulativos e representativos! (C7 ;) A3 C! / . . /3 p! X, B!

3.3.3 A ética do discurso e o estágio moral pós-convencional de Kohlberg

(abermas se apropria construtivista : aJrence [o=iber% ?CMAC3 p! +10B
fa< parte da tradição do pragmatismo norte americano! Ele utiliza uma teoria que se
liga à psicologia de Piaget e ao direito natural! #ara [o=iber% ?op! cit!B3 o conceito
de moral deve estar ligado ao conceito de utilitarismo ou à convicção de que as
questões práticas e morais podem ser decididas com base em regras na convivência
ao conceito de universalismo ou a convicção de que qualquer pessoa que quer
participar da argumentação pode recorrer aos mesmos princípios sobre a aceitabilidade
das suas normas de ação que os demais e3 finalmente3 ao conceito de formalismo 6
e3 a convicção que elimina a possibilidade de conteúdos não passíveis de universalização3 todas
as orientações práticas concretas !Ibidem!

#ara [o=iber% ?op! cit!B3 são três os níveis morais do desenvolvimento
psicossocial e moral3 subdivididos 6 cada um deles 6 em dois estágios! 7 nível A 6
pré-convencional se subdivide em estágio + ?o estágio do castigo e da obediência e
estágio / ?do objetivo instrumental individual e da troca! 7 conteúdo do estágio + se
refere ao direito como obediência literal às regras e à autoridade3 para evitar o
castigo e não provocar nenhum mal físico! As regras que o sujeito tem para
obedecer às regras são as de evitar o castigo e a força do poder superior! Qo
estágio /3 o direito significa seguir as regras3 _quando for do interesse imediato do
sujeito e as regras pelas quais se segue essas regras são as de servir as necessidades
próprias num mundo em que as outras pessoas também têm seus próprios
interesses a serem defendidos` ?CMAC3 p! +X/B!

7 nível convencional está subdividido em dois estágios: o estágio 4
?aquele das expectativas interpessoais mútuas 6 tanto dos relacionamentos como da

conformidade e o estágio 1 - o estágio da preservação do sistema social e da consciência. O conteúdo do estágio 4 - o conceito de direito com o papel social de uma pessoa boa ou amável - motivada pela própria vontade para seguir regras e responder afirmativamente às expectativas. É que o direito estabelece a correspondência ao que esperam as pessoas e as razões para a efetivação desse direito e a obrigação que se sente - a necessidade de ser bom aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros. A teoria de Kohlberg caracteriza o nível 1 como a situação em que o sujeito é levado a pensar que se a gente se pusesse no lugar do outro a gente iria querer um bom comportamento de si! (Ibidem, p. 48); somente a partir daí fundamentaria a sua postura de vida o seu agir ético. O nível 13 o conteúdo estabelece o direito como a existência de fazer o seu dever na sociedade, apoiar a ordem social e manter o bem estar da sociedade ou do grupo. O direito significa cumprir os deveres acordados e contribuir para com a sociedade, grupo ou instituição. Nesse nível as razões que fazem o sujeito cumprir os ditames do direito é manter em funcionamento a sociedade como um todo (Ibidem, p. 48).

O nível C - o nível pós-convencional ou baseado em princípios. É nesse nível que se coloca a ética do discurso. Nesse nível percebe-se que as decisões são tomadas a partir de direitos, valores ou princípios com que concordam ou podem concordar todos os indivíduos criando uma sociedade destinada a ter práticas leais e benéficas (Ibidem, p. 48).

O estágio X - o dos direitos originários e do contrato social ou da utilidade. O conteúdo deste estágio coloca como função do direito aquela de sustentar os direitos, valores e contratos legais básicos de uma sociedade mesmo quando entram em conflito com as regras e leis concretas de um determinado grupo. O direito significa estar ciente do fato de que as pessoas adotam uma variedade de valores e opiniões relativas a seu grupo. Estas pessoas estão apoiadas no interesse da imparcialidade porque se referem ao contrato social e as razões para obedecer aos ditames desse direito é que o sujeito sente-se obrigado a obedecer à lei porque todos os membros da sociedade fizeram um contrato social de fazer e respeitar leis para o bem de todos e para proteger seus próprios direitos e os direitos dos outros (CMAC, p. 18).

O estágio , - o estágio dos princípios éticos universais e presume a orientação por princípios éticos universais que toda humanidade deve seguir (Idem).

pl +X1B! 7 direito3 aqui3 ' %uiado por princ pios ' tico universais" princ pios de lustiça ?a i%ualdade dos direitos =umanosB e respeito à di%nidade =umana ?enquanto indiv duosB e aos valores nos quais as leis devem se apoiar!

As seis perspectivas morais e sociais que temos nos referido são as seguintes: 1! estágio do ponto de vista egocêntrico3 em que a perspectiva da autoridade ' confundida com a própria; 2! estágio da perspectiva individualista concreta3 em que a pessoa separa os interesses e pontos de vista próprios dos interesses e pontos de vista de autoridade dos outros; 3! estágio da perspectiva do indivíduo em relação com os outros indivíduos3 momento em que a pessoa relaciona pontos de vista através da _regra de ouro` ?faça ao outro aquilo que quer que se faça a si mesmaB3 pondera-se no lugar da outra pessoa; 4! estágio que diferencia o ponto de vista societário ou motivos interpessoais 6 ' então que se definem relações pessoais em termos do lugar no sistema; 5! estágio da perspectiva do prioritário em face da sociedade3 de um indivíduo racional ciente de valores e direitos prioritários em face dos contratos sociais! Esse estágio considera o ponto de vista moral e o ponto de vista legal e reconhece que os mesmos estão em conflito; e 6! estágio da perspectiva de um ponto de vista moral de onde derivam os ajustes de perspectiva moral da pessoa como fim3 e não como meio!` ?idem3 pl +, .B!

#or conta de sua concepção construtivista3 para [o=ber%3 o aprendizado significa a passagem de um para outro estágio! 7 desenvolvimento moral do sujeito se dá ao conseguir resolver a mesma espécie de problema de ordem moral que anteriormente não era possível resolvê-lo 6 e melhor ainda3 se a solução for dada de uma forma consensual moralmente relevante! Assim3 o desempenho construtivo do aprendizado se mostra no momento em que ele pode3 ao _explicar at' que ponto estavam errados os juízos morais que ele considerava corretos no estágio precedente` ?CMAC3 pl +XXB!

#ara (abermas3 a 'tica do discurso vem ao encontro dessa concepção construtivista da aprendizagem moral _na medida em que compreende a formação discursiva da vontade ?assim como a argumentação em %eralB como uma força de reflexão do agir comunicativo b!!!c!` ?CMAC3 pl +XXB! Isto se dá lustamente porque a 'tica discursiva entende o agir comunicativo fundamentalmente como uma mudança de atitude" de um agir orientado para o sucesso ?estrat' %icoB3 para um agir orientado para o entendimento =umano3 pautado em razões justificadas consensualmente!

Essas razões são argumentativas, o que quer dizer que levantam as pretensões de validade de seus atos de fala pelas quais a comunidade comunicativa orienta sua prática cotidiana!

Essa mudança de atitude na passagem do agir comunicativo para o discurso ocorre com a tematização de questões de justiça! As normas que já fazem parte do convívio social, na mudança de atitude, podem racionalmente serem aceitas como válidas ou inválidas! Na passagem do plano convencional para o plano pós-convencional do mundo moral, o mundo invariavelmente é abituado e reconhecido sem problemas se vê desnaturalizado e despido de sua validade nativa! (idem) p! +X, B! E nesta passagem que ocorre a moralização do mundo vivido! No plano pós-convencional, só resta à pessoa fazer a distinção entre as normas que estão em vigor e as normas que são válidas, aquelas que merecem reconhecimento da comunidade linguística! A comunidade também se sente responsável por gerar novas normas válidas! Essa geração é um procedimento para a escolha racionalmente motivada por um dos princípios reconhecidos como carentes de justificação (idem) p! +X, B3 é um rompimento com a invariabilidade das pretensões de validade dos atos de fala eruidas diretamente do que é proposto pelo falante!

Para (abermas) ou é aceita como pressuposta a seqüência dos três estágios do mundo moral ordenada hierarquicamente, como modelo construtivista, como via de desenvolvimento moral da sociedade ou vem abaixo o modelo de estágios de desenvolvimento! Isso ocorre porque, para ele, da fórmula como [Göhrer] formulou esses estágios, eles formam uma variante irreversível e consecutiva! Dentro deste esquema, fica evidente o que"

7s diferentes sujeitos testados alcancem o mesmo objetivo por diferentes vias de desenvolvimento, que os mesmos sujeitos regridam de um estágio superior a um estágio inferior, que saltem um estágio no curso de seu desenvolvimento! (idem) p! +XOB!

Quase sempre, o estágio, das perspectivas sociais de [Göhrer] ou a moral no plano pós-convencional, aquele que se adquire à crítica do discurso de (abermas) (7ra) se no plano pós-convencional o sujeito orienta o seu agir por

A crítica que (abermas) faz à [Göhrer] (op. cit.) é a de que a descrição que este faz das perspectivas sócio-morais mistura as condições sócio-históricas dos mundos morais com as estruturas desses mundos, também para (abermas) as condições sócio-históricas não são concebidas com a nitidez analítica suficiente para que se possa ver se a seqüência indicada é primeiramente hierárquica na lógica do desenvolvimento moral (CMAC) p! +, .B!

princípios éticos universais, isso corresponde ao que ocorre na ética do discurso quando o sujeito vincula os princípios do seu agir às pretensões de validade de alcance universal!

3.4 A COMUNIDADE IDEAL DE COMUNICAÇÃO E SUAS RESSUPSIÇÕES INEVITÁVEIS

3.4.1 A situação ideal de fala

Para [Ullmann 1973] há pressupostos de ordem reflexiva que os argumentantes aceitam implicitamente ao se inserirem numa comunidade de comunicação. Essa pressuposição se sobrepõe às condições reais de comunicação. Contextos em que há assimetria e imperfeições nas relações entre os oponentes. Nesse contexto (Abermas defende que a situação ideal da fala se sobrepõe a essas condições reais empíricas e possibilita normativamente o entendimento humano racional).

O entendimento entre os participantes de uma comunidade linguística remete a um "acordo racionalmente motivado" alcançado entre os participantes que se mede por pretensões de validade que são susceptíveis de críticas do ouvinte ou oponente: a verdade proposicional, a retidão normativa e a veracidade de cada expressão proferida.

A partir desse contexto de interação, pode-se dizer que a situação ideal de fala é uma situação dialógica onde não há como existir coerção e ela se caracteriza pela "possibilidade simétrica de todos os participantes do discurso escolherem atos de fala comunicativos, constataativos, regulativos e representativos" (Habermas 1984). Ela é uma situação na qual os indivíduos se sentem na obrigação de cada um fazer valer a única coação aceitável que é a do melhor argumento, a do argumento mais racional e esse "argumento racional" que resulta de aceitabilidade de normas perante ao discurso o seu papel legitimador

das pretensões de validade e a da inteligibilidade que lá ' presuposta e a da veracidade!

A partir da Filosofia prática transcendental (Lecture 22) p. 48 afirma que

... na medida em que o homem começa a refletir sobre o *a priori* existencial da facticidade, ele se põe em relação com pressupostos não contingentes que são em sentido prático 6 transcendental condições inevitáveis de possibilidade para o pensamento dos pressupostos contingentes!

Isto quer dizer que também para a prática universal de (alibris) não é como fugir da argumentação, senão argumentando e, mais ainda, a reflexão sobre a facticidade e a continuidade dos atos de fala no mundo da vida nos leva às condições teóricas necessárias e ideais e, por isso, intransponíveis dos atos de fala!

As normas de uma comunidade ideal de comunicação são as regras da argumentação onde os argumentantes se sentem obrigados a fundamentar um princípio formal procedurístico das normas materiais! O princípio importante para o procedimento é aquele que conduz a uma solução racional dos conflitos em torno de pretensões de validade normativas nos contextos históricos específicos! Essas condições normativas de possibilidade do discurso argumentativo contêm o pressuposto da igualdade de direito de todos os participantes da comunicação e isso implica que todos devem se sentir na obrigação de responsabilidade para com a solução dos problemas moralmente relevantes que emergem do mundo vivido! Deste modo a legitimidade de uma norma está fundamentada no assentimento de todos os afetados, porque regula os problemas de ação em benefício de todos! Assim sendo

* Uma norma fica faticamente aceita, significa que a pretensão de validade com que se apresenta seja reconhecida pelos afetados! E este reconhecimento intersubjetivo que funda a validade social (ou a vigência da norma!) AC 13 p. 48!

... segundo Cláudio Costa (2003) p. 103 também a pretensão de veracidade não se deita a ressaltar em uma situação ideal de liberdade e de simetria entre os argumentantes, visto que estes participantes podem não ser sinceros nem para os outros, nem para si mesmos! A pretensão de veracidade só se deita a ressaltar no curso das ações do falante, a partir do qual podemos avaliar a coerência entre o que ele diz e ele faz!

7s participantes da argumentação ao entrarem no âmbito argumentativo devem pressupor que a estrutura de sua comunicação exclui toda e qualquer coação a não ser a da própria argumentação lá que o que é inaceitável que possa haver algum tipo de coação que venha de fora do processo de argumentação! Quanto maior for a racionalidade da comunidade de comunicação, maiores são as possibilidades de essa comunidade coordenar as ações sem recorrer à coerção e de resolver consensualmente os conflitos de ação.⁴ A concepção de processos de comunicação nos termos em que ocorreriam em condições ideais se dá por meio da idealização de formas de comunicação como dimensão prática comunicativa!

A comunidade ideal de comunicação ilimitada transcende a ordem de uma sociedade historicamente determinada e seu pressuposto ideal uma condição de possibilidade de seus membros serem capazes de transcender criticamente a sociedade existente quando ocorre um conflito particular a fim de buscar um consenso sobre costumes modificados de ação e uma nova formulação de ideias de valor.⁵ (ANESMA; 3 +22.3 p! / +0B! A comunidade ideal de comunicação está para além de qualquer facticidade do mundo vivido, não se insere nas estruturas empíricas da comunidade real de comunicação, embora seja por esta última pressuposta! Assim sendo, a comunidade ilimitada de comunicação, nas palavras de (abermas?) op! cit!3 p! // 1B3 ' o círculo virtual que abrange todos os destinatários e possíveis destinatários, também o fórum de aceitabilidade racional das ofertas de pretensão de validade dos atos de fala!

Essa comunidade de argumentação ideal parte de pressupostos inevitáveis de intersubjetividade que vão para além do círculo dos imediatamente afetados! Esses pressupostos pretendem ser válidos para o intérprete que se acerca de fora de uma terceira pessoa! Idealmente essa comunidade deve procurar um tipo de relacionamento racionalmente intersubjetivo com um mundo que por razões

Mais uma vez fica clara aqui a preocupação de (abermas em ressaltar a racionalidade do discurso inacabado da modernidade?) AC 13 p! 44B! oportunidade em que o autor se distancia da Escola de Frankfurt! Este grupo de filósofos a qual (abermas) havia se filiado não reconhecia a presença de uma racionalidade no que havia de específico na modernidade, deixando às claras uma crise da razão moderna! Isto é patente em Adorno- (ork=eimer em *Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos* ao afirmarem que o que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, que a submissão de todos os entes ao formalismo lógico tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado, toda pretensão do conhecimento é abandonada! +20X3 p! 42B! Mais clara fica a desilusão com a razão em (ork=eimer +20,3 p! / ,B ao afirmar que a razão como órgão destinado a perceber a verdadeira natureza da realidade e determinar os princípios que regem a nossa vida começou a ser considerada obsoleta! Especulação é sinônimo de metafísica e metafísica é sinônimo de mitologia e superstição!!! A razão se liquidou a si mesma como agente de compreensão ética moral e religiosa!!!

categorias ' idêntico para o ator e para os espectadores isto '3 que resulta acessível a ambos nos mesmos termos cognitivo-instrumentais! ?) AC 13 p! +10B!

A importância operativa3 prática das pressuposições antecipatórias que os argumentantes fazem ao entrar no diálogo linguístico ' a de que inevitavelmente assumem3 com seus pressupostos argumentativos implícitos3 a existência de validade universal3 permitindo-se justificar-se contra objeções sempre novas3 desde finais sempre mais amplos3 perante um público sempre mais competente e maior! Esta dinâmica construída na prática da argumentação provoca descentralização de perspectivas singulares de interpretação sempre mais ampla e construção e uso competente de normas morais e do direito! ? (ANESMA ;3 / . . /3 p! 0. B! Isto quer dizer que o participante competente de toda comunidade argumentativa3 ao entrar no diálogo da argumentação3 deve estar aberto a críticas e conseqüentemente à possibilidade de ampliar e fortalecer racionalmente os seus argumentos! Da (abermas ?op! cit!3 p! 10B afirmar que

7s participantes da comunicação podem se entender por cima dos limites dos mundos da vida divergentes3 porque eles3 com a visão de um mundo objetivo comum3 se orientam pela existência da verdade3 isto '3 da validade incondicional de suas afirmações!

7s participantes da comunidade de comunicação de linguagem experimentam tudo o que ocorre à luz de uma compreensão dramática =abitual3 não como objetos neutros! A objetividade do mundo vivido somada à intersubjetividade do entendimento entre os participantes da comunicação é suposta sempre no agir e no falar é ' que esclarece as mediações linguísticas! Isto ocorre por que"

b!!!c a relação retrospectiva da objetividade do mundo3 com a intersubjetividade do entendimento entre os participantes da comunicação3 suposta no agir e no falar3 esclarece as mediações linguísticas dos referentes mundanos! ? (ANESMA ;3 op! cit!3 p! 1 , B!

7s participantes da comunicação devem envolver-se em um universalismo qualitativo ? (ANESMA ;3 / . . /3 p! , XB que não tem um sentido moral prescritivista3 mas apenas um sentido prático-formal! 7 sentido da universalidade moral em (abermas ' o de fazer com que todos os indivíduos sintam-se igualmente participantes do mesmo processo argumentativo!

A partir de Apel (1988) o conceito de comunidade ideal de comunicação que intervém numa argumentação possibilita que cada indivíduo esteja posicionado na sua própria perspectiva, embora continue inserido num contexto universal. No discurso não se quebra o vínculo social do sentimento de pertença, se bem que o consenso é o objetivo último de todo discurso argumentativo e que a todos se exigido transcenda às comunidades concretas, empíricas, imediatamente dadas!

Esse sentimento de pertença a uma comunidade ideal faz com que qualquer pretensão de universalização seja consequência de uma consciência inamovível e certa de irmanação num universo comum (ANEMAS, 2003, p. 10). Da que o método do discurso em (abermas) remete ao entendimento existencial dos participantes nas estruturas mais gerais de um universo sempre partilhado intersubjetivamente!

Na argumentação se faz a assunção de papéis ideais para salvar que um consenso fundamentado seja tornado independente da contemplação das consequências que uma prática geral controversa teria de sofrer ao satisfazer os interesses de cada um dos eventuais indivíduos envolvidos (ibidem, p. 18) e mais essa assunção ideal de papéis deve provocar o igual respeito por cada pessoa em geral, enquanto sujeito dotado de atuação autônoma (ibidem, p. 10).

A comunidade de comunicação ilimitada é portanto uma ponte que permite superar todas as distâncias temporais, históricas e contingentes. A realização dessa superação é o pressuposto incondicional para as pretensões transcendentais de verdade dos atos de fala e para o discurso universal inevitavelmente assumido por uma comunidade hermenêutica alargada em termos ideais. Os pressupostos dessa comunidade, como já vimos, é que seja composta de parceiros livres e com iguais direitos. É pois o princípio de universalização (FUGG) e exige que cada um dos envolvidos e possíveis envolvidos seja capaz de se colocar na perspectiva de todos os outros⁶⁴!

(abermas (2003) defende ainda o conceito de comunidade comunicativa ilimitada como espaço privilegiado de individuação, como reverso da socialização para ele.

Ele é o alargamento de todas as perspectivas hermenêuticas por via dos pressupostos gerais da comunicação relativos à prática argumentativa (ANEMAS, 2003, p. 14). Essa situação se demonstra mediante a competência dos argumentantes na comprovação de contradições performativas!

;9 por meio de relações de reconhecimento recíproco ' que uma pessoa pode construir e reproduzir a sua identidade! At' o]ma%o mais interior da pessoa está internamente li%ado à periferia mais e>terna de uma rede e>xtremamente ramificada de relações comunicativas! A pessoa s9 se torna idêntica a si pr9pria em proporção à sua e>posição comunicativa! ?p! 2, B!

Esse processo no qual a individuali<ação ' o outro lado da moeda da sociali<ação ' que torna possível o a%ir voltado para o entendimento lin%A stico3 pois no enfoque performativo3 cada um se defronta com o outro para construir a sua pr9pria individualidade3 recon=ecendo o outro como diferente de si!

#or fim3 _comunidade ilimitada de comunicação`3 id'ia que (abernas se apropriada de Apel ?/ . . .B3 ' a pressuposição pela qual _os ar%umentantes não se esquivam de e>cluir que =a%a qualquer tipo de coerção atuando do e>terior sobre o processo de entendimento =umano3 com a e>ceção da força do mel=or ar%umento` ?N7 : \AQ3 / . . X3 p! 2/B3 que ' o motivo principal de busca cooperativa da verdade na ação comunicativa! 7 objetivo desta formulação do conceito de uma comunidade ideal de comunicação não ' privile%iar definitivamente uma forma ideal de comunicação3 mas3 sim %ustificar que as re%ras do discurso são pressuposiçDes inevitáveis!

3.4.2 A simetria entre os argumentantes como pressuposto pragmático da comunidade de comunicação

7s participantes de uma determinada comunidade lin%A stica3 ao aceitarem entrar em ar%umentação3 %á carre%am em si as condiçDes de simetria que tornam a ação comunicativa possível! Eles empreendem seriamente a tentativa de res%atar discursivamente as pretensDes de validade normativa3 ao mesmo tempo em que aceitam intuitivamente as condiçDes de procedimento que equivalem a um reconhecimento implícito do princípio de universalização! Isso ocorre porque ao participar da prática ar%umentativa os indivíduos não podem prescindir de determinadas idealizaçDes 6 com o teor normativo em sentido lato!

Embora não possuam sentido regulador, as idealizações constituem suposições antecipatórias que sem elas daria uma forma dissimulada de ação estratégica. (ANESMA; 3 +2223 p! +4/B! ; são essas pressuposições que possibilitam a prática de uma comunidade linguística como prática da argumentação!

* quem participa convictamente de uma argumentação tem necessariamente de partir do princípio de que a situação comunicativa é em princípio garantia dum acesso público de iguais direitos de participação, autenticidade dos participantes, ausência de coação na tomada de posições, etc. Os intervenientes só conseguem se persuadir reciprocamente se partirem do pressuposto pragmático de que o seu sim e não se deixam determinar em exclusivo pelo imperativo do melhor argumento! (ibidem) p! +4+B!

Do ponto de vista da teoria da argumentação, todos os argumentantes têm necessária responsabilidade pelo outro, todos têm de estar de igual forma interessados na integridade do seu universo comum. É aqui que a ética do discurso revela-se como uma ética da responsabilidade. Desde sua perspectiva, os argumentos merecem a mesma consideração independente de sua procedência, independente da pessoa que os defende, por isso têm um teor fortemente universalista!

Os requisitos fundamentais do discurso prático são a autoconsciência, a capacidade da pessoa de assumir uma posição refletida e deliberada quanto às próprias crenças, desejos, valores e princípios, e isto quanto ao projeto de toda sua vida. Assim sendo, a participação no discurso prático pressupõe ao mesmo tempo que se deve também atender a exigência de cooperar uns com os outros na busca de razões aceitáveis e enfim tem que estar dispostos a deixar-se afetar e motivar em suas decisões afirmativas e negativas, por essas razões e somente por elas. (ANESMA; 3 / . . 13 p! +XB!

Para que cada participante entre na discussão se faça necessário que ele seja livre, no sentido de ser dotado de uma autoridade epistêmica de primeira pessoa para que diga sim ou não ao que é proposto pelo falante. Uma outra condição é a de que a autoridade epistêmica da comunidade seja exercida de acordo com a busca de um acordo racional. A proposta de (abermas) op! cit! p!+XB
 ' _que só sejam escolhidas soluções que sejam racionalmente aceitáveis para todos

envolvidos e todos os que por ela forem afetados. Deste modo, a liberdade comunicativa é própria da comunidade hermenêutica, o vínculo social que se preserva entre os participantes dessa comunidade mesmo quando eles se dividem na competição da busca do melhor argumento!

7 participante do agir comunicativo deve ter como pressuposto prático geral o assumir simultaneamente as perspectivas do eu e do outro e do outro da outra pessoa. Inevitavelmente a possibilidade do entendimento somente se dá através da linguagem. Essa consequência inevitável está vinculada ao conceito de razão situada que levanta a sua voz através de pretensões de validade que são ao mesmo tempo concretas e empíricas e transcendentais e ideais, não podendo ser encontrada fora dos limites da linguagem. (idem, 2003, p. 108)

Os pressupostos gerais e práticos da ação comunicativa a noção de igual tratamento, solidariedade e bem estar geral em torno das quais todas as normas morais giram tanto nas condições de simetria como nas perspectivas de reciprocidade de toda prática comunicativa do dia a dia. (idem, 2003, p. 108) ; seria impossível portanto a ação comunicativa sem as suposições ideais dos pressupostos práticos porque acabaria por ser repressão, coação, desrespeito com o outro. A relação simétrica entre sujeitos livres e iguais numa procura cooperativa da verdade é a condição necessária para que esses mesmos sujeitos possam entrar numa argumentação reclamando validade para seus atos de fala⁶⁵!

É o princípio da universalização que exige que cada um dos concernidos seja capaz de se colocar na perspectiva do outro. Trata-se de um discurso inclusivo e voluntário. Essa suposição de papéis ideais que transcendem a facticidade das relações desiguais e injustas, que permite o alargamento e a reversibilidade de todas as perspectivas hermenêuticas (ANASTAS, 2003, p. 108) por via dos chamados pressupostos gerais da comunicação relativos à prática argumentativa!

(Anastás, 2003, afirma a partir de Apel, 1970, que essas argumentações transcendem por se os universos particulares, uma vez que nos seus pressupostos práticos o teor normativo dos pressupostos da ação normativa está generalizado, abstraído e ampliado tendo sido alargado a uma comunidade comunicativa que integra todos os sujeitos dotados de capacidade de linguagem e de ação. (idem, 2003, p. 108).

(abermas3 tendo claro o conceito de comunidade ilimitada de comunicação de Apel ?/ . . .B3 propDe a cate%oria de _situaçãõ ideal de fala`! 7 que isso si%nifica para o proleto arquitetdnico da 'tica do discursof)rataHse3 aqui3 da import]ncia fundamental do pressuposto pra%matico da condiçãõ ideal de simetria entre os ar%umentantes dessa comunidade ilimitada de comunicaçãõ! A simetria entre esses oponentes está fundamentada na pressuposiçãõ que cada oponente fa<3 ao se inserir no discurso3 de que o outro3 com quem dialo%a3 tem as mesmas condiçDes de inteli%ibilidade3 de verdade3 de normatividade e de sinceridade que ele possui3 bem como condiçDes de temati<áHlas de modo racional!

CONCLUSÃO

POR UMA MORALIDADE RACIONALMENTE INTERSUBJETIVA

A pesquisa que ora encerramos teve como proposta fundamental estudar a contribuição de Habermas para a ética do discurso! Nessa nossa intenção tivemos duas preocupações! #primeiro quisemos mostrar que o autor 'alemão' mencionado nas grandes questões filosóficas da contemporaneidade é aquele que se coloca da reviravolta histórica-prática do século XXI! Em segundo lugar ao mesmo tempo em que tínhamos claro o legado Kantiano em sua filosofia não nos descuidamos do que é o principal em sua obra ou seja não poderíamos nos referir a ética do discurso em Habermas sem nos atermos à proposta de uma 'outra' racionalidade, uma racionalidade que supere a racionalidade cognitiva instrumental em vista de uma racionalidade comunicativa que visa o entendimento humano mútuo!

A racionalidade a que nos referimos e que é proposta e resgatada em Habermas é ele a denomina de 'prática universal'. A partir do uso da linguagem os sujeitos de uma comunidade de comunicação estabelecem entre si uma racionalidade dialógica!

7 nosso trabalho quis caracterizar essa racionalidade dialógica instituída no seio da comunidade de comunicação! 7 pressuposto fundamental que caracteriza essa comunidade é o que Habermas denomina de 'situação ideal de fala'. Essa situação que se sobrepõe como já afirmamos à comunidade real de comunicação pressupõe uma relação simétrica entre seus participantes!

#para chegar a este ponto da racionalidade dialógica calcada na relação simétrica entre os argumentantes de uma comunidade de argumentação tivemos como intuito fazer o seguinte itinerário: situar Habermas dentro da tradição da reviravolta histórico-prática do século XXI caracterizar a ética do discurso habermasiana como uma superação do solipsismo metodológico Kantiano e por fim mostrar como o princípio do discurso e o princípio da universalização se

combinam teoricamente em vista do entendimento m8tuo na filosofia prática de (abermas!

#ara al'm da =erança da filosofia anal tica3 (abermas3 ao retomar a filosofia da lin%ua%em do in cio do s' culo ^^3 se distancia da pura análise sem]ntica do Circulo de Piena de Fre%e! Isso se deve ao fato de que3 para o fil9sofo alemão3 o que se coloca aqui como determinante não ' a mera análise das formas das sentenças3 mas o uso que elas possam ter na vida dos suleitos =ist9ricos! Essa questão somente o se%undo a itt%enstein e3 mais adiante3 (eide%%er e Madamer esclarecem! Devido à centralidade do uso da lin%ua%em na relação entre os suleitos situados no mundo ' que a se%unda reviravolta lin%A stica ' tamb'm con=ecida como reviravolta pra%mática!

(abermas propDe3 então3 o pro%rama da pra%mática universal como proleto de res%atar3 identificar e reconstruir as condiçDes universais do entendimento m8tuo3 a partir do pressuposto universal da comunicação! Qesta proposta (abermas se apropria da teoria dos atos de fala de Austin e ;earle3 defendendo que o entendimento lin%A stico se dá a partir da base da aceitação da oferta das pretensDes dos atos de fala de cada proponente!)oda oferta de ato de fala tem como pressuposto a pretensão de inteli%ibilidade3 isto '3 a compreensão de que o oponente terá a competência necessária para o entendimento poss vel na rodada de discussão! Al'm dessa pressuposição3 embutida em todo ato de fala3 todo proponente pretende verdade no seu relacionamento com o mundo obletivo3 pretende correção normativa no seu relacionamento com o mundo intersubletivo e3 por fim3 pretende mostrar#se sincero no seu relacionamento com o mundo subletivo!

e medida que discorremos sobre o caráter dial9%ico e intersubletivo da 'tica do discurso3 evidenciamos3 que3 em seu proleto3 ela tem como obletivo fa<er uma reformulação discursiva da moral Kantiana! #ara [ant3 ' 'tico o que cada indiv duo pode querer sem contradição com a lei universal3 enquanto que3 para (abermas3 ' 'tico aquilo que a comunidade lin%A stica de comunicação e de interpretação3 de comum acordo3 recon=ece como lei universal a partir de rodadas permanentes de discussão!

Cientes que a construção da verdade no plano da moral se efetiva nessas permanentes rodadas de discussão3 trabal=amos3 em se%uida3 os dois princ pios da

'tica do discurso" o principio da universalização e o principio do discurso. O primeiro principio do discurso dita que as normas que podem reclamar validade são aquelas passíveis da anuência de todos os participantes de um discurso pratico. O segundo principio da universalização é a regra de argumentação que possibilita o acordo em discurso práctico sempre que mat'rias controversas possam ser resolvidas no interesse mútuo de todos os envolvidos. O terceiro principio do discurso é alcançado pela racionalidade do melhor argumento entre os sujeitos livres de qualquer ato de coerção, repressão ou mesmo de submissão.

Enfim, a linguagem é empregada para o entendimento mútuo quando o falante ao expressar aquilo que tem em mente, comunica-se com outro membro da comunidade real histórica da comunicação, tendo por pressuposição a comunidade ideal de comunicação. Por isso, aquela comunidade também pressupõe entre seus membros igualdade de direitos de argumentação, mesma liberdade de convencerem uns aos outros do que é o melhor para a comunidade pelo argumento mais racional. Assim, somente o processo de entendimento mútuo intersubjetivo de uma racionalidade dialética pode levar a um acordo que seja de natureza reflexiva, fazendo com que os participantes cheguem a um consenso ou a uma comunicação comum!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AD7 \$Q73)=eodor0 (7\$ [QEIME\$3 Ma>! **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos!)radução Muido Antonio de Almeida! \$io de @aneiro" @or%e \a=ar Editor3 +20X!

A:MEIDA3 M! A verdade e objetividade" novas consideraçDes sobre a fteoria consensual0 de @! (abermas! **Revista Filosófica**3 v! 43 n! +3 p! 2H/ /3 +20, !

555555! Perdade e consenso II! **Revista Tempo Brasileiro**3 \$io de @aneiro3 v! +3 n! +3 p! +/XH+X/3 +202!

A#E:3 [arlH7tto. **O** desafio da cr tica total da ra<ão e o pro%rama de uma teoria filosófica dos tipos de racionalidade. **Novos Estudos CEBRAP**3 ; ão #aulo3 n! /43 p! , OH013 mar! +202!

555555! **Teoria de la verdad y ética del discurso!** Narcelona" #aid9s e !!C!E! de la Un! Aut! de Narcelona3 +22+!

555555! **Estudos de moral moderna!**)radução Nenno Disc=in%er! #etr9polis" \$io de @aneiro! Po<es3 +221!

555555! **Transformação da Filosofia I**" filosofia anal tica3 semi9tica3 =ermenêutica!)radução #aulo ; oet=e! ; ão #aulo" :oLola3 +221!

555555! **Transformação da Filosofia II**" o a priori da comunidade de comunicação!)radução #aulo ; oet=e! ; ão #aulo" :oLola3 / . . .!

555555! Etica do discurso como ' tica da responsabilidade! **Cadernos de Tradução**3 ; ão #aulo" U ; #- Departamento de Filosofia da U ; #3 n! 43 +220!

555555! Fundamentação normativa da _teoria cr tica`" recorrendo à eticidade do mundo da vida3 uma tentativa de orientação transcendentalHpra%matica! In" M7 \$E!\$A3 :uis ?7r%!B! **Com Habermas, contra Habermas**" direito3 discurso e democracia 6 tradução dos ensaios de [arlH7tto Apel" Cláudio Mol<! ; ão #aulo" :andL3 / . . 1!

A\$AMZ73 :8cia! **Habermas**" fil9sofo e soci9lo%o do nosso tempo! \$io de @aneiro")empo Nrasileiro / . . +!

555555! **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas!** /! ed! \$io de @aneiro")empo Nrasileiro +220!

A\$Ag@73 :! N! :! **Religião e modernidade em Habermas!** ;ão #aulo" :oLola3 +22,!

555555! #luralismo 'tico e justiça política! In" CI\$QEH:IMA3 Carlos A:MEIDA3 Cust9dio ?7r%!B! **Nós e o absoluto**" Festsc=rift em =omena%em a Manfredo Ara8lo de 7liveira! ;ão #aulo" UFC- :oLola3 / . .+!

AU ;)IQ3 @! :! **Quando dizer é fazer!**)radução D! M! de ;ou<a Fil=o! #orto Ale%re" Artes M' dicas3 +22.!

AP\$I) \E\$3 :eonardo! @Ar%en (abermas" a ração de uma modernidade antecipada! **Revista Síntese**" nova fase! \$io de @aneiro3 n! 123 abr!-!un! +22.!

N7 : \AQ3 @os'! **Habermas**" ração e racionalização! l!u " Ed! Uni!u 3 / . .X!

N\$7QQE\$3 ;tep=en Eric! **Da teoria crítica e seus teóricos!**)radução)omás \$! Nuenoç Cristina Mene%uelo! Campinas" #apirus3 +220!

CAhMI: :3 (oJard! **Dicionário Kant!**)radução Ulvaro Cabral! \$io de @aneiro" **EDITORA3** / . . .! ?Dicionário de Fil9sofosB!

C7 ;)A3 Cláudio! **Filosofia da linguagem.** \$io de @aneiro" @or%e \a=ar3 / . . /! ?Filosofia #assoHaH#assoB!

C7 ;)A3 \$e%enaldo da! As Panta%ens de uma teoria consensual da verdade se%undo (abermas! In" CI\$QEH:IMA3 Carlos A:MEIDA3 Cust9dio ?7r%!B! **Nós e o Absoluto**" Festsc=rift em =omena%em a Manfredo Ara8lo de 7liveira! ;ão #aulo" UFC- :oLola3 / . .+!

555555! **Ética do discurso e verdade em Apel!** Nelo (ori<onte" Del \$eL3 / . . /!

555555! **Filosofia do Direito!** \$io de @aneiro- ;ão #aulo- Fortale<a" ANC Editora3 / . . ,!

DIA ;3 M! C! Marques! **Ética do discurso**" uma tentativa de fundamentação dos direitos básicos! ; ntese Qova Fase3 Nelo (ori<onte3 v! //3 n! , 03 p! 00H+ . .3 +22X!

DU ; ; E:3 E! **Ética da libertação**" na idade da %lobalização e da e>clusão!)radução Ep=raim Ferreira Alvesç @aie A! Classenç :8cia M! E! 7rt=! #etr9polis" Po<es3 / . . .!

DU) \$A3 D! @! P! **Kant e Habermas**" a reformulação discursiva da moral Kantiana! #orto Ale%re" ED#UC\$M ;3 / . . /! ?Filosofia3 n! +40B!

555555! **Kant e Habermas**" ração e consenso 6 uma introdução ao pensamento de (abermas! #elotas" Edufpel :ivraria Mundial- :ivraria Mundial3 +224!

555555! **Razão e consenso em Habermas**" a teoria discursiva da verdade da moral do direito e da biotecnologia! /! ed! Florianópolis" UF;C3 /..X! ?; 'rie Et=icab!

F\$EI)AM3 Bárbara \$7UQE)3 **Sérgio Paulo.**)eoria da ação comunicativa e psicologia "en'tica" um diálogo (abermas e #ia%et! **Tempo Brasileiro** \$io de @aneiro3 n! 0+3 p! /OHX23 out!-de<! +20/!

MADAME\$3 (ansHMeor%! **Verdade e Método vols. I e II**" complemento e índice!)radução Enio #aulo Miac=ini! #etr9polisH\$@" Po<es- Nra%ança #aulistaH; # " Editora Universitária ; ão Francisco3 /.. /!

MEU; ;3 \$aLmond! **Teoria crítica**" (abermas e a Escola de Frankfurt!)radução Nento Itamar Nor%es! Campinas" #apirus3 +200!

(ANE\$MA;3 @! #ara o uso pra%ático3 'tico e moral da ra<ão prática! **Estudos Avançados!**)radução M! ; u<uKi! ; ão #aulo3 v! +43 n! 03 set!- de<! +200!

555555! **Consciência moral e agir comunicativo!**)radução Muido A! de Almeida! \$io de @aneiro")empo Nrasileiro3 +202! ?Niblioteca)empo Universitário3 n! 01B!

555555! **Pensamento pós-metafísico!**)radução Flávio N! ;iebeneic=ler! \$io de @aneiro")empo Nrasileiro3 +22.!

555555! **Direito e democracia**" entre facticidade e validade!)radução Flávio N! ;iebeneic=ler! \$io de @aneiro")empo Nrasileiro3 +220!

555555! **Escritos sobre moralidad y eticidad!**)radução L intr! Manuel @im'ne< \$edondo! Madrid" #aid9s- !!E!C!- U!A!N!3 +220! ?#ensamiento Contempor]neo3 n! +0B!

555555! **Teoria de la acción comunicativa II**" crítica de la ra<9n funcionalista!)radução Manuel @im'ne< \$edond! Madrid")aurus3 +222a!

555555! **Verdade e método**" traços fundamentais de uma =ermenêutica filos9fica!)radução Flávio #aulo Meuer! 4! ed! #etr9polis" Po<es3 +222b! ?Coleção #ensamiento (umanoB!

555555! **O discurso filosófico da modernidade**" do<e :içDes!)radução :ui< ; 'r%io \$epaç \$odnei Qascimento! ; ão #aulo" Martins Fontes3 /.. !?)r9picosB!

555555! **Teoria de la acción comunicativa I**" racionalidad de la acci9n L racional<aci9n social!)radução Manuel @im'ne< \$edond! Madrid")aurus3 /.. +a!

555555! **Teoria de la acción comunicativa**" estudios L complementos!)radução Manuel @imene< \$edond! Madrid")aurus3 /.. +b!

555555! **A crise de legitimação no capitalismo tardio!** /! ed!)radução Pamire=C=acon! \$io de @aneiro")empo Nrasileiro3 / . . /a! ?Niblioteca)empo Universitário3 n! , . B!

555555! **Agir comunicativo e ação destranscendentalizada!**)radução :ucia Ara%ão! \$io de @aneiro")empo Nrasileiro3 / . . /b!

555555! **A ética da discussão e a questão da verdade!**)radução Marcelo Nrandão Cipolla! ; ão #aulo" Martins Fontes3 / . . 1a! ?)9picosB!

555555! **Verdade e justificação"** ensaios filos9ficos!)radução Milton Camar%o Mota! ; ão #aulo" :oLola3 / . . 1b! ?Coleção (uman stica3 n! 0B!

(EIDEMME\$3 M! **Ser e tempo (parte I e II)!**)radução Márcia de ; á Cavalcante! 0! ed! #etr9polis" Po<es3 / . . +! ?Coleção #ensamento (umanob!

(E\$E\$E\$73 F! F!Q QI*UE)3 M! A ração Kantiana entre o lo%os socrático e a pra%matica transcendental! **Síntese**3 Nelo (ori<onte3 v! +03 n! X/3 p! 4XHX03 lan!- mar! +22+!

555555! **Ética do discurso"** novos desenvolvimentos e aplicaçDes! ; ão #aulo" :oLola3 / . . /!

(E\$E\$E\$73 F! @! Etica do discurso! In" 7 : IPEI\$A3 Manfredo A! de ?7r%!B! **Correntes fundamentais da ética contemporânea!** #etr9polis" Po<es3 / . . .!

555555! (abermas ou a dial' tica da ração! **Síntese**3 Nelo (ori<onte3 n! 443 p!+XH4 ,3 +20X!

(7 \$ [(EIME\$3 Ma>! **Eclipse da razão!**)radução ; ebastião Uc=oa :eite! \$io de @aneiro" :abor3 +20 ,!

(7QQE) (3 A! @Ar%en (abermas" percurso acadêmico e obra! In" **Tempo Brasileiro,** n! +403 p! 2H/ /3 &ul!- set! +222!

(U ; ; E\$:3 E! **A crise da humanidade européia e a filosofia.** /i! ed! #orto Ale%re" EDI#UC\$;3 / . . /!

[AQ)3 !! **Crítica da razão pura!**)radução Paleiro \$o=denç Udo Naldur Moosbur%er! ; ão #aulo" Qova Cultural3 +222! ?7s #ensadoresB!

555555! **Filosofia de la Historia.** #r9lo%o L traducci9n de Eu%enio Tma<! M'>ico" Fondo de Cultua Econdmica3 +220! ?Coleccion #opularB!

555555! **Fundamentação da metafísica dos costumes.**)radução #aulo * uintela! :isboa" Ed! 0.3 +200!

555555! \$esposta à per%unta" _o que ' o esclarecimento f!)radução \$aimundo Pier!)e>tos ; eletos! #etr9polis" Po<es3 +20X!

[U(:MAQQ3 a olfa%an%! #roblemas de fundamentação da Etica do discurso IQ (E\$E\$E\$73 Francisco @avier! **Ética do discurso**" novos desenvolvimentos e aplicaçDes! ; ão #aulo" F! @avier (errero3 / . . /!

:EI)E3 :uis Nernardoç NA\$N7 ;A3 \$icardo @os' Corrêa ?7r%\$B! **Filosofia prática e modernidade!** \$io de @aneiro" EdUE\$@3 / . . 4!

:IMA3 C! \$! P! C! ;obre a contradição performativa como fundamentação do sistema! **Sintese!** Nelo (ori<onte3 v! +03 n! XX3 p! X2XH, +, 3 +22+!

MA\$C7QDE ;3 Danilo! **Filosofia analítica!** \$io de @aneiro" @or%e \a=ar Editor3 / . . 1! ?Filosofia #assoHaH#asso3 n! 1XB!

MCCA\$) (h3)=omas! **La teoria critica de Jürgen Habermas!**)radução M! @! \$edondo! Madrid")ecnos3 +200!

M7\$EI\$A3 :uis ?7r%!B! **Com Habermas, contra Habermas**" direito3 discurso e democracia 6 tradução dos ensaios de [arH7tto Apel" Cláudio Mol<! ; ão #aulo" :andL3 / . . 1!

7:IPEI\$A3 Manfredo A! de! **A filosofia na crise da modernidade!** ; ão #aulo" :oLola3 +202! ?Filosofia3 n! +/B!

555555! **A linguagem e a Problemática da Fundamentação I**" a questão da fundamentação na tradição e a reviravolta lin%A sticoHpra%matica do pensar! Nelo (ori<onte" ; ntese Qova Fase3 +224a!

555555! **A linguagem e a problemática da Fundamentação II**" a pra%matica transcendência e a determinação da especificidade da fundamentação filos9fica! Nelo (ori<onte" ; ntese Qova Fase3 +224b!

555555! **Ética e racionalidade moderna!** ; ão #aulo" :oLola3 +224! ?Filosofia3 n! /OB!

555555! **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea!** ; ão #aulo" :oLola3 +22, ! ?Filosofia3 n! 1. B!

555555! **Sobre a fundamentação!** #orto Ale%re" EDI#UC\$;3 +224!

#A ; CA:3 Meor%es! **Compreender Kant!** Introdução e tradução de \$aimundo Pier! #etr9polis" Po<es3 / . . X!

#1\ \13 @ovino! **Ética do discurso**" a racionalidade 'ticoHcomunicativa! #orto Ale%re" EDIC\$U ; 3 +221! ?Filosofia3 n! +XB!

555555! **O Mundo da vida**" (usserl e (abermas! l&u " Ed! Uni&u 3 / . . ,! ?Filosofia3 n! ++B!

\$AUNE\$3 @aime @os '! **O problema da universalização em ética!** #orto Ale%re" EDI#UC\$; 3 +222!

\$EPI ;)A)empo Nrasileiro" @Ar%en (abermas3 , . anos! \$io de @aneiro")empo Nrasileiro3 v! +3 n! +3 &ul!- set! +202!) rimestral!

555555! @Ar%en (abermas3 0. anos! \$io de @aneiro")empo Nrasileiro3 n! +403 &ul!- set! +222!) rimestral!

\$7UAQE)3 ; 'r%io #aulo! \$a<ão ne%ativa e ra<ão comunicativa! In" \$7UAQE)3 ; 'r%io #aulo! **As razões do iluminismo!** ; ão #aulo" Compan=ia das letras" +200!

555555! Etica discursiva! **Tempo Brasileiro**3 n! 203 p! /4H003 &ul!- set!+202a!

555555! Etica iluminista e 'tica discursiva! **Tempo Brasileiro**3 \$io de @aneiro3 n! 203 p! /4H023 &ul!-set! +202b!

\$U ; ; 3 @acqueline! **Pensamento ético contemporâneo!** ; ão #aulo" #aulus3 +222! ?Filosofia em * uestãoB!

; EA\$: E3 @o=n! **Actos de habla**" EnsaLo de filosof a del len%uale!)radução : u s M! Pald ' s Pillanueva! Madrid" Catedra ?/ . . +B! ?Colecci9n)eorema3 s' rie maLorB!

555555! **Mente, linguagem e sociedade**" filosofia no mundo real!)radução F! \$an%el! \$io de @aneiro" \$occo3 / . . .! ?Ciencia AtualB!

; IENEQEIC (:E\$3 Flávio Nieno! **Jürgen Habermas**" ra<ão comunicativa e emancipação! \$io de @aneiro")empo Nrasileiro3+202!

5555555! Encontros e desencontros no camin=o da interdisciplinaridade" M! Musdorf e @! (abermas! **Tempo Brasileiro**3 n! 203 p! +X4H+0.3 &ul!- set! +202!

;)EIQ3 E0 DE N7QI3 :ui<! **Dialética e liberdade**" Festsc=rift em =omena%em a Carlos \$oberto Cirne :ima A! #orto Ale%re" EDIFM ; - #etr9polis" Po<es3 +224!

;)EIQ3 Ernildo! **Mundo vivido**" das vicissitudes e dos conceitos da fenomenolo%ia! #orto Ale%re" EDI#UC\$; , / . . /! ?Filosofia3 +0.B

)UMEQD (A)3 Ernst! **Lições sobre ética.**)radução %rupu de doutorados da UFM ; ! #etr9polis" Po<es3 +22 , !

a l))MEQ ;)EIQ3 :! **Tratado lógico-filosófico**" investi%açDes filos9ficas! /! ed!
)radução e prefácio de M! ;! :ourenço! Introdução de)ia%o de 7liveira! :isboa"
Fundação Calouste MilbenKian3 +22X!

\I: :E ;3 Urbano! A fenomenolo%ia =usserliana como m ' todo radical! In" (U ; ;E\$:3
E! **A crise da humanidade europeia e a filosofia!** /! ed! #orto Ale%re" EDI#UC\$;3
/ . . /!